

SUPLEMENTO DO DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Ano XX Suplemento ao DCL N° 64

Brasília, quinta-feira, 7 de abril de 2011

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

MESA DIRETORA

Presidente: Patrício
Vice-Presidente: Doutor Michel
1º Secretário: Raad Massouh
Suplente: Olair Francisco
2º Secretário: Cristiano Araújo
Suplente: Aylton Gomes
3º Secretário: Joe Valle
Suplente: Professor Israel Batista
Corregedor: Wellington Luiz
Ouvidor: Evandro Garia

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Titulares	Suplentes
Presidente: Chico Leite	Chico Vigilante
Vice-Presidente: Wellington Luiz	Doutor Michel
Olair Francisco	Celina Leão
Aylton Gomes	Benedito Domingos
Joe Valle	Claudio Abrantes

COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS

Titulares	Suplentes
Presidente: Agaciel Maia	Benício Tavares
Vice-Presidente: Claudio Abrantes	Joe Valle
Wasny de Roure	Evandro Garia
Eliana Pedrosa	Olair Francisco
Benedito Domingos	Aylton Gomes

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Titulares	Suplentes
Presidente: Liliâne Roriz	Eliana Pedrosa
Vice-Presidente: Luzia de Paula	Professor Israel Batista
Evandro Garia	Rejane Pitanga
Benício Tavares	Agaciel Maia
Washington Mesquita	Cristiano Araújo

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Titulares	Suplentes
Presidente: Rejane Pitanga	Wasny de Roure
Vice-Presidente: Rôney Nemer	Wellington Luiz
Agaciel Maia	Benício Tavares
Raad Massouh	Eliana Pedrosa
Chico Leite	Chico Vigilante

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Titulares	Suplentes
Presidente: Celina Leão	Olair Francisco
Vice-Presidente: Cristiano Araújo	Benedito Domingos
Chico Vigilante	Rejane Pitanga
Wellington Luiz	Doutor Michel
Professor Israel Batista	Luzia de Paula

COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS

Titulares	Suplentes
Presidente: Claudio Abrantes	Joe Valle
Vice-Presidente: Evandro Garia	Wasny de Roure
Rôney Nemer	Benício Tavares
Celina Leão	Raad Massouh
Cristiano Araújo	Benedito Domingos

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

Titulares	Suplentes
Presidente: Washington Mesquita	Aylton Gomes
Vice-Presidente: Eliana Pedrosa	Celina Leão
Rejane Pitanga	Evandro Garia
Benício Tavares	Agaciel Maia
Professor Israel Batista	Luzia de Paula

COMISSÃO DE SEGURANÇA

Titulares	Suplentes
Presidente: Aylton Gomes	Cristiano Araújo
Vice-Presidente: Chico Vigilante	Wasny de Roure
Doutor Michel	Wellington Luiz
Raad Massouh	Liliâne Roriz
Liliâne Roriz	Eliana Pedrosa

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO

Titulares	Suplentes
Presidente: Rôney Nemer	Agaciel Maia
Vice-Presidente: Olair Francisco	Raad Massouh
Wasny de Roure	Evandro Garia
Benedito Domingos	Washington Mesquita
Joe Valle	Claudio Abrantes

Sumário

Ata Circ. da 16ª Sessão Ordinária	1
Ata Circ. da 17ª Sessão Ordinária	19
Ata Circ. da 18ª Sessão Ordinária	29
Ata Circ. da 19ª Sessão Ordinária	29
Ata Circ. da 20ª Sessão Ordinária	44

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 16ª
(DÉCIMA SEXTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL
PARA DEBATER A EMISSÃO DE AL-
VARÁS NO DISTRITO FEDERAL
de 10 de MARÇO DE 2011.**

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Convido o Deputado Chico Vigilante a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário. (Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 60, de 01/04/2011, juntamente com a ata sucinta da 16ª Sessão Ordinária.) (A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Em razão da aprovação do Requerimento nº 124, de 2011, de autoria do Exmo. Sr. Deputado Chico Vigilante, a presente sessão ordinária transforma-se em comissão geral para discutir a emissão de alvarás no Distrito Federal.

Neste momento, a Presidência transfere esta comissão geral para o auditório desta Câmara e convida todos os Deputados e funcionários presentes a participarem do evento.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h04min, a sessão é reaberta às 15h31min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Boa tarde a todas e a todos.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Ao dar as boas-vindas a todos os presentes, tenho a honra de declarar abertos os trabalhos desta comissão geral, destinada a discutir a emissão de alvarás no Distrito Federal.

Convido a tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. Secretário de Estado de Governo do Distrito Federal, Deputado Paulo Tadeu; o Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Educação e Saúde da Câmara Legislativa, Deputado Washington Mesquita; a Exma. Sra. Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Deputada Luzia de

Paula; o Exmo. Sr. Líder do Governo desta Casa de Leis, Deputado Wasny de Roure; o Exmo. Sr. Deputado Distrital Olair Francisco; o Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, José Moacir de Sousa Vieira; o Sr. Secretário de Estado do Entorno do Distrito Federal, Renato Andrade dos Santos; o Sr. Secretário de Estado da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte do Distrito Federal, Dirsomar Ferreira Chaves; o Sr. Secretário de Conselho de Governo do Distrito Federal, Roberto Wagner; o Sr. Procurador-Geral Adjunto da Procuradoria Geral do Distrito Federal, Dr. Leandro Zannoni; e a Sra. Presidente da Associação Comercial do Distrito Federal, Danielle Bastos Moreira.

Eu não sei se o Presidente da Fibra já chegou. Acho que ele está a caminho. Assim que o Presidente da Fibra e o Presidente da Fecomércio chegarem, nós os convidaremos a tomar assento.

Quero registrar a presença do Deputado Chico Leite e do Deputado Joe Valle. Deputados, considerem-se fazendo parte da nossa Mesa. Quero dizer que este quadro aqui retrata os 3 Deputados que fizeram o requerimento, mas todos vocês fazem parte desta comissão geral.

Antes de começarmos a discutir esse assunto, eu gostaria de registrar, com destaque, a presença do nosso querido ex-governador do Distrito Federal e ex-Deputado desta Casa, José Ornellas, representando a Fecomércio.

Nós fizemos um histórico, integrantes da Mesa, Deputado Paulo Tadeu, que faço questão de ler, para mostrar o quanto esse assunto é difícil. Precisamos encontrar efetivamente uma solução sustentável juridicamente e duradoura para dar tranquilidade aos empreendedores do Distrito Federal.

Alvará de funcionamento no Distrito Federal. A concessão de alvarás de funcionamento no Distrito Federal é uma questão que se arrasta há mais de uma década sem solução definitiva, o que gera todo tipo de transtorno não só para donos de estabelecimentos comerciais, escolares e de serviços, como, por exemplo, as creches, mas também para dezenas de milhares de pessoas que trabalham nesses locais e para a comunidade.

Em um período de 15 anos, Deputado Wasny de Roure, Deputado Washington Mesquita, já tivemos 4 leis sobre esse assunto.

A Lei nº 1.171, de 24 de junho de 1996, que dispõe sobre o alvará de funcionamento para estabelecimentos comerciais, industriais e institucionais e dá outras providências, foi revogada. Essa lei foi a primeira tentativa de contornar os obstáculos que impediam o normal desempenho de atividades econômicas em determinadas áreas, mediante a criação de alvará de funcionamento a título precário, mas foi alvo de questionamento judiciário.

A Lei nº 4.151, de 2008, que dispõe sobre o licenciamento para o exercício de atividades econômicas no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências, foi declarada inconstitucional através de Adin do Tribunal de Justiça.

A Lei nº 4.201, de 2 de setembro de 2008, que dispõe sobre o licenciamento para o exercício de atividades econômicas e sem fins lucrativos no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências, foi revogada.

A Lei nº 4.457, de 23 de dezembro de 2009, que dispõe sobre o licenciamento para funcionamento de atividades econômicas e atividades sem fins lucrativos no âmbito do Distrito Federal, em vigor, criou, em substituição ao alvará, a licença de funcionamento que dispensa a apresentação da carta de Habite-se para a obtenção do licenciamento, substituindo-a pelo atestado de conclusão de obra. Além disso, autoriza o Governador a conceder licença em caso específico, mediante procedimento simplificado. Essa é mais uma lei que não deverá resistir ao crivo do Ministério Público e do Poder Judiciário, que já suspendeu liminarmente vários dispositivos do diploma legal.

A Lei nº 4.201, de 2008, diz em seu art. 10 que será expedido Alvará de Localização e Funcionamento de Transição nos seguintes

casos, e depois cita os casos. Há o Decreto nº 29.566, de 2008.

Temos um problema, Deputado Chico Leite, que precisamos verificar porque a Lei Orgânica do Distrito Federal propõe que se faça urgentemente a lei de uso e ocupação do solo, conforme prevê seu art. nº 318, §§ 1º, 2º e 3º.

O art. 318 diz: "Os Planos de Desenvolvimento Local e a Lei de Uso e Ocupação do Solo, complementares ao Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal, são partes integrantes do processo contínuo de planejamento urbano."

O Projeto de Lei nº 155, de 2011, que acaba de chegar a esta Casa, deflagrará o processo, mas não poderá ser a única norma a tratar do tema, sob pena de, mais uma vez, sucumbir aos ditames de leis superiores, de ter a validade jurídica negada. Nós temos certeza de que desta vez nós vamos chegar a uma conclusão, a uma lei que possa dar tranquilidade aos empresários do Distrito Federal, para que possam trabalhar. É disso que nós precisamos.

Inclusive, há pouco eu dizia à imprensa, Deputado Paulo Tadeu, que fico imaginando a agonia de homens e mulheres que abrem um estabelecimento, muitas vezes conseguem autorização para o funcionamento através de alvará expedido pelas autoridades, e depois, ao voltar para a renovação, dizem que não pode mais ser renovado. Além de você ter de enfrentar todo tipo de dificuldade, com as taxas de juros altíssimas praticadas no Brasil, a dificuldade de se conseguir um financiamento para o negócio, ainda tem de ficar o tempo todo imaginando em que hora o pessoal da Agéfis vai chegar para fechar o estabelecimento comercial.

Quer dizer, é um drama! E me parece que esse drama só acontece no Distrito Federal. Eu tenho andado por aí e tenho visto o que ocorre em outros estados. Até me lembro, Deputado Olair Francisco, de uma propaganda que era feita pelo Governo do Estado do Tocantins quando eles queriam, Deputado Wasny de Roure, que o Tocantins se tornasse viável. Ela dizia: "Venham para o Tocantins que aqui é o Estado da iniciativa privada".

Aqui no Distrito Federal, nós temos de ter em mente, Deputado e ex-Governador José Ornellas, que acabamos com a história do Distrito Federal só dos palácios e do servidor público. O Estado não tem mais capacidade empregatícia de absorver toda a mão de obra no Distrito Federal. Portanto, nós precisamos chegar a um entendimento. O Ministério Público, a Agéfis e o Poder Judiciário do Distrito Federal precisam compreender – tudo bem que a União financia esses órgãos – que é fundamental termos aqui o desenvolvimento da iniciativa privada, porque, sem dúvida, a iniciativa privada é a maior empregadora do Distrito Federal, especialmente no pequeno negócio do Distrito Federal. Esses pequenos negócios são constituídos por empresas, muitas vezes familiares, que quando se libertam um pouquinho das amarras da burocracia, geram 3, 4 ou 5 empregos. São essas pessoas que estão garantindo a sobrevivência econômica do Distrito Federal.

Portanto, nós precisamos, esta Câmara Legislativa, em conjunto com o Poder Executivo, chegar a um entendimento, Deputado Paulo Tadeu, para termos uma legislação que dê sustentação e garantia ao trabalho dessas pessoas que só querem continuar produzindo e gerando emprego no Distrito Federal.

Cada vez que se faz uma campanha eleitoral, eu nunca vi ninguém dizendo: "Eu vou ser eleito para ajudar a fechar estabelecimento comercial". Nunca vi um deputado dizendo: "Eu quero o voto de vocês! Ajudem-me porque eu preciso ajudar a paralisar o negócio de vocês". Todo mundo diz: "Nós queremos o apoio de vocês para que a gente possa fazer com que o Distrito Federal cresça e gere mais e mais ocupação".

Eu acho que esta Comissão Geral de hoje nos levará a darmos as mãos e nos permitirá encontrar uma solução para esse grave problema ainda neste primeiro semestre. É fundamental que a gente possa encontrar essa solução para dar efetivamente tranquilidade a esses homens e mulheres que se deslocaram hoje das



DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA
Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Coordenadoria de Editoração e Produção Gráfica da Presidência

Coordenador: Randal Martins Junqueira

Editora Executiva: Francilaine Munhoz de Moraes – Reg. Prof. 2461/13/08 – MTb-DF
Diagramação e Arte Final: Seção de Editoração – Impressão: Seção de Produção Gráfica
Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – CEP: 70 094-902 – Brasília – DF – www.cl.df.gov.br

mais variadas regiões do Distrito Federal. Estão aqui representantes de classe. Vejo mais de uma dezena de presidentes de associações comerciais, vejo os representantes da Fibra, da Fecomércio, enfim, de todas as entidades que querem efetivamente uma solução para esse problema, que é grave.

Nós, Deputados e autoridades governamentais, temos de encontrar uma solução para esse problema, que eu diria ser o mais grave problema vigente no Distrito Federal. Alguns dizem que o problema mais grave é a questão do transporte, outros falam que é a questão da saúde. Mas eu diria que o mais grave é o citado acima, porque sem emprego ninguém vive, sem emprego não tem como uma cidade se desenvolver. Eu já vi cidade sem hospital, mas uma cidade não sobrevive sem desenvolvimento econômico.

Veja que agora até no Iraque há estabelecimento comercial funcionando. Até na Líbia do Kadafi, verificamos nas matérias de televisão, ainda existem mercados funcionando, e estão em guerra! Portanto, não é no Distrito Federal que nós vamos permitir o fechamento dos estabelecimentos comerciais.

Ditas essas palavras iniciais, eu quero registrar a presença do Deputado Benedito Domingos, empresário; da Deputada Rejane Pitanga, professora; do Deputado Israel Batista, professor; do Deputado Chico Leite; do Deputado Joe Valle, empreendedor, proprietário da Fazenda Malunga; da Deputada Eliana Pedrosa, empreendedora.

Passo a palavra inicialmente aos Srs. Deputados. Proponho cumprir o Regimento, que estabelece 5 minutos para cada Parlamentar. Em seguida, queremos ouvir as autoridades – é muito importante ouvi-las aqui hoje – e os mais interessados neste assunto, os homens e mulheres empreendedores do Distrito Federal.

Eu quero dizer, Deputado Paulo Tadeu, que a sua vinda aqui como Secretário de Governo demonstra efetivamente o compromisso, a responsabilidade e a vontade do Governo do Distrito Federal em resolver esse problema. Fiz questão de convidá-lo pessoalmente, não que o Chico Machado não o representasse aqui muito bem. Fiz questão de que o Secretário estivesse aqui para ouvir, para apresentar suas impressões e para falar sobre o compromisso do Governo do Distrito Federal de efetivamente resolver esse problema com os demais Secretários. Essa talvez seja a comissão geral mais concorrida em termos de autoridades e Deputados aqui na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Boa tarde a todos. Eu gostaria de cumprimentá-los em nome do Deputado Chico Vigilante, da Deputada Rejane Pitanga e do nosso Líder, Deputado Wasny de Roure, autor desta comissão geral. Eu gostaria de cumprimentar a todos. Não me alongarei muito porque temos que ir de fato ao que é necessário.

Neste momento, eu quero usar a tribuna não como Deputado, mas como empresário. Empresário que em 1993 conseguiu o seu primeiro CGC, a primeira inscrição. E quando você consegue o seu primeiro CGC, a sua primeira inscrição, você começa a ser legal, você começa a gerar emprego e renda. Era uma empresa pequena. Era uma empresa que tinha o seu fundador, o Olair, e mais dois funcionários. Era Olair Calçados, próximo ao supermercado Tatico, na Ceilândia. De lá para cá fomos crescendo, trabalhando e trabalhando.

O que nós entendemos ser peça fundamental para o alvará, para a empresa funcionar? Nós entendemos, meu caro Secretário de Governo – e aí eu acho que tem a boa vontade do Governo de construir uma saída juntamente com todos, tanto é que contamos com a presença de V.Exa. aqui –, que quando uma empresa tira a sua inscrição, ela está habilitada a funcionar. E não é justo termos em todas as cidades de Brasília essa dificuldade hoje de legalização comercial!

O Ministério Público tem que entender que a classe que será mais penalizada é a classe dos pequenos, é a classe de quem tem 2, 3, 4 empregos, é a classe dos empresários de empresas familiares, de empresas em que trabalha o cidadão, a esposa e o filho, da pequena empresa que cuida de 6 a 8 pessoas da família. Onde recolocaremos essa massa trabalhadora? Podemos ir por um caminho de mais de 100 mil desempregados no Distrito Federal. Fala-se que quando há fiscalização, se transfere a dificuldade para a Agefis. Fala-se que a Agefis dificulta, etc. Não é a Agefis que dificulta, a lei é que é errada.

Portanto, precisamos encontrar aqui uma saída adequada, para que Brasília funcione legalmente. Há muitas coisas dentro de

Brasília que precisam ser enfrentadas com pulso. Fala-se muito na empresa que tem dois empregos, uma empresa que fatura 5 ou até 6 mil reais por mês, em algum lugar do Distrito Federal. Um boteco, por exemplo. Estamos fechando os olhos. Enquanto a Feira do Paraguai fatura mais de meio bilhão por mês, pensamos que está tudo bem porque o cidadão paga um tiquetezinho de 60 a 70 reais por mês. Temos que enfrentar todas essas dificuldades. Estamos aqui para isso.

Entendo que esta comissão geral, hoje, começa em um grande momento desta Casa. Começamos o nosso mandato nesta nova Casa em janeiro e já enfrentamos problemas com muitas dificuldades, mas enfrentamos todos eles de frente. Tivemos também a comissão geral que tratou dos problemas dos albergues, que foi de suma importância, e hoje realizamos esta comissão para tratar dos assuntos que mais afetam quem tem CGC e inscrição dentro do Distrito Federal.

É preciso que encontremos um caminho para o diálogo, uma parceria entre a Agefis, as empresas e as administrações, para encontrarmos também um caminho de tranquilidade e um caminho para tudo o que seja correto. Quero dizer que estamos todos de parabéns por estarmos enfrentando todas essas dificuldades.

Sr. Presidente, como estamos na Câmara Legislativa, eu gostaria de registrar que, neste carnaval, tivemos uma notícia muito triste em relação a um funcionário do Detran. Não sou funcionário do Detran, mas creio que todos precisamos ter aqui a sabatina da defesa dos membros que trabalham no Detran do Distrito Federal, porque trata-se de um órgão de muito respeito. Há pessoas trabalhadoras lá, e não é um fato isolado, de um cidadão, que irá colocar uma instituição tão séria como o Detran em matérias de jornais. Deixo registrado que fatos como esse do Detran não é o que acontece dentro do Distrito Federal. Tanto a Polícia Militar, quanto a Polícia Civil e o Detran são órgãos de que temos grande orgulho.

Eu, como Parlamentar, sei que este não é o momento adequado para falar nesse assunto, pois estamos realizando uma comissão geral que trata de outro tema, mas abro essa brecha para defender as pessoas que tão bem nos representam no Detran.

Quero dizer que o Deputado Chico Vigilante, a Deputada Rejane Pitanga e o nosso Líder, Deputado Wasny de Roure, estão de parabéns por trazerem um tema tão importante para esta Casa, que é a questão dos alvarás, para a qual, com certeza, vamos encontrar uma saída. A saída é a empresa aberta. Essa é sempre a melhor opção para o Distrito Federal, pois representa mais imposto, mais renda e mais emprego.

Há 3 coisas importantes. Precisamos mudar o sonho do povo do Distrito Federal. A maioria dos jovens do Distrito Federal sonha em ser servidor público. Precisamos pôr na cabeça dos jovens que eles precisam ser empreendedores, geradores de riquezas, de empregos e de renda. E é para isso que esta Câmara Legislativa está aqui, enfrentando um problema muito sério, que é a questão do emprego, que é a questão da porta aberta. Queremos empregos, queremos renda e segurança. O emprego está na iniciativa privada.

Vocês estão de parabéns! Eu estou à disposição.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Deputado Olair Francisco.

Concedo a palavra ao Líder do Governo, Deputado Wasny de Roure, e em seguida aos Deputados Chico Leite, Washington Mesquita, Joe Valle e Eliana Pedrosa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Boa tarde a todos que acolheram esta Casa. Cumprimento a Mesa na pessoa do Deputado Chico Vigilante, os Srs. Secretários presentes, os colegas Parlamentares, os administradores.

Em primeiro lugar, Deputado Chico Vigilante, esta comissão geral é o reflexo da sintonia desta Casa com um problema extremamente grave como esse que estamos vivenciando. Acompanho esse debate há alguns anos. Comecei a acompanhá-lo quando Joaquim Roriz ainda era o governador e debatíamos a temática da regularização dos alvarás dos vendedores de gás de cozinha na cidade de Samambaia. Começamos a observar que o tratamento era diferenciado, na medida em que havia propina: alguns tinham e outros resistiam em ter um alvará permanente. Isso foi trazendo uma angústia grande para aqueles que queriam trabalhar de maneira consequente e séria. Isso foi passando, havia um problema no Plano Diretor Local de Samambaia e, a partir daí, assistimos, mais recentemente, no ano passado, ao posicionamento

do Ministério Público.

Sou daqueles que tem absoluta lucidez da importância do Ministério para todos nós. Não há sociedade democrática sem um Ministério Público forte. Agora, também não podemos nos silenciar quando se perdura o problema, a cidade entra em uma crise política, tudo de mal vem à tona e paralisa a cidade. Foi isso o que de fato aconteceu, em um momento de angústia da cidade Em função das inúmeras denúncias, passamos a conviver com o fechamento de comércios, de serviços, alguns — é bem verdade — situados em locais residenciais. Essa atitude generalizada se tornou, absolutamente, um prejuízo para a cidade, em todos os sentidos, não apenas para a geração de empregos não apenas para o comércio que fechou, não apenas para quem investiu e não conseguiu ter retorno. Foi uma absoluta situação de caos que se estabeleceu em Brasília nas atividades de comércio e serviços. Por isso, reportar-se a esse conjunto de leis e decretos que não prosperaram, a despeito da intenção, é uma coisa que nos preocupa para com o que vier.

O meu entendimento é que essa matéria não pode ser tratada em uma relação absoluta, aqui na Câmara Legislativa. Essa matéria deve ser enfrentada com diálogo, parceria, cumplicidade, responsabilidade, com o Ministério Público, o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas, para que cada um pague a sua conta no processo e para que, amanhã, não votemos uma lei inconsequente e recebamos inúmeros pejorativos.

Deputado Chico Vigilante e Deputado Chico Leite, hoje nosso Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, parece que esta Casa é uma grande produtora de leis inconstitucionais Esta Casa tem perpassado muitos e muitos cenários. Já fui Parlamentar aqui, em outras legislaturas, e observei que algumas das minhas iniciativas foram alvo de inconstitucionalidade. Em outras, o Governo tentou declarar a inconstitucionalidade, como foi o caso do IPTU das quitinetes e dos semáforos em áreas de velocidade, e perdeu. E aí, também não encontramos o mesmo respaldo, na mídia, para reconhecer e valorizar aquilo que a sociedade conseguiu conquistar a partir desta Casa.

Portanto, Srs. Deputados, empresários presentes, sociedade civil organizada, senhores agentes do Poder Público, a nossa palavra deve ser de enfrentamento, para encontrar uma solução permanente, a fim de que a cidade não seja achacada, intimidada e constrangida a cada período que se levanta. Por isso, queremos votar, mas queremos votar algo representativo na sociedade civil organizada, como também é de entendimento do Ministério Público, do Tribunal de Contas, do Tribunal de Justiça e da própria Procuradoria do Distrito Federal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Quero registrar a presença dos seguintes convidados: Francisco Evando Ximenes, Presidente da Associação Comercial de Planaltina; Sandro Vieira, do gabinete da Deputada Celina Leão; Gesiel Miguel, Administrador do Itapoã; Prof. Raimundo Rocha Braga, presidente em exercício da Associação Comercial do SCIA-Estrutural; Luciene Rocha, do Setorial de Mulheres do PT; Fábio Fuzeira, arquiteto, do gabinete do Deputado Rôney Nemer; Pablo Alcides, Supervisor de Vistoria do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, peço permissão a V.Exa. para saudar a Mesa nas pessoas das duas mulheres que ocupam os espaços: a Deputada Luzia de Paula e a Presidente da Associação Comercial do Distrito Federal, Dra. Danielle Bastos.

Quero saudar empresários e empresárias, empreendedores e empreendedoras. Acho que o primeiro passo é que todas vocês e todos vocês se sintam à vontade nesta Casa. Vamos debater o tema de maneira lídima, de maneira corajosa, mas de maneira responsável, sem proselitismos, sem falsas expectativas, sem politicagens baratas. O segundo é saber que esse Governo — e as presenças dos Secretários Paulo Tadeu e Moacir têm um significado — quer resolver o assunto. Esse é um Governo que se pauta pela ética, mas que vai adiante. A ética é necessária, mas é fundamental o trabalho, a alternativa efetiva para a vida das pessoas. É um Governo que se pauta assim: se não puder ser solução, se não puder ser alternativa, se não puder ser saída para os problemas das pessoas, eu não quero ser mais nada. Eu não serei um problema, eu não serei uma pedra no caminho. Essa é a consciência do Governo. E o Secretário Paulo

Tadeu significa isso.

Na realidade, o que vivenciamos todos esses anos — quero bater um papo de pé de orelha, eu aqui liderado pelo Secretário Paulo Tadeu — é a chamada síndrome do cabrito. Lembra? Parece uma brincadeira. O problema parava no colo do Governo. O Governo, o Secretário Roberto Wagner, jogava para esta Casa. Oposição segurava numa perna, Situação segurava na outra, a responsabilidade estava com esta Casa, sem poder fazer nada, porque Deputado não pode ter iniciativa de lei sobre edificação. Não pode, vai cair! Vai cair porque é inconstitucional. Eu sei que muita gente enganou. Ia nos lugares: "Deixa essa igreja aqui que eu faço a lei", "deixa essa quadrinha de esporte aqui que eu faço a lei". Mentira! Mentira porque não sabe, ou mentira porque queria enganar, criar falsas expectativas. Esse Governo não vai criar falsas expectativas; esse Governo vai fazer de verdade.

E nós aqui, tentando resolver. Eu me lembro do PL das Igrejas. Eu dizia aos companheiros e às companheiras: "Não adianta tentar emendar, porque vai cair tudo". Não precisa o Ministério Público entrar, nós vivemos num sistema do contencioso único, a chamada jurisdição única. Esse princípio quer dizer que tudo termina no Judiciário, basta uma associação entrar para derrubar lei. Então, não adianta enganar. Engana um pouco de tempo, engana um pouquinho, mente um pouquinho, recebe uns aplausos, o que é aplauso hoje é vaia amanhã. Só o princípio é eterno. Então vamos demorar um pouquinho mais para resolvermos?

Pois bem, nós segurávamos aqui e o cabrito berrava, berrava. Enquanto isso o Poder Executivo trabalhava, fazia o que queria e ainda culpava a Câmara Legislativa. A culpa é da Câmara. Ouvi isso demais. O Deputado Paulo Tadeu e eu discutimos isso ao extremo porque o Governo não queria resolver e atribuía responsabilidade à Câmara. O Deputado Bispo Renato sabe disso. Ele esteve aqui. O que acontecia ao final? Uma colcha de retalhos que nem resolvia o problema dos interessados nem resolvia o problema da cidade; resolvia o problema do Governo, que não queria trabalhar. Essa é a realidade. Resolvia o problema daqueles que queriam guardar falsa expectativa às pessoas, mas não resolvia o problema do ser humano que queria trabalhar e produzir riqueza.

Então, a primeira coisa que temos de assumir aqui, nós todos que queremos resolver o problema, é que mesmo que tenhamos dificuldade, vamos percorrer o caminho da lei, vamos percorrer o caminho da realidade, da franqueza, da comunhão.

Trouxe aqui — penso que não há mais espaço para maravilhas como ocorreu no passado — algumas propostas que vou encaminhar à Mesa. Precisamos de novas regras de uso e ocupação do solo que confirmam um padrão de vida urbana mais dinâmico. Fundamentalmente, a lei geral é o PDOT, a lei especial interregna é a Lei de Uso específico e de Ocupação do Solo, e a lei mais particular é a dos chamados planos de desenvolvimento, a cidade dividida em 7 regiões. Temos 3 passos para cumprir essa etapa. Então vamos começar a cumprir rápido, urgente, Rubinho. É esse o nosso papel.

Pois bem, Presidente, precisamos de atividades que resgatem a W3 do ostracismo, que permitam a revitalização dos setores completamente abandonados no horário noturno, como ocorre no SIA, no Setor de Indústrias Gráficas, no Setor Comercial Sul. Precisamos romper com regras de uso exclusivo, mas aí não é a Procuradoria ou o Ministério Público, a que se atribuem até perseguições, aí é a lei que tem de fazer isso. Outro dia queriam criar a cidade dos bares. Pelo amor de Deus! Não é isso o que desejava Lúcio Costa. Outro dia, disse Oscar Niemeyer em artigo que a cidade tem que entrar no roteiro de sua atualização.

Também a ideia de que tenhamos, Presidente, a harmonia, o respeito ao ordenamento territorial de um lado com a atividade econômica do outro. Proponho, Presidente, que possamos ter um contato, como já estamos fazendo no terreno tributário — o Secretário Moacir bem sabe disso —: uma comunhão de esforços entre autoridades públicas e todos os interessados no tema, comunidade e empreendedores, para que possamos contemporizar direitos. A cidade não pode ser engessada, mas não podemos admitir para os amigos do rei, tudo; para os inimigos, o fechamento e a perseguição.

É por isso, Sr. Presidente, que por último eu proponha que, neste trabalho de ordenamento, nós criássemos uma comissão com a participação da Casa Legislativa — quero parabenizar V.Exa. por essa iniciativa, Deputado Chico Vigilante —, uma comissão com representação de todos os setores que começasse a fazer efetivamente esse estudo, desde já. De olho nas regras existentes

e na contemporização de direitos, para que, mesmo que possamos demorar, tenhamos uma solução efetiva. Estamos cansados das falsas expectativas.

Sr. Presidente, estou à disposição, em favor da cidade que eu amo.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu gostaria de registrar a presença do companheiro Wilmar Lacerda, Coordenador-Chefe da Coordenadoria de Assuntos Legislativos da Secretaria de Governo.

Solicito ao Mestre de Cerimônias que proceda à leitura do nome dos convidados presentes.

MESTRE DE CERIMÔNIAS – Dentre as muitas personalidades que nos honram com suas presenças nesta tarde, gostaríamos de registrar as seguintes: Sr. Carlos Kobayashi, Subsecretário de Assuntos Estratégicos do Distrito Federal; Sr. Geraldo Branquinho Júnior, Gerente de Normas e Procedimentos da Agefis; Sra. Glaucia Aparecida Diprê; Sr. Oswaldo Meneghin, Presidente da Associação dos Comerciantes da Asa Sul e Asa Norte; Sr. Euclides, Coordenador da Drogeria Farmamais; Sr. Luiz Ribeiro, Presidente da União e Proprietários de Trailer e Quiosques do Distrito Federal; Sr. Benício Borges da Silva, Chefe do Núcleo de Licenciamento de Atividades Econômicas da Administração de Samambaia; Sr. João Francisco Neto, Presidente da Dimmy Publicidade; Sr. Manoel Domingos Cardoso, Presidente da Associação Comercial do Gama; Sr. Silvano Macedo da Silveira, Chefe de Gabinete da Administração do Riacho Fundo II; Sr. Bruno César Ribeiro Custódio, assessor, representante da Administração da Estrutural; Sr. Gilton dos Santos, Assessor do Gabinete da Administração do Paranoá; Sr. Júnior Carvalho, Presidente da Associação Comercial, Empresarial e Industrial de São Sebastião; Sr. Ronilton Venancio Fernandes, da Assessoria Técnica da Administração Regional de Samambaia; Sr. Ruben Costa, Chefe de Gabinete da Administração de Águas Claras; Sr. Caio Nelson, Presidente da Associação Empresarial de Samambaia; Sr. Gilberto Alves de Carvalho, da Administração de Ceilândia; Sr. Gleiston de Paula, Diretor Geral da Agefis; Sr. André Garvachaes, empresário; Sr. Cláudio Caixeta, Diretor de Fiscalização da Agefis; Sr. Laurindo Modesto Júnior, Assessor do Gabinete da Administração Regional de Taguatinga; Sr. José Ribeiro de Sousa, Gerente de Licenciamento da Administração do Riacho Fundo I; Sr. Isaias Menezes, representante da Administração do Núcleo Bandeirante; Sra. Cristina Franco, representante da Administração da Candangolândia; Sr. Sérgio Luís Xavier, Gerente de Licenciamento da Administração da Estrutural; Sr. Geraldo Alex Melo, Chefe de Gabinete da Administração de Santa Maria; Sr. Raizer Pachelli, Gerente de Licenciamento da Administração do Varjão; Sr. Carlos Antônio, Conselheiro da Associação Empreendedores do Park Way; Sr. José Tomas do Nascimento, Presidente da Associação Comercial e Empresarial do Sudoeste/Octogonal; Sr. Clemliton Saraiva, Presidente da Associação Comercial de Ceilândia; Sr. Francisco de Assis da Silva, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Samambaia; Sr. Valdemir Hass, Presidente da Associação Comercial e Industrial do Núcleo Bandeirante; Sr. Rubens Mendes, Diretor de Obras da Administração – RA X, do GDF; Sr. Miltom Soares de Oliveira, Presidente da Acig – Associação Comercial do Guará; Sr. Gersinei Almeida, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Empresários Associados; Sr. Etevaldo Silva, Secretário Geral da Facid e Ride; Sr. João do Violão, Presidente da Associação Comercial Empresarial e Industrial do Paranoá; Sr. Daniel de Castro, da Administração de Taguatinga; Sr. Nisio Tostes, Presidente da Associação de Proteção Urbanística e Ambiental do Lago Sul; Sr. Miter Mayer, Gerente de Serviços Públicos da Administração do Cruzeiro.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Durante a fala dos próximos oradores, solicitamos ao Cerimonial que proceda à inscrição de pessoas que queiram falar pelo tempo regimental de até 3 minutos. Vamos limitar a 15, tendo em vista o grande número de pessoas que querem falar.

Concedo a palavra ao Deputado Washington Mesquita.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA – Boa tarde a todos. Cumprimento o Presidente desta comissão geral, Deputado Chico Vigilante; Deputado Wasny de Roure; Deputada Rejane Pitanga; Secretário de Governo, Paulo Tadeu, que aqui representa o Governador de Brasília Agnelo Queiroz; empresários e empresárias, empreendedores e empreendedoras; cidadãos aqui presentes.

Estou aqui, primeiramente, na condição de Parlamentar, mas

já estive aí sentado nas mesmas cadeiras no lugar de cada um de vocês. Durante 15 anos fui empresário do ramo de supermercado. Eu sei o sofrimento que vocês têm passado, a angústia, a lamúria. Quantas vezes eu estive na frente de um administrador regional para pedir um favor? Um favor para, simplesmente, eu estar totalmente legalizado, para que pudesse abrir as portas das minhas empresas, para que eu pudesse desenvolver e desempenhar a minha atividade legal. Não foi uma vez, duas ou três, foram milhares! Mas quantas vezes também, eu como empresário, tive que me dirigir a um gabinete de um parlamentar à procura de uma solução, à procura de um respaldo legal, para que eu tivesse o meu alvará de funcionamento? Foram milhares e milhares de vezes!

Fico muito feliz, porque neste início de legislatura, neste início de governo, vejo como uma grande responsabilidade desse governo, na pessoa do Deputado Chico Vigilante, do Secretário Paulo Tadeu aqui presente, trazer este debate, convocar esta comissão geral, para que possamos formatar uma lei. Uma lei constitucional provida do Executivo para dar legalidade a todos os senhores e senhoras. Isso é mais do que justo e necessário, sim! São vocês os trabalhadores do dia a dia, que estão gerando emprego, que estão arrecadando impostos, que estão participando efetivamente do montante de mais de R\$ 18 bilhões que são arrecadados aqui em Brasília e serão reinvestidos em prol da sociedade.

Então, a minha presença aqui é para dar o meu apoio, a minha presença é para reconhecer que o momento é ímpar, o momento é necessário e o momento é justo. Que esta comissão, Deputado Chico Vigilante, não se limite aos empresários, que ela possa ser extensiva aos templos religiosos. Quantas igrejas católicas, igrejas evangélicas, outras denominações, precisam desse amparo legal e, infelizmente, têm esbarrado na falta de uma legislação direcionada para esse fim?

Então, parabeno esta comissão, essa iniciativa. Estou aqui para dar o meu apoio total e irrestrito à aprovação dessa lei, mas, principalmente, para que não só vocês, como eu também não passemos mais por várias e várias situações de desconforto; várias e várias situações de humilhação, tendo que pedir favor para ter o nosso comércio aberto, para que, assim, possamos gerar emprego, arrecadar os nossos impostos e participar do desenvolvimento da nossa cidade.

Tenho certeza de que os 24 gabinetes estão aqui abertos, esses 24 mandatos não se furtarão e não se ausentarão da aprovação desse projeto. Esses gabinetes não são, na minha concepção, para simplesmente conceder um favor a vocês. Esses mandatos são para conceder a vocês o direito legal que vocês merecem como cidadãos, como contribuintes, como empresários, como geradores de impostos, como geradores de emprego.

Contem com o meu apoio, meu grande abraço e parabéns mais uma vez ao Deputado Chico Vigilante por essa iniciativa. (Palmas)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Deputado Washington Mesquita.

Eu quero pedir desculpa por uma falha e convidar para fazer parte da nossa Mesa o Sr. Gleiston M. de Paula, Diretor-Geral da Agefis. (Palmas.) A presença da Agefis no nosso debate é muito importante.

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE – Boa tarde a todos. Serei muito breve. Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa do Deputado Chico Vigilante, que fez o requerimento e, apoiado por todos, teve a possibilidade de realizar esta comissão geral tão importante para a nossa cidade.

Quero cumprimentar também o Secretário de Governo, neste momento representando o nosso Governador Agnelo Queiroz, e, como já foi dito, mostrando a importância que o nosso Governo — se assim posso falar — tem dado a esse trabalho do setor produtivo. Afinal de contas, tudo o que roda nesta cidade e o que roda no nosso país vem de impostos pagos. O que o Governo faz e o que nós fazemos aqui na Câmara — uma das nossas ações — é justamente atuar para que o Governo gaste bem esse dinheiro que foi arrecadado de todos os senhores que estão aqui, que ele seja aplicado na infraestrutura e que retorne à melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Eu gostei muito do discurso do nosso Deputado Chico Leite porque S.Exa. resumiu. Eu sei que os senhores ouviram com muita atenção o que S.Exa. disse. Estive há pouco aqui neste auditório com

mais de mil produtores rurais, que vivem o mesmo que vocês estão vivendo agora, e o nosso Governador deu a solução. Já foi aprovado pela diretoria da Terracap que, no próximo dia 17, o conselho aprove a regularização das terras rurais do Distrito Federal, mostrando a atenção que o Governo dá quando se fala em setor produtivo.

Mas como essa solução foi construída? Essa solução foi construída por vários atores. Como disse o Deputado Chico Leite, nós precisamos chamar à mesa todos aqueles que podem decidir efetivamente — não vou usar o termo pagar a conta — para que eles deem a solução, porque se a Câmara Legislativa do Distrito Federal faz o seu papel, mas o Ministério Público não faz, nós teremos problema logo à frente e estaremos apenas maquiando esse processo, como ver — ‘acendo há muito tempo na nossa cidade.

Então, eu quero dizer mais uma vez que é importante demais a participação dos senhores e a vinda dos senhores a esta Casa, porque esta Casa pertence a todos vocês. Eu tenho certeza absoluta de que todos os Deputados que estão aqui, Deputada Luzia de Paula, Deputado Washington Mesquita, Deputado Wasny de Roure, Deputada Rejane Pitanga, Deputado Benedito Domingos, Deputado Olair Francisco, Deputada Eliana Pedrosa, todos — tenho certeza absoluta — querem resolver esse problema. Eu acredito que todos os atores envolvidos querem resolver esse problema. Por isso, temos que trabalhar juntos, todos sentados à mesa para termos uma solução. E gostaria até de sugerir um mutirão para isso, porque ninguém aguenta mais!

Nós temos ouvido falar o tempo inteiro em corrupção na nossa cidade. Nossa cidade não aguenta mais isso, como não aguenta mais essa situação que se vive — da irregularidade, da insegurança, das pessoas investindo, empregando e sustentando a cidade, sem uma resposta à altura da sua sobrevivência e da sua qualidade de vida. Então, eu acredito que chegou a hora.

Esta Casa está aberta. O Deputado Chico Vigilante, com sua sensibilidade, e o Governo, representado pelo Secretário Paulo Tadeu, estão presentes. Então, está na hora. Se todos nós queremos resolver, temos que resolver. Vamos partir para resolver. Não vamos sair desta comissão geral sem datas específicas, para que nós possamos novamente nos encontrar, termos a solução e trazermos a solução da Câmara Legislativa do Distrito Federal, do Ministério Público, dos tribunais, do Governo do Distrito Federal para essa situação, a qual — eu tenho certeza absoluta disso — todos nós sabemos que não pode continuar.

Eu estou aqui à disposição. Estou aqui imanado com o Deputado Chico Vigilante. Adorei o discurso que S.Exa. fez no começo, pois mostra toda a sua sensibilidade com o setor produtivo. Que nós façamos real e definitivamente, e não fiquemos só no discurso, como disse o Deputado Chico Leite; que partamos para a ação, fazendo a Câmara Legislativa do Distrito Federal aquilo que lhe é devido, pois é o seu papel fazer toda essa articulação de todos os atores, para que possamos ter a solução definitiva e melhorar a qualidade de vida de todos os senhores.

Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante, pelo convite. Estou à sua disposição.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado.

Eu peço ao Cerimonial que proceda à leitura de uma mensagem enviada pelo Deputado Evandro Garla. Em seguida, concederei a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

MESTRE DE CERIMÔNIAS – Brasília, 10 de março de 2011.

Ao cumprimentá-lo cordialmente, parabeno o Deputado Chico Vigilante pela brilhante iniciativa de comissão geral sobre a emissão de alvará. Por motivo de viagem anteriormente agendada, para resolver assuntos referentes à executiva do PRB nacional, peço desculpas por minha ausência, parabenzando-o mais uma vez por esta preciosa iniciativa.

Atenciosamente, Deputado Distrital Evandro Garla.”

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Passarei a palavra à Deputada Eliana Pedrosa, em seguida ao Deputado Benedito Domingos, depois à Deputada Luzia de Paula e, por último, à Deputada Rejane Pitanga para encerrar o grupo dos Parlamentares. A seguir, falarão as autoridades e os representantes das entidades.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – O meu boa-tarde a todos, a todos que saíram das suas casas, das suas atividades comerciais e vieram representar pelo menos 70 mil comerciantes. Parabéns para vocês, porque todos nesse momento estão incomodados, mas vocês

vieram para mostrar a cara da insatisfação e da vontade de que essa solução seja alcançada rapidamente.

Quero parabenizar e cumprimentar a Mesa na pessoa do Deputado Chico Vigilante e, por extensão, o Deputado Wasny de Roure e a Deputada Rejane Pitanga por essa iniciativa, que é muito importante, porque nós já estamos depois do Carnaval, e se diz que o Brasil começa a funcionar depois do Carnaval. Então eu vim aqui, Deputado Chico Vigilante, na expectativa de que possamos ter o anúncio do Governo de que o projeto está chegando à Câmara, já que é iniciativa do Governo.

Quero cumprimentar, como nome do Governo, o Deputado Federal Paulo Tadeu, Secretário de Governo representando o Governador Agnelo, e dizer que esse é um assunto recorrentemente discutido nesta Casa. Todos já passam por essa aflição há muito tempo, e acredito que o Governo já tenha uma fórmula dessa proposta de lei para enviar à Câmara Legislativa. Como Legislativo, porque não é da nossa competência tomar a iniciativa, posso dizer, Secretário de Governo Paulo Tadeu, representando a oposição, que o Governo terá todo o nosso apoio — irrestrito, total. Nós mergulharemos. Se o Governo mandar o projeto hoje, hoje mesmo estaremos prontos para votar. Porque eu acho que essa é uma questão essencial, mexe com a economia da nossa unidade da Federação, mexe com a possibilidade de nós darmos tranquilidade aos pais de família que tocam os seus negócios, e também àqueles que precisam dos empregos e hoje vivem aquela insegurança: “Será que a empresa em que eu trabalho vai ser fechada, ou não vai ser fechada?”

Queremos pedir, Sr. Gleiston, ao senhor que é da Agefis: sabemos que há o Ministério Público, que exige que o agente público cumpra as suas obrigações, mas se os comércios estão estabelecidos há 20 anos, 10 anos, 6 anos, um ano que seja, então acho que quem tem que ser responsabilizado são os agentes públicos anteriores. Falo isso com absoluta tranquilidade. Há que se ter um mínimo de bom senso. Um fiscal foi a um local e multou; se voltar outra vez para dar outra multa, é porque quer só arrecadar. Eu acho que tem de haver hoje uma reflexão. Enquanto nós não conseguirmos aprovar a lei, temos que procurar um caminho em que esse bom senso possa ser encontrado.

E sinto falta, Deputado Chico Vigilante, porque acredito que V.Exa. deva tê-lo convidado, do Ministério Público para sentar aqui, para escutar o clamor das pessoas. Porque a aplicação fria da lei nunca foi a intenção de nenhum legislador. Tanto é que o direito é dialético para dar espaço às discussões, às novas visões, às novas propostas. Sinto falta do Ministério Público aqui.

Penso também que o Governo, ao colocar a proposta, se houver ainda alguma dúvida com relação à sua legalidade, à sua constitucionalidade — talvez não apenas o Governo, porque eu sei que se tem tentado isso, inclusive desde o Governo anterior —, deve ir ao Ministério Público para que ele dê um caminho, uma orientação de como quer essa lei. Se não for assim, acho que todos os senhores também terão que ir para lá. Nós temos que encontrar essa solução a curto prazo, a curtíssimo prazo, porque é um absurdo o que estamos vivendo. O mundo muda, hoje é um mundo de transformações muito rápidas, e nós não podemos ficar presos a um passado que engessou a cidade.

A questão do zoneamento pode ser resolvida facilmente com a lei, porque nós não podemos deixar as nossas regiões administrativas com locais que estão presos a um zoneamento. É simples, faço aqui um exemplo: Setor de Rádio e Televisão não pode ter consultório médico. Setor Gráfico: quantas televisões, quantas rádios haveria para preencher aquele setor, que ficou enorme? A cidade cresce, não é uma cidade mais para o que foi projetada, de quinhentos mil habitantes. Hoje, Brasília é muito maior do que isso.

O mundo é muito diferente do que era quando Brasília foi projetada. Hoje, com a internet, com o mundo digital em que vivemos, precisamos estar abertos. Vivemos no século XXI, um período de grandes aberturas, e nós não podemos viver um engessamento na Capital de um País que cada vez mais se coloca na ponta das grandes discussões mundiais. O Brasil hoje é uma potência mundial, não podemos esquecer isso. Nós somos a Capital e vamos ficar com essa questão provinciana de segurar todo esse potencial empreendedor, que foi estimulado através de todo esse tempo.

Então, Deputado Chico Vigilante, conte com o apoio da Oposição. O Governo pode contar, e nós esperamos rapidamente — vou ficar aqui para esperar — esta boa nova do Secretário de Governo, Sr. Paulo Tadeu: “Olha, o projeto está chegando em tantos

dias". É isso que nós queremos escutar aqui hoje. Acho que todo mundo quer escutar isso hoje nesta Casa. Sei que o Governo se preparou com bons técnicos para que isso possa ser feito dentro da constitucionalidade, e dentro do prazo, já que o Brasil começa após o Carnaval.

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Gostaria de registrar aqui a presença do nosso Administrador de Samambaia, companheiro Risomar Carvalho.

Concedo a palavra ao Deputado Benedito Domingos.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS – Quero cumprimentar aqui o Deputado Chico Vigilante pela iniciativa; também nosso Secretário de Governo, que representa aqui o Governador Agnelo Queiroz, companheiro Paulo Tadeu; demais componentes da Mesa, em destaque a Sra. Danielle Bastos Moreira, que, sem dúvida nenhuma, representa aqui a classe empresarial do Distrito Federal.

Eu quero dizer aos companheiros que a Deputada Eliana Pedrosa foi muito feliz em suas colocações. Acho o seguinte: há o conceito de que a lei é mutável no tempo e no espaço para atender o interesse da sociedade. A lei não pode ser estática, a lei não pode ser uma lei fixa, porque o desenvolvimento obriga que a legislação seja adequada à realidade social do dia a dia.

Brasília hoje é muito complexa. Temos o Plano Piloto, que nasceu de uma prancheta, de um concurso internacional. Nós temos Itapoã, que não tem ainda a sua legislação oficializada. Temos Vicente Pires, que também é uma grande cidade, e não tem nem o seu ordenamento. São muitas outras cidades. Então, equiparar todas em um ponto de igualdade é um problema seriíssimo.

Essa legislação – que, com certeza, o Governo, conhecedor desses problemas, deverá mandar para esta Casa – deverá ser heterogênea, porque há setores que sequer titulação da terra têm, muito menos o Habite-se de uma obra que não pode ser aprovada porque não tem ainda a documentação do terreno. Por exemplo: quando estávamos à frente da Administração de Taguatinga, e Vicente Pires estava ainda ligada a Taguatinga, tivemos ali o fechamento de todas as farmácias de Vicente Pires. A farmácia presta um serviço social extraordinário. Por que fecharam? Porque não tinha um papelzinho dizendo alvará de funcionamento.

Aí chega o fiscal – perdoe-me o companheiro da Agefis, pois ele está cumprindo as normas –, e o alvará está vencido. Venceu ontem. Até ontem, não havia risco algum. Hoje ele está vencido, já é risco de vida. Por isso tem de ser interdito, porque está correndo um risco tremendo de o prédio cair, porque o papel está vencido. Temos de mudar. Conforme disse a Deputada Eliana Pedrosa, o bom senso é que governa as coisas, a realidade, a situação.

Tivemos casos simples assim, de fecharem hotéis em Taguatinga e não deixarem nem o hóspede entrar para tirar a mala de dentro do hotel. Pensem: que conceito tem uma cidade em que acontece isso? Por quê? O alvará estava vencido. Sobre essas coisas, nós temos de fazer um exame. Gostei muito quando disseram que o Ministério Público deve participar. São eles que dizem que é inconstitucional, então eles que ajudem a fazer uma coisa constitucional, que seja real e que funcione.

O Deputado Washington Mesquita foi feliz: não podemos igualar igrejas de qualquer credo religioso a uma indústria ou a um comércio, ou a qualquer outra atividade econômica. A igreja tem uma missão muito especial, mas infelizmente é enquadrada como se fosse uma empresa. Tem que mudar!

Chico, eu acredito muito no esforço do Governo. Eu acredito muito no Agnelo. É uma pessoa simples, um homem do povo, um homem que tem vivência. Você também, lá na Ceilândia, você sabe ali a luta que foi e a luta que tem o Sol Nascente, o Pôr do Sol, aquelas situações lá para legalizar. Mas lá está uma padariazinha vendendo, uma farmáciazinha vendendo, um açougue vendendo. Está atendendo quem? A sociedade, a comunidade. Então, nesse aspecto, nós temos de ter uma legislação flexível. Não se pode enquadrar todo o Distrito Federal pelo Plano Piloto, porque aqui é um caso muito diferente, tem de haver esse bom senso.

No mais, torço para que tudo dê certo. Conforme disseram os companheiros que me antecederam, a Casa está aqui para ajudar a construir uma legislação duradoura que traga soluções para esses problemas. É isto que desejamos: que o povo seja feliz, que o povo possa trabalhar sem o medo de vir um fiscal da Agefis.

Eu vou contar uma historinha, bem rápido: quando Lampião andava lá pelo Nordeste, ele chegou a uma venda, numa roça, que

era de um árabe e foi tratado com a melhor cordialidade possível. O árabe matou porco, matou galinha, matou peru, fez uma festa das melhores. Quando Lampião foi se despedir, disse: "Olha, eu não vou fazer nada com você porque você me tratou muito bem. Você sabe quem eu sou?". O árabe falou assim: "Não". "Eu sou Lampião". Ele disse "Pensei que o senhor era fiscal!". Então, o resultado é o seguinte: o que ocorre hoje é que nós temos mais medo do fiscal do que do Lampião.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu quero registrar a presença do Sr. Emílio, Procurador-Chefe da Procuradoria do Meio Ambiente.

Concedo a palavra a Deputada Luzia de Paula.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, minhas saudações e meus cumprimentos pela bela iniciativa. Cumprimento também o Deputado Wesley de Roure e a Deputada Rejane Pitanga. Cumprimento, na pessoa da Dra. Danielle, todas as mulheres empreendedoras que estão aqui nesta tarde, numa tarde de um discurso muito sério.

Sabemos da luta que tem tido a família do Distrito Federal. E aqui quero lembrar Ceilândia, disse muito bem o Deputado Benedito Domingos, quando se lembrou do Sol Nascente e do Pôr do Sol. Eu me lembro, Tabajara, de momentos muito difíceis para aquela comunidade da qual você faz parte. Por várias vezes, pessoas desesperadas chegaram até nós, no seu sofrimento, para falarem do achado, do desprezo e da forma como eram tratadas, muitas vezes, por aqueles que ali iam em nome da lei. Muitas vezes questionavam: "que lei é essa que pune aqueles que mais precisam e que mais trabalham, e faz diferença com aqueles que podem?" E quando eu falo "aqueles que podem", todos sabem interpretar que não é só o poder do poder, mas o poder da corrupção. E isso imperou e muito, infelizmente, no Sol Nascente e no Pôr do Sol, onde não tinha ninguém com essa capacidade, e os nossos comércios, os nossos empreendimentos eram, na maioria das vezes, fechados. Muitos pais de famílias, muitas crianças ficavam até passando fome, porque era dali que tiravam o seu sustento.

Eu falo isso, relato esses momentos porque eles estão gravados com uma profundidade e tristeza muito grandes dentro da minha alma. Quando aceitei sair numa candidatura, foi justamente para poder falar em nome daqueles que mais precisam. E os que mais precisam são, muitas vezes aqueles que trabalham, aqueles que lutam, porque hoje o Estado não dá conta de devolver à sociedade e, principalmente, às suas crianças aquilo que precisa ser devolvido.

Deputado Chico Vigilante, uma vez mais agradeço a Deus por essa iniciativa. Agradeço a Deus porque sei que V.Exa. já ouviu também, muitas vezes, a lamúria do nosso povo e viu o sofrimento das nossas crianças ao verem seus pais sem trabalho e com seus estabelecimentos fechados. Não é justo. Até que enfim, realmente, estamos num novo caminho. Um caminho que dá a essa comunidade, a comunidade dos empresários, uma esperança de ver realmente chegar o momento de poderem dizer: posso abrir minhas portas e ficar tranquilo amanhã, porque no final da tarde também estarei trabalhando.

E quero aqui, mais uma vez, dizer a todos que estamos nesta Casa de Leis para defender juntos, com todos os segmentos, todos os poderes. Não basta apenas o Legislativo, porque é um emaranhado, é uma torre de Babel que se colocou aí, é uma Babilônia. Mas, com certeza, com a luta e a determinação de vocês estaremos aqui para somar. E como eu já disse, o Estado não dá conta. Quem hoje sustenta este país, quem sustenta o Distrito Federal são os empresários e, principalmente, os pequenos empresários.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra à Deputada Rejane Pitanga.

DEPUTADA REJANE PITANGA – Boa tarde a todas e a todos. Cumprimento as autoridades da Mesa na pessoa do meu companheiro Deputado Chico Vigilante, a quem parabenoza pela brilhante iniciativa. Cumprimento também todos os Secretários presentes na pessoa do Secretário de Governo, Deputado Paulo Tadeu; a todos os empresários e empresárias; a todos os empreendedores e empreendedoras. Serei rápida porque todos e todas queremos ouvir as falas dos componentes da Mesa.

Eu queria dizer a vocês que este momento que estamos vivendo é histórico e importante. Ninguém lotaria um auditório desses, numa quinta-feira, logo depois do Carnaval, se o tema não

tivesse a importância que tem. E quero dizer a vocês que a forma do debate contribui muito – viu, Paulo, Dirsomar, Moacir, Chico e outros componentes do Governo aqui presentes –, porque nós não construímos uma legislação que venha para resolver um problema que existe há mais de uma década se não fizermos uma discussão com todos os segmentos sociais envolvidos, inclusive o Poder Judiciário. Quero dizer que nós só vamos conseguir uma solução definitiva se for um debate pactuado. Portanto, este debate vai muito contribuir, tenho certeza, Paulo, com o projeto que o Executivo vai enviar a esta Casa.

Eu queria dizer, também, que isso faz parte, toda essa complicação que a gente viveu até hoje... Eu digo a gente porque a minha origem, acho que todo mundo sabe, eu era sindicalista, Presidente da Central Única dos Trabalhadores, como foi o Deputado Chico Vigilante, como foi o Deputado Paulo Tadeu, como foi o Deputado Wasny de Roure, como foram vários Parlamentares do PT que passaram pelo movimento sindical. Eu, como dirigente sindical, sempre respeitei muitíssimo os empresários, e tenho certeza e clareza quanto à contribuição que vocês dão no desenvolvimento do nosso país e no desenvolvimento econômico da nossa cidade, até porque geram empregos. E nós lutamos muito, e temos que lutar, para que o Distrito Federal atinja o que o Brasil atingiu, quase o pleno emprego.

Eu acho que este debate vai contribuir para superar um cenário de profunda desigualdade no Distrito Federal. Nós sabemos o quanto o setor empresarial perdeu e sofreu com a crise que o Distrito Federal atravessou. Vocês foram vítimas, muitas vezes, da indústria da propina nesta cidade, da indústria da corrupção, da indústria da imoralidade, que reinou nesta cidade durante muito tempo. E é essa nova construção que o novo Governo quer fazer. Tenho certeza e um orgulho enorme de ser Parlamentar do Partido dos Trabalhadores e ser uma Parlamentar da bancada do Governo e ter lutado muito para ganharmos a eleição no Distrito Federal, porque discutir essa lei, hoje, faz parte do processo de reconstrução desta cidade. Eu tenho certeza de que o Deputado Paulo Tadeu vai se referir a isso. Faz parte do processo de se construir o novo Distrito Federal, que não aguenta mais passar nem perto da crise que nós vivemos.

Portanto, tenho certeza de que nós desta Casa, que é uma casa que também está em reconstrução, até porque a imagem da Câmara Legislativa foi profundamente arranhada com a crise, queremos ajudar a aprovar uma lei que realmente venha trazer o desenvolvimento econômico para o Distrito Federal, a geração de emprego e o respeito ao setor produtivo desta cidade. Podem contar conosco, podem contar com a bancada do PT para construirmos uma legislação que seja permanente e envolva todos os atores sociais no debate.

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu quero neste momento passar a palavra ao Dr. José Ornellas, ex-Governador do Distrito Federal, que representa nesta comissão geral o Presidente da Fecomércio.

SR. JOSÉ ORNELLAS DE SOUZA FILHO – Inicialmente, meus cumprimentos ao Deputado Chico Vigilante, pela ideia de realizar esta reunião. Eu estou aqui representando a Federação do Comércio, na pessoa do nosso Presidente, Adelmir Santana, que teve de fazer uma viagem e só voltará na próxima segunda-feira. A Federação do Comércio, que faz parte de um setor produtivo importante, pois representa 70 a 80% do PIB do Distrito Federal, viveu momentos difíceis com essa crise política e também com a crise da falta de uma estabilidade jurídica para as empresas.

Há um documento – eu deixo para a nossa companhia discorrer sobre ele – que foi amplamente discutido dentro do setor produtivo. Eu pessoalmente acho que o problema é um pouco mais sério, porque não adianta querer fazer uma lei sem atacar as origens, as causas: o uso do solo, o nosso PDOT, o retorno ao Plano Diretor Local. O Plano Diretor Local é importante, porque ele tem detalhes. Então, é preciso realmente um trabalho extenso para se chegar a uma solução definitiva. Não quero dizer com isso que não se deve buscar uma solução provisória para que realmente os empresários tenham fôlego para poder sustentar as suas empresas e especialmente continuar a gerar empregos. Acreditamos que o problema é longo. É preciso atacar o PDOT, é preciso tratar o problema do zoneamento urbano. Esse é um problema que a própria legislação, o Poder Legislativo pode resolver mais celeremente. Mas há problemas muito sérios, como o problema de não se poder ter o Habite-se porque

se está ocupando solo irregularmente. Contudo, temos esperança e confiamos na liderança do nosso Deputado Chico Vigilante para que realmente se busque uma solução definitiva, que eu não acredito que seja a curto prazo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado ao nosso ex-governador.

Eu gostaria de registrar, Danielle, alguns momentos importantes vividos no Distrito Federal, dos quais foi protagonista a Associação Comercial sob a liderança de Lindberg Aziz Cury, que foi um dos homens mais injustiçados do Distrito Federal do ponto de vista político. Ele merecia ter tido alguns mandatos eletivos.

Eu me lembro daquela entidade, ex-governador Ornellas, cercada pela tropa de choque da Polícia Militar do Distrito Federal simplesmente porque ela teve a coragem de promover um debate com Tancredo Neves, Lula, Ulysses Guimarães, Mário Covas e outras figuras da política nacional. A tropa de choque a cercou para impedir o debate. Lembro-me dos memoráveis debates promovidos no sentido de conquistarmos a representação política do Distrito Federal. Portanto, a Fecomércio tem história. Lembro-me também do jornal Vanguarda, jornal importante daquela associação.

Convido para compor nossa Mesa o Presidente em exercício, Deputado Dr. Michel.

Concedo a palavra à Presidente da Associação Comercial do Distrito Federal, Danielle Bastos Moreira.

SRA. DANIELLE BASTOS MOREIRA – Deputado Chico Vigilante, eu gostaria de agradecer imensamente a V.Exa., à Deputada Rejane Pitanga e ao Deputado Wasny de Roure, que estão aqui, pela grande iniciativa de promover este debate nesta tarde. Para nós, é motivo de grande alegria, Deputado, ver realmente este auditório hoje repleto após um carnaval que terminou ontem. Isso é motivo de grande satisfação.

Eu gostaria também de agradecer a deferência em me fazer representar os demais presidentes aqui, meus coirmãos das associações comerciais que fazem parte hoje da Federação das Associações Comerciais do Distrito Federal e RIDE. Gostaria que todos ficassem de pé para que os Deputados vissem o nosso peso hoje, a representatividade da Federação das Associações Comerciais do Distrito Federal. Obrigada, meus amigos.

Nós conseguimos fazer uma divulgação maciça, Deputado, sobre o debate desta tarde e nós conseguimos trazer bastante gente, nós conseguimos trazer um público bastante importante hoje, que está desesperado com essa situação. Então, eu gostaria de agradecer também e parabenizar os Secretários de Governo presentes nesta tarde, que também se mostram sensíveis à nossa causa e preocupados com a situação do nosso Distrito Federal. Muito obrigada pela presença de vocês também. Nós, empresários, comerciantes pequenos, médios e grandes, estamos muito felizes em estarmos hoje nesta Casa e ver a preocupação deste Governo com esse importante tema.

Eu gostaria de falar sobre alguns fatos. Sei que será difícil não ser repetitiva diante de tudo o que foi falado aqui, mas tentarei dizer de forma sucinta alguns apontamentos que anotei e que acho importantes trazê-los ao debate.

Nós, Srs. Deputados e Secretários, estamos muito preocupados – eu gosto muito de falar isso sempre que tenho oportunidade em algum discurso –, porque os comerciantes do Distrito Federal hoje são alvos. Somos alvos dos bandidos, da legislação trabalhista, da legislação tributária, da Agefis. Nós somos alvos – eu posso falar isso porque sou advogada – dos advogados, porque não conseguimos mais viver sem uma liminar na Justiça para podermos manter nossos estabelecimentos abertos. Hoje, aqueles que tiveram seus estabelecimentos fechados pela Agefis por essa situação dos alvarás estão ajudando a inchar a máquina do Judiciário pelas inúmeras ações que são obrigadas a impetrar em face dessas decisões, que hoje inchar também o Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Então, essa situação tem um efeito cascata. Ela começa no pequeno comércio que tem um problema de alvará junto a sua administração e finaliza dentro do Tribunal de Justiça numa liminar, para que possa ser mantido aberto aquele empreendimento. Portanto, a situação hoje é muito complexa.

O nosso setor produtivo realmente está sendo extremamente afetado com essas recentes decisões e manifestações do Ministério Público. Nós não podemos mais viver nesta instabilidade das repercussões sociais e econômicas, nunca vistas na história do Distrito Federal. Hoje, Secretário Moacir, nós sabemos – eu tenho

certeza de que o senhor tem total consciência disso – que a evasão de divisas hoje que estamos perdendo para Goiás é imensa. Nós hoje estamos tendo problemas seriíssimos.

Não sei se os senhores tiveram a oportunidade de ler, na última revista Exame, que está vindo para Goiás, para a cidade de Alexânia, que fica a 100 quilômetros de nós, um dos maiores outlets do mundo, a rede Premium Outlets. O que vai acontecer? Nós vamos sair de Brasília para consumir em Goiás, e as nossas divisas ficarão lá. Não é mais possível aguentarmos esse tipo de situação. Nós hoje estamos perdendo divisas para um vizinho forte, que é o Estado de Goiás, que está preocupado com o seu crescimento, com os incentivos à indústria e ao comércio e não só com a agropecuária que existe lá e que é forte. Então, nós precisamos nos movimentar com relação a isso.

Nós estamos sofrendo grandes penalidades não só no pequeno comércio, mas também no setor atacadista, onde sofremos agora também uma grande queda em função de uma apelação de inconstitucionalidade contra o REA e o TARE ter sido julgada procedente. Então, hoje vemos uma evasão de divisa tremenda, e Brasília não suporta mais isso.

O Distrito Federal hoje tem vida além da Esplanada dos Ministérios. Nós não vivemos mais em uma cidade de concursos públicos, mesmo porque esses concursos irão acabar. Nós precisamos realmente fomentar o empreendedorismo e valorizar aqueles que representam hoje cerca de 85% de tudo o que é arrecadado no Distrito Federal.

Essa situação que existe hoje, nós temos que analisar de forma bastante realista. O que nós queremos tão somente é que o Poder Público realmente converse com todos os agentes envolvidos nessa situação. O Ministério Público, Deputado Wasny de Roure, tem que ser chamado, sim, porque nós não conseguimos mais viver numa fábrica de leis inconstitucionais.

Então, eu gostaria de dizer que precisamos realmente adequar a realidade da nossa cidade à legalidade, mas nós precisamos, antes de mais nada, termos sossego e paz para trabalharmos em nossos estabelecimentos comerciais, que já não temos mais. Existem inúmeras empresas que estão fechadas hoje exatamente, como foi dito por um Deputado, por conta de um papel, não estão mais legais para continuar funcionando. Isso não pode ser mais assim. Nós não podemos mais dar vida a nossas empresas por tempo determinado. As nossas empresas estão abertas e funcionando por prazo indeterminado e não por prazo determinado, como querem fazer crer e como foi feito durante um tempo de alvarás provisórios. Nós não podemos mais viver assim.

Para finalizar, eu gostaria de dizer, como bem disse o nosso ex-governador Ornellas, que nós fizemos uma reunião com o setor produtivo, uma reunião bastante extensa com a Fibra, a Fecomércio, a Associação Comercial, a FACI-DF, a FAP, a Fenatoc e outras entidades. Nós tínhamos feito alguns pontos que daríamos como sugestão para a criação de uma lei que resolva a situação dos alvarás. Alguns receberam uma cópia desse documento que nós entregamos, mas eu gostaria, só para não me alongar, de citar aqui 3 propostas que eu acredito que são extremamente importantes e necessárias para serem analisadas.

A primeira é adequar a legislação do Distrito Federal no tocante ao zoneamento urbano, de modo a regulamentar as atividades econômicas constantes na listagem da classificação nacional de atividades econômicas e doutrinárias do IBGE utilizada pela Receita Federal. Isso é impossível hoje. Nós temos uma situação em que existem atividades econômicas regulamentadas de acordo com a Receita Federal, mas que no Distrito Federal não podem funcionar, como é o caso dos pet shops, porque na época não existia esse tipo de estabelecimento. E o pet shop nada mais é do que um cabeleireiro de cachorro, e sabemos que não causa mal nenhum a ninguém. Então, essa é uma das situações.

A outra situação que nós temos aqui é reconsiderar na legislação a exigência da anuência de vizinhança para o licenciamento de atividades econômicas na área com destinação comercial. E aqui, eu gostaria de fazer um parêntese, Deputado, pedindo sua licença, porque isso é o maior absurdo que pode existir no Distrito Federal. Se aquela área ou aquela zona já estava destinada ao comércio, por que nós somos obrigados a ter anuência de um morador que fica atrás do prédio, sendo que nós não somos obrigados, nós não podemos dar licença para ele comprar aquele apartamento? Nós também não sabemos se ele vai ser um bom vizinho, quando ele for morar lá. Isso

é uma afronta ao nosso direito e à economia.

Por último, considerar o requerimento da renovação do alvará protocolado em tempo hábil na região administrativa competente como documento que habilite o funcionamento do estabelecimento e que o mesmo seja aceito pelos órgãos fiscalizadores até a expedição da licença definitiva.

Essas são algumas propostas que nós temos. As nossas 31 associações comerciais que compõem o nosso sistema da federação estão à disposição desse Governo e das autoridades que forem necessárias para prestar mais e melhores esclarecimentos acerca de cada região administrativa que hoje está sofrendo com esse problema.

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, nossa querida companheira, Dra. Danielle Bastos Moreira, que trouxe uma contribuição muito importante para esse debate.

Peço ao Cerimonial que proceda à leitura de alguns registros.

MESTRE DE CERIMÔNIAS – Gostariamos de registrar nesta oportunidade as presenças do Administrador Regional de Águas Claras, Sr. José Júlio de Oliveira; do Administrador de Sobradinho II, Sr. Amilton; do Administrador de Samambaia, Sr. Risomar Carvalho; do Presidente do Sindicombustíveis do Distrito Federal, Sr. José Carlos; do Diretor do Conselho de Segurança do Lago Sul, prof. Argos de Faro; da Presidente do Conselho de Planejamento do Lago Sul, Dra. Natanry Osório; da Diretora de Obras da Administração da Cidade do Jardim Botânico, Sra. Ana Cláudia Teixeira Pires; do Chefe da Unidade de Normatização da Coordenadoria das Cidades, Sr. Carlos Alberto Pettinate; do Subadministrador da Área Central de Brasília, Sr. Luciano Lucas da Silva; do Presidente da Ascinsp, Sr. Elias Cavalcante Mendes; do representante da Assessoria de Gabinete da Região Administrativa III, Sr. André Mansur; do Sr. Edinaldo Santos da Silva; do Diretor de Obras e Serviços Públicos, representando nesta oportunidade o Administrador do SIA – RA XXIX, Sr. Maione dos Santos Dias.

Temos também uma mensagem enviada pelo Deputado Rôney Nemer:

“Venho parabenizar o Deputado Chico Vigilante pela iniciativa de criar a comissão geral para discutir os alvarás de funcionamento do Distrito Federal e os demais presentes.

Devido a compromissos anteriormente assumidos, não pude estar presente à comissão. Acredito que esta ação será mais um passo dado em direção à resolução do problema que vem assolando os comerciantes e trabalhadores do Distrito Federal.

Informo, ainda, que estou pessoalmente envolvido na criação do projeto de lei, elaborado pelo Governo do Distrito Federal, que buscará resolver definitivamente o problema dos alvarás de funcionamento, gerando tranquilidade aos empresários e trabalhadores e evitando questionamentos futuros.

Atenciosamente, Rôney Nemer - Deputado Distrital”.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado. Combinei com o Deputado Paulo Tadeu para S.Exa. falar após a brilhante exposição da Sra. Danielle, porque sabíamos que ela e o Dr. Ornellas trariam os anseios do empresariado do Distrito Federal.

Vamos ouvir agora a palavra do Governo do Distrito Federal, na pessoa do Secretário de Governo, Deputado Paulo Tadeu.

Com muita honra, concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU – Meu boa-tarde a todas e a todos.

Eu quero inicialmente, em nome do Governo do Distrito Federal, parabenizar a Câmara Legislativa do Distrito Federal pela realização desta comissão geral e, é claro, parabenizar o Deputado Chico Vigilante pela iniciativa, juntamente com os demais Parlamentares.

Faço uma saudação ao Gleiston, Diretor-Geral da Agefis; ao companheiro Dirsomar, que representa o nosso Governo na relação com a micro e pequena empresa do Distrito Federal; à Danielle; ao Ornellas; ao Deputado Wasny de Roure; ao nosso Presidente da Câmara, Deputado Dr. Michel; à Luzia; ao companheiro Moacir; ao Roberto Wagner; ao companheiro Leandro, da Procuradoria Geral; ao Deputado Joe Valle, que se encontra participando da nossa comissão geral; à Deputada Rejane Pitanga; a todos os administradores regionais que estão aqui presentes; ao companheiro Chico Machado, da nossa Secretaria; aos outros companheiros da equipe que aqui

se encontram; ao Wilmar Lacerda; à imprensa e a todos os setores da sociedade.

É fundamental que entendamos que o Distrito Federal precisa sair da sua insegurança jurídica, aqui dita por vários oradores que passaram. Quando se constrói um diagnóstico da perda que o Distrito Federal vem sofrendo em relação a outros estados no que tange ao desenvolvimento econômico — não é, Moacir? —, vemos que é fruto de toda uma construção histórica que gerou uma das maiores crises da história republicana deste país. Infelizmente ninguém investirá em uma cidade que não possui nenhuma segurança jurídica. Ninguém investirá em uma cidade em que se assistem a cenas lamentáveis como essa a que estamos assistindo desde o início do carnaval e que nos faz lembrar tudo que esta cidade passou.

Precisamos de segurança jurídica, segurança social, segurança econômica. Precisamos de segurança, porque sem a segurança necessária Brasília não vai dar a volta por cima como todos desejam, independente do partido a que cada um de nós pertença. Independentemente das nossas bandeiras, das nossas ideologias, das nossas vontades, nós queremos que esta cidade esteja no patamar de onde nunca deveria ter saído. Pertencemos à Capital da República de um dos países mais respeitados no mundo hoje. O Distrito Federal é Capital de um dos países mais respeitados do mundo. Não dá para um país ser tão respeitado, como é hoje o Brasil perante todo o mundo, e a nossa Capital ainda estar tão ferida, tão machucada, tão destruída no sentimento de representar esta Nação. Esse é o sonho, esse é o desejo e esse é o trabalho que nós queremos desenvolver no próximo período.

O Governador Agnelo tem dito e reiterado diversas vezes o objetivo de resgatar esta cidade para os brasilienses e, é claro, para o País. Nós temos uma série de ações e pautas que precisamos vencer. Uma delas é esse tema que está aqui colocado, que é o tema do alvará de funcionamento ou da licença de funcionamento.

Como o Chico disse muito bem no início da sua intervenção, várias experiências foram feitas no âmbito desta cidade nos últimos anos e todas elas acabaram no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, onde pelo menos 3 foram declaradas inconstitucionais. A última experiência não foi julgada no seu mérito, mas recebeu uma liminar suspendendo vários dispositivos dessa lei.

Então, qual é a proposta objetiva que o Governo traz hoje para este Parlamento e para a sociedade de uma maneira geral? Nós precisamos vencer essa etapa que está sendo discutida dentro do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. A Justiça precisa decidir se a lei que foi aprovada há alguns anos é constitucional ou não. Seria muito ruim a gente já partir para um novo dispositivo sem antes ver vencida, no Tribunal de Justiça, a discussão que lá está colocada.

O Governo do Distrito Federal está empenhado em conseguir no Tribunal de Justiça uma vitória que nos dará a segurança necessária para dar prosseguimento ao dispositivo aprovado por este Poder há alguns anos que concede a chamada licença de funcionamento. Nas outras experiências houve discussões em cima do alvará precário, alvará provisório. Mas a última lei trata da licença de funcionamento. Sobre essa licença de funcionamento que está sendo discutida pelo Tribunal de Justiça, não foi concluída a discussão ainda, temos esperança de ganharmos no Tribunal de Justiça a constitucionalidade dessa matéria. Se ganharmos, estaremos dando um passo decisivo na solução dessa questão.

Mas é claro que a Justiça é independente, é soberana. Se porventura a Justiça do Distrito Federal decidir pela inconstitucionalidade da licença de funcionamento, o Governo do Distrito Federal já está preparado para iniciar, junto com este Poder e com a sociedade, Deputado Chico Vigilante, um novo dispositivo que procure resolver, de uma maneira ou de outra, de maneira definitiva essa situação.

Portanto, o que nós queremos dizer a esta comissão geral é que, se nós conseguirmos essa vitória nos próximos dias no Tribunal de Justiça, nós teremos praticamente zerado o jogo. Nós teremos uma lei constitucionalmente aprovada. Hoje se diz, em termos numéricos... Alguns apostam que a decisão do Tribunal de Justiça, em caráter liminar, não em caráter definitivo ainda, trouxe de imediato um prejuízo para 11 mil estabelecimentos. Depois foram feitos novos cálculos e se chegou a 20 mil. E hoje já se fala que em torno de 40 mil estabelecimentos no Distrito Federal estão desprotegidos.

É uma situação bastante complicada. É claro que ninguém em sã consciência pode imaginar que uma cidade sobreviva, ou melhor, exista, com 40 mil estabelecimentos comerciais a menos no

seu dia a dia. O prejuízo econômico e social é enorme! O Distrito Federal tem a situação — é bom que todos aqui saibam — que começa antes da existência do próprio Distrito Federal: a situação fundiária. Até hoje se discute nesta cidade a quem pertence tal território, tal área do Distrito Federal. E não é uma situação fácil, pois temos situações que, desde o início do Distrito Federal, da fundação da nossa cidade, ainda estão sendo discutidas na Justiça.

Portanto, a situação fundiária é muito séria. Temos cidades inteiras construídas no Distrito Federal pelo poder público, como o Paranoá, o Itapoã, que não tem a sua situação fundiária regularizada. Por não ter a situação fundiária regularizada, há prejuízos enormes do ponto de vista econômico e social, não só para a população que lá mora, mas também para todo o Distrito Federal.

Tem-se, portanto, a necessidade de construção de um diagnóstico em cada cidade, em cada região administrativa. Aqui se construíram leis, se aprovou a criação de novas cidades que sequer têm a poligonal decidida. Não se sabe onde começa nem onde termina a cidade. Esse é outro problema muito sério que precisamos resolver, temos o objetivo de resolver, além da questão fundiária, poligonal. Aqui foi falado sobre a questão dos PDLs. Se não me engano, apenas 6 cidades têm os seus planos diretores locais aprovados por este Poder Legislativo. Inclusive, em algumas cidades os planos já venceram. E esta Casa precisa discutir novos planos para essas cidades. Muitas delas sequer tiveram os seus planos diretores locais aprovados.

Sobre o Plano Diretor de Ordenamento Territorial — PDOT, uma polêmica enorme nesta cidade, o Governo já anunciou uma revisão. Por quê? Porque além das polêmicas existentes nesse plano diretor, vários de seus dispositivos foram declarados inconstitucionais pelo Tribunal de Justiça. E o Ministério Público recorreu à instância superior no sentido de fazer com que outros dispositivos também sejam declarados inconstitucionais.

Então, todos sabem que o comerciante, o empresário pensa assim: "Eu quero chegar ali no Governo, entrar com a minha papelada e em 24 ou 48 horas sair com o meu alvará de funcionamento, sair com a minha tranquilidade". É verdade! O Governo do Distrito Federal também quer chegar a esse nível, chegar a este momento. Queremos construir uma série de políticas que possibilitem aos interessados, principalmente ao micro e pequeno empresário, sair em 48 horas com toda a sua documentação regularizada. Esse é o objetivo do nosso Governo, e vamos trabalhar nesse sentido, em busca desse objetivo. É evidente que esta é a nossa vontade. Porém, todos nós estamos submetidos a uma legislação e precisamos observá-la. Ela é passível de mudança? É passível de mudança. Ela não é estática, imutável. Nós, portanto, precisamos adaptar o Distrito Federal a uma legislação que garanta essa facilidade e essa rapidez.

Eu quero aqui dizer para vocês que temos vários temas que precisam de um tratamento de choque para que possamos garantir ao empresariado, às instituições filantrópicas, às creches — que também vivem situações semelhantes, não são apenas os empresários, não; temos instituições filantrópicas, sem fins lucrativos, que estão na mesma situação dos empresários no que concerne à questão do alvará ou da licença de funcionamento — e esses temas precisamos abraçar e discutir, porque realmente uma cidade que se prepara para realizar uma copa do mundo, que se prepara para fazer investimentos na ordem de mais de dois bilhões e quatrocentos milhões de reais no transporte, uma cidade que vem fazendo uma série de alterações, modificações e investimentos na área da Saúde, precisa estar preparada em todos os seus aspectos, em especial no aspecto do seu desenvolvimento econômico.

Sem desenvolvimento econômico, o Distrito Federal estará fadado ao fracasso. A Capital do país, como bem disse a Danielle, não sobrevive mais apenas do serviço público, ela precisa da iniciativa privada, ela precisa de um desenvolvimento econômico que garanta à população e aos trabalhadores emprego. Brasília tem um índice de desemprego acima do nível nacional. A média nacional é uma, e o nível de desemprego do Distrito Federal é 3 vezes maior do que essa média nacional. Como o Governo vai gerar emprego? Com a criação de cargos comissionados? Não. Vai criar com desenvolvimento econômico.

Por isso, o Governador Agnelo Queiroz tem se empenhado, dia e noite, juntamente com o Moacir, o nosso secretariado, para trazer empresas. Estamos trazendo para o Distrito Federal a EMS, que é uma das maiores indústrias farmacêuticas do País. Nos próximos dias, anunciaremos uma nova indústria farmacêutica que

também virá para o Distrito Federal e, juntamente com ela, uma série de outras indústrias que estamos discutindo nacionalmente. Por quê? Porque temos a certeza de que o Distrito Federal diminuirá o desemprego que existe hoje quando adotar um modelo diferente de desenvolvimento econômico.

Então, tenham consciência de uma coisa: o Governo é parceiro. Ele não é inimigo dos empresários, dos comerciantes. O nosso Governo quer desenvolver esta cidade de maneira a trazer a segurança jurídica. Ali está o nosso Deputado Cláudio Abrantes, a quem também saúdo.

Sabemos das dificuldades que a sociedade enfrenta com a Agefis. O Gleiston já conversou várias vezes com o Governador. A Agefis não pode se colocar contra o desenvolvimento econômico da nossa cidade. Ela tem um papel importante a cumprir, como, por exemplo, ajudar uma igreja instalada em local errado, sem um laudo técnico, sem Habite-se. Sabemos que a cidade de São Paulo — o Lincoln, da nossa Secretaria, me dizia isto mais cedo — já aboliu o chamado Habite-se. Hoje existe o laudo técnico, que tem de ser respeitado. É um instrumento que dá uma garantia a quem está morando, habitando ou trabalhando em um comércio, uma residência ou mesmo em uma igreja. Isso vai desburocratizar uma série de questões. Queremos trazer para o Distrito Federal experiências que eles levaram daqui para lá. Lá funciona, e não há questionamento jurídico. Aqui, infelizmente, ainda existe questionamento jurídico. O Governo pretende adotar uma série de medidas para desburocratizar essa situação e garantir a segurança da cidade.

Esta cidade precisa também de planejamento. O Distrito Federal cresceu, nos últimos anos, sob uma visão em que o planejamento era desprezado, desconsiderado. Esse é outro processo que precisamos mudar. A cidade tem de crescer em seu ritmo, no ritmo da população e da sua necessidade, mas de forma planejada. Não devemos abandonar o planejamento, como foi feito aqui no passado.

Com essas palavras, quero dizer que, neste momento, o Governo está trabalhando firmemente para que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal julgue, o mais rápido possível, se a lei é constitucional ou não. Se a lei aprovada por este Poder Legislativo, há alguns anos, for declarada constitucional, que é o que queremos, trabalharemos no sentido de dar um passo adiante: reformular a lei, para que ela possa estar adaptada às necessidades de nossa população. Portanto, não partiríamos do zero. Porém, se o Tribunal de Justiça do Distrito Federal declarar a lei inconstitucional, ou dispositivos dessa lei, o Poder Executivo já estará preparado para enviar a esta Casa um novo projeto.

Queremos fazer algumas propostas, Deputado Chico Vigilante, Deputado Wasny de Roure, demais Parlamentares, Deputado Dr. Michel, Deputada Luzia de Paula, Deputada Rejane Pitanga, Deputado Joe Valle, Deputado Cláudio Abrantes, aqueles que passaram aqui, Deputado Agaciel Maia. Há bastante quorum aqui. Queremos propor a criação de uma comissão técnica entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, uma comissão paritária, para que possamos discutir essas matérias de maneira bastante democrática e transparente. Quando ela foi aprovada aqui, há alguns anos, várias emendas da bancada do Partido dos Trabalhadores e da Oposição foram rejeitadas só porque éramos Oposição. Diante daquela postura do Poder Executivo local, nós nos sentimos à vontade para votar contra a lei, que infelizmente está sendo questionada no Tribunal de Justiça.

Muitas das nossas emendas tinham como objetivo, Danielle, corrigir os erros do projeto original do Governo, mas como existia a visão de que Oposição não podia dar pitaco, tivemos todas as nossas emendas rejeitadas. Agora queremos mudar esse comportamento. Portanto, a proposta do Governo Agnelo é a criação de uma comissão técnica paritária entre Poder Executivo e Poder Legislativo, para discutir essa matéria.

O Poder Legislativo já está fazendo esse debate com vocês. Está aqui a comissão geral. Queremos, em um segundo momento, além do Poder Legislativo, estender esse debate construindo um pacto com a própria sociedade, com os representantes da sociedade, no que se refere às suas representações, às suas associações. Quanto ao Ministério Público, não há como deixá-lo de fora. Ele tem que participar desse debate, porque essa situação é muito séria, muito grave. Ela pode inviabilizar uma cidade, do ponto de vista social e econômico. Isso é grave, isso interessa ao Ministério Público. Portanto, queremos chamá-lo para esse debate. Queremos também

que o Poder Judiciário possa participar dessa construção, para que esse projeto seja aprovado, se for o caso, de maneira a acabar com essa disputa, que traz perdas para a cidade e a população.

É evidente que existe uma série de instrumentos técnicos. Eu já disse isso aqui, mas quero reafirmar. Precisamos discutir estes instrumentos técnicos: o Código de Edificações da nossa cidade, a Lei de Uso e Ocupação do Solo, os Planos de Desenvolvimento Local — PDLs, o estudo de impacto de vizinhança, que ainda está muito mal. Quer dizer, não conseguimos avançar sequer um milímetro nesse debate, e precisamos avançar.

Aqui se colocou a questão dos estabelecimentos que funcionam dentro das residências. Isso acontece no mundo inteiro. O trabalhador trabalha na própria residência na medida em que a residência não se transforme em um comércio que irá atrapalhar os vizinhos. Mas é possível, sim, garantir o funcionamento, em residência, de uma empresa que não traga prejuízo para a vizinhança. Isso é possível e acontece no mundo inteiro. Por que o Distrito Federal ficaria fora dessa onda global? É possível. Existem profissionais liberais que trabalham na sua residência. Até mesmo grandes empresas multinacionais já liberam seus empregados para desenvolver o seu trabalho dentro de casa. Então, esse é um processo que queremos discutir. É importante a discussão dessa questão.

Há também a Lei de Micro e Pequenas Empresas, que já está aqui na Câmara Legislativa e traz, em um de seus artigos, essa questão do alvará para micro e pequenas empresas. Mas é evidente que isso está em um contexto maior. Precisamos recepcionar, no Distrito Federal, a lei geral aprovada pelo Congresso Nacional, no que se refere a micro e pequenas empresas. O projeto já está aqui. Foi um projeto amplamente debatido, no ano passado e no ano retrasado, pelos vários poderes, pelas várias instâncias da sociedade, e aí está mais uma vez.

Quero, terminando minha intervenção — espero que eu tenha sido muito objetivo e muito claro quanto àquilo que o Governo do Distrito Federal pensa sobre esse tema —, abrir as portas do Poder Executivo, para que não só o Poder Legislativo — o companheiro corrigiu muito bem —, mas toda a sociedade possam participar da luta em defesa definitiva dessa questão e, evidentemente, se for necessário, da construção de um novo dispositivo legal aprovado por este Poder.

Parabéns, Deputado Chico Vigilante, pela iniciativa! Em nome do Governador Agnelo Queiroz, quero dizer do nosso respeito ao Poder Legislativo, do nosso respeito às instituições da sociedade, às organizações da população, aos empresários e aos trabalhadores. A reconstrução do Distrito Federal não será uma conquista de apenas um partido ou de um salvador da pátria, mas da construção coletiva de toda a sociedade.

Muito obrigado e até a vitória! (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) — Esta comissão geral, na tarde de hoje, só para demonstrar o interesse que ela despertou, Deputado Dr. Michel, nós temos a presença dos Deputados Agaciel Maia, Benedito Domingos, Chico Leite, Chico Vigilante, Cláudio Abrantes, Dr. Michel, Eliana Pedrosa, Joe Valle, Luzia de Paula, Olair Francisco, Professor Israel Batista, Rejane Pitanga, Washington Mesquita, Wasny de Roure. São 14 Deputados presentes. Já dava para aprovar a lei. Há mais duas mensagens dos Deputados Evandro Garla e Roney Nemer. Portanto, são 16 Deputados interessados efetivamente nesse assunto.

Neste momento, concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO DR. MICHEL — Boa tarde a todos e a todas. Cumprimento a mesa na pessoa do nosso digníssimo ex-Governador, Dr. Ornellas. É com muito prazer que o temos compondo esta mesa. Para nós é uma honra tê-lo nesta Casa. Depois dessa grande explanação do nosso Secretário Paulo Tadeu e da nossa Presidenta da Associação, Dra. Danielle, fica muito difícil falar qualquer coisa.

Mas não poderia deixar de vir aqui falar um pouco da minha experiência enquanto delegado de polícia, tendo que fechar muitos estabelecimentos por ordem do Ministério Público ou por uma recomendação do Ministério Público. Eu me sentia muitas vezes aviltado na minha condição de delegado de polícia em não poder fazer nada, porque não havia o alvará em determinados estabelecimentos. Para mim era uma vergonha ter de chegar a um estabelecimento comercial, diante de uma pessoa que contrata mão de obra para trabalho, como foi dito aqui. E vai chegar um ponto em que Brasília não terá mais concurso, porque os concursos já estarão saturados.

Vocês são as pessoas que estão absorvendo a mão de obra, e um delegado de polícia ter que ir à porta, fechar o estabelecimento por falta de um alvará, que não era culpa do comerciante? Vejam vocês a dificuldade! (Palmas.)

Então, vejam vocês que para mim era uma dificuldade muito grande fazer o que tinha de ser feito por causa de uma determinação judicial. Eu vim aqui deixar a minha solidariedade e dizer que, no que depender deste Deputado que hoje vos fala, nós vamos fazer o que for possível e o que for impossível para que vocês tenham regularizada a sua situação. Porque ninguém consegue viver em uma insegurança jurídica. Ao abrirmos a nossa empresa, sabermos que amanhã teremos que fechá-la. Eu nunca ouvi dizer, como disse muito bem a Presidenta da Associação: como você pode abrir uma empresa com tempo determinado. A validade ou até de sobrevivência dela? Não existe isso. Nós, como partimos para o lado do empresariado, de abrirmos uma empresa, temos a intenção que ela cresça, que ela venha a se desenvolver para poder absorver mais mão de obra, pois é o que Brasília precisa. Depois de um ano, ela é fechada porque o alvará já venceu. Brincadeira! Isso não pode existir.

Nós, no Poder Legislativo – juntamente, como bem diz o nosso Secretário, que com muito boa intenção, com o Governador, vem aqui dizer isso –, iremos fazer uma parceria da comunidade, do Legislativo e do Executivo, para que possamos resolver esse problema. Mas é resolver, viu, Paulo Tadeu? Porque não adianta mascararmos a coisa, entra governo e sai governo e não resolver o problema. Então, eu quero dizer a vocês que neste Governo, como bem diz o nosso Secretário, como bem diz esta Casa, nós vamos resolver este problema custe o que custar. Vocês podem ter certeza disso. (Palmas.)

Eu quero agradecer a oportunidade. Deputado Chico Vigilante, V.Exa. está de parabéns! V.Exa. é um homem da cidade, um homem que labuta nesta cidade há muito tempo e sabe da necessidade que se tem do alvará. Eu quero dizer a você, Chico, que está de parabéns ao propor esta comissão que hoje está acontecendo aqui. Espero que haja outras, nós façamos várias, para que possamos não só discutir, mas resolver o problema.

Muito obrigado pela oportunidade. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – O Secretário Paulo Tadeu tem uma série de compromissos na Secretaria, e nós queremos agradecer sua presença. S.Exa. representou efetivamente o Governador Agnelo Queiroz. Os demais Secretários continuarão aqui.

Vamos ouvir, neste momento, o Procurador-Geral Adjunto do Distrito Federal, Dr. Zannoni, que é o homem que está fazendo a defesa da legalidade da lei perante o Tribunal de Justiça, e já trabalhando também, pelo que conversei com o Dr. Rogério, na elaboração do novo projeto, se for preciso apresentar.

SR. LEANDRO ZANNONI – Boa tarde a todos. Venho em nome do Procurador-Geral, e sou o Procurador-Geral Adjunto, nomeado hoje; portanto, esse é o meu primeiro ato. (Palmas.)

Eu gostaria muito de agradecer ao Deputado Chico Vigilante por ter convidado a Procuradoria a participar do debate, uma vez que a Procuradoria é o órgão jurídico do Distrito Federal, não só do Poder Executivo, mas um órgão jurídico que engloba todo o Distrito Federal, e a Câmara Legislativa está dentro do Distrito Federal. Como órgão jurídico, a Procuradoria cumpre as leis, e esse relacionamento com a Câmara Legislativa é muito importante, porque as leis vêm desta Casa.

Em relação a essa questão urbanística que está sendo discutida aqui, a Procuradoria vai oferecer subsídio jurídico. A Procuradoria já tem apoiado a lei em vigor, nós temos feito defesas nos tribunais, e infelizmente há uma liminar contra a lei. De qualquer forma, o que a Procuradoria defende aqui e oferece neste momento de subsídio, de apoio à Câmara Legislativa e ao Poder Executivo, é a defesa de um projeto permanente, algo mais definitivo dentro do planejamento urbano da cidade. É preciso muito cuidado para que, eventualmente, uma nova lei não seja inconstitucional. Dessa forma, teremos que observar, porque as outras leis foram consideradas inconstitucionais. Isso é muito importante ao se pensar numa nova lei.

Agora, quanto ao conteúdo dessa lei, eu acho importante o debate da sociedade. A Procuradoria vai oferecer mais um suporte jurídico. Quanto ao conteúdo das leis, acredito que a Câmara Legislativa tem conduzido bem. É extremamente importante ouvir os setores produtivos e as organizações não governamentais também,

pois nem todos os setores prejudicados são aqueles que exercem atividades comerciais.

Dentro daquilo que falaram o Deputado Chico Leite, bem como a Deputada Rejane Pitanga e o Secretário Paulo Tadeu, reiteramos a necessidade de um projeto permanente para a regularização definitiva, porque todos estão defendendo algo que dê segurança jurídica aos empresários do Distrito Federal. O importante é isto, ou seja, algo com segurança jurídica. Aqui deixo claro o apoio que a Procuradoria vai oferecer ao Deputado Chico Vigilante, à comissão e à Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Obrigado pela oportunidade. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu fiz aqui um entendimento com o nosso Secretário Moacir e a Agefis, onde temos a maior dificuldade: vamos ouvir os 9 oradores inscritos e, posteriormente, usará da palavra o representante da Agefis e depois o Moacir, até porque eu acho que vocês têm muito a falar.

Concedo a palavra ao companheiro Presidente da Associação Comercial da Ceilândia, Clemliton Saraiva. (Palmas.)

SR. CLEMILTON SARAIVA – O que eu queria colocar em nome de todos os empresários do Distrito Federal, em especial da Ceilândia, é dizer aos Deputados que a proposta do Secretário Paulo Tadeu é, até certo ponto, protelatória. Porque eu vejo o seguinte, senhores: nós estamos diante de uma situação que a Justiça vai decidir no seu momento; a Justiça não decide por pressão da população, a Justiça decide dentro do seu tempo.

Então, eu vejo, Deputado Chico Vigilante, que o senhor encaminhou um tema, hoje, com maestria fabulosa. Por ser um homem do povo, e lá da Ceilândia, percebeu que o problema se agravou ainda mais lá, porque Ceilândia hoje tem parte da cidade composta por condomínios. Em parte desses condomínios, que representa inclusive 140 mil pessoas assentadas, mesmo de forma irregular, os comerciantes que estão lá vêm sofrendo diariamente com as fiscalizações. E todo mundo dizendo: "Cadê o alvará?" Como alguém vai pedir um alvará de alguém que está assentado e que o próprio Estado deixou assentar de forma irregular?

Eu vejo que nós devemos fazer uma provocação ao Governador Agnelo, que é um homem sensível aos problemas do Distrito Federal, que foi eleito para conduzir os problemas do Distrito Federal. Sabemos que ele tem enfrentado todos os problemas com muita dignidade, com muita força. Mas em relação a essa questão dos alvarás de funcionamento, não dá para ficarmos esperando uma decisão do Judiciário, porque se formos esperar uma decisão do Judiciário, vamos esperar o tempo do Judiciário. E a Agefis não vai esperar o tempo do Judiciário. Ela tem que cumprir a lei, e a lei vigente diz que quem não tem alvará de funcionamento não pode funcionar.

Deputado Chico Vigilante, Secretário Moacir, ceilandense, que conhece muito bem os problemas da população e conhece os problemas do empresariado, nós precisamos de alguma forma encontrar um meio de sensibilizar, se for possível, o nosso Judiciário, para que resolva essa questão de imediato. Se isso não for possível, que esta Câmara Legislativa, junto com o Governo do Distrito Federal, emita, aprove outro projeto que venha sanar esse problema, que é urgentíssimo. Se hoje não sanarmos esse problema, nós vamos perder as empresas que estão instaladas no Distrito Federal para o Estado de Goiás, porque lá existe uma lei em pleno funcionamento, e lá não sofremos esses problemas.

Nós vimos grandes empresários, querendo se instalar no Distrito Federal, dizendo: "Não vou para lá porque a insegurança jurídica do ponto de vista de instalação das empresas é muito grande." E os pequenos que aqui estão hoje...

Deputado, V.Exa. mobilizou tanta gente porque teve a sensibilidade de tocar em um tema que vinha sendo protelado e que ninguém queria discutir. Hoje, nós trouxemos aqui 31 associações comerciais do Distrito Federal, trouxemos 17 Deputados para ouvir esse problema, porque esse problema é urgente. Não dá para esperar mais!

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Nós vamos ouvir agora o Presidente da União dos Quiosques, Similares e Trailers do Distrito Federal – Unitrailer, Sr. Luiz Ribeiro. Depois, o proprietário do Neto Lanches, Sr. Manoel Batista Neto.

SR. LUIZ RIBEIRO – Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizá-lo pela iniciativa. Ao cumprimentá-lo, cumprimento todos os Parlamentares presentes, os Secretários, a minha parceira,

Danielle, e todo o segmento empresarial do Distrito Federal.

Tratamos de um tema polêmico e, ao mesmo tempo, inusitado, porque os quiosqueiros do Distrito Federal foram tratados com leis diferentes que estão em vigor. Infelizmente, há uma total falta de respeito com as leis aprovadas por esta Casa. Inclusive, Sr. Presidente, com mandado de segurança impetrado pela Unitrailer, segundo o qual os quiosqueiros que são membros da entidade não poderiam sofrer nenhuma ação fiscalizatória por falta do alvará de funcionamento. Infelizmente, essa medida liminar foi descumprida. Novamente, a Unitrailer voltou ao Judiciário para fazer valer os direitos da categoria. E aqui nós viemos pedir ao senhor, pois o empenho do Governador do Distrito Federal em nos atender é muito grande.

Quero parabenizar o Sr. Francisco Machado, à frente da Coordenadoria de Serviço Público, o esforço do Governo para que, o mais rápido possível, sejam entregues as permissões de uso aos quiosqueiros, porque muitos membros desta Casa conhecem a verdadeira saga dessa categoria em busca da regularização. E não é justo que continuemos a ser perseguidos.

Então, eu entrego duas ações judiciais a V.Exa. para que sejam distribuídas aos demais membros da lei. Uma é a obrigação de fazer, determinando ao Distrito Federal que retire da dívida ativa o nome dos quiosqueiros membros da Unitrailer, lei já passada pelo crivo do Ministério Público e totalmente legal; e a outra é a da regularização.

Eu agradeço ao Chico Machado por nos ter recebido e ajudado. Espero que resolvamos essas questões o mais rápido possível. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra ao Sr. Manoel Batista. (Pausa.) Manoel não está mais aqui.

Concedo a palavra ao Presidente da Associação Comercial e Industrial de Planaltina, Sr. Francisco Evando Ximenes Meneses.

SR. FRANCISCO EVANDO XIMENES MENESES — Boa tarde a todas e a todos. Primeiramente, eu quero agradecer ao Deputado Chico Vigilante por ter me mandado o convite, fiquei muito feliz em ter recebido. Eu estou aqui representando Planaltina.

Deputado, eu fico preocupado porque nós estamos em Planaltina há mais de 30 anos, há 27 trabalhando com comércio. Há 6 anos estou à frente da Associação Comercial — 4 anos na condição de Presidente e 2 na condição de Diretor —, e nunca vi tanta dificuldade nos comércios de Planaltina como tem acontecido nos últimos anos.

Só para se ter uma ideia, Sr. Presidente, há empresário que chega lamentando todos os investimentos que tinha; vendeu a casa, vendeu as suas economias, apurou-se tudo e pôs no comércio. Depois, o fiscal vai e fecha o seu comércio. A pessoa chega a um desespero absoluto, como se tivéssemos condições de fazer alguma coisa. Ontem, por exemplo, eu fui procurado por um empresário que está lamentando, pois está vendo o seu comércio fechando. Disse que deram 60 dias para ele. E ficou sabendo que depois que a fiscalização fizer todo o contexto da cidade, voltaria e fecharia os seus negócios.

Ora, como a Dra. Danielle falou em seu discurso anteriormente, como é que o empresário investe, dá emprego, gira os seus negócios, contribui com o Estado, e aí depois o Estado vai lá e fecha o seu negócio? Eu não concordo, acho um absurdo! Acho que o Estado tem condições de criar mecanismos, o mais rápido possível, para regularizar essa situação.

Eu quero agradecer mais uma vez, fiquei feliz em ver tanta gente disposta a lutar, à pessoa do Deputado Chico Vigilante — que é daqui e teve essa iniciativa —, e a tantos outros que vieram somar com os nossos pequenos empresários. Porque as associações comerciais geralmente dão suporte aos pequenos, os grandes têm a Fibra e tantas outras que dão um apoio bem maior, até mesmo o sindicato. As associações comerciais fazem um trabalho mais voltado para os pequenos. E é justamente pelos pequenos que estou aqui, para ajudá-los naquilo que eu posso.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) — O Sr. Manoel Batista Neto voltou? (Pausa.)

Eu quero chamar para compor a Mesa, até porque ele está inscrito para falar, o Coordenador das Cidades, nosso companheiro Chico Machado.

Concedo a palavra ao Chefe de Licenciamento de Atividades Econômicas de Planaltina, Sr. Gilvan Oliveira.

SR. GILVAN OLIVEIRA — Boa tarde a todos e a todas. Eu fico feliz, Deputado Chico Vigilante, em participar desta comissão, porque eu também represento a cidade de Planaltina e mexo com essa parte de alvarás. Eu tenho visto o sofrimento daquele povo. O povo chega ao ponto de vir chorando. Por quê? Por causa da pressão a que ele está sendo submetido pela fiscalização. Quando eles chegam ao comércio, eles não chegam só; às vezes chegam com policiamento, aquela pressão toda.

Então, eu peço à comitiva: são 17 Deputados que vão aprovar, tenho certeza. Eu vou levar isso para o pessoal de Planaltina. Tenho certeza de que logo vai sair essa lei, para que eles possam trabalhar sossegados. Sou contador, mas estou deixando de ser contador, estou voltando para o órgão público pelo seguinte motivo: são tantas taxas em cima dos comerciantes que eles não sabem nem mais o que fazer. Quando eu, como contador, ia buscar os honorários, eles não tinham mais condições de pagar os honorários, porque era taxa em cima de taxa fora a fiscalização, e as multas são altíssimas.

E outra: na parte de lá — como a Sra. Danielle falou — nós estamos perdendo bastante comércio daqui para o lado de Goiás. Lá em Goiás, inclusive, um alvará sai no mesmo dia, a pessoa paga uma taxa no tanco e em meia hora o alvará já está pronto. Em Goiás, até terreno eles estão dando. Aqui, não. Então, a Sra. Danielle se expôs muito bem. Eu parabenizo a senhora por ter falado.

Eu vou cobrar também do nosso representante de Planaltina, que é o Deputado Cláudio Abrantes. Tenho certeza de que ele está aqui e vai ajudar o povo lá de Planaltina. Deputado Cláudio Abrantes, tenho certeza de que você vai dar força lá para a gente.

Tenho visto, Deputado Chico Vigilante, muitas pessoas que estão em depressão. Os comerciantes estão em depressão. Eu peço ajuda mesmo ao senhor, com a sua participação e essa sua iniciativa.

Agradeço a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) — Vamos ouvir agora o Sr. Julimar Gonçalves. (Pausa.) O senhor está abrindo mão, Sr. Julimar? (Pausa.) Está certo.

Convido para fazer uso da palavra o Presidente da Associação Comercial da Estrutural, Sr. Elias Cavalcante Mendes.

SR. ELIAS CAVALCANTE MENDES — Quero cumprimentar o Deputado Chico Vigilante, os Deputados desta Casa e os demais presentes: empresários e presidentes de associações comerciais.

Eu quero fazer, Deputado Chico Vigilante, uma pergunta muito simples: como o Governo do Distrito Federal aceitou criar tantas cidades, tantos comércios, aceitou registrar as empresas? As empresas têm CNPJ, têm toda a documentação, e um documento simples como um alvará de funcionamento, nós não temos. E pior, não temos onde buscá-lo. Esse é o maior problema.

Outro grande problema que o Distrito Federal enfrenta é o seguinte: a cidade de São Paulo, por exemplo, funciona durante 24 horas; no Distrito Federal, esta Casa aprovou o projeto de uma lei seca que diz que às 10h o comerciante tem que fechar. Isso gera desemprego na máquina pública, diminui os empregos na máquina pública. Nós tínhamos quase 22 mil comissionados, hoje estamos com 10 mil. É desemprego na iniciativa privada. São derrubadas de trailers e de quiosques.

Veja uma região administrativa como a Estrutural: ela está sendo forçada a fechar seu comércio. Alguns empresários, inclusive presentes aqui, têm toda a sua documentação e só esperam o alvará de funcionamento, mas em vez de a Agefis fechar o comércio que não tem nenhum documento, ela primeiro vai fechar aquele que tem documento. Isso é uma vergonha para o Estado, para o Distrito Federal, para os governantes e para nós também, como presidentes, que ficamos com as mãos amarradas.

Muito obrigado, e espero que essa comissão providencie o mais rápido possível, não dependa dessa demora das leis, porque a gente sabe que demanda muita coisa. Espero que haja uma providência imediata, ou a curto prazo, que a longo prazo eu sei que vocês providenciarão essa lei.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) — Vamos ouvir agora o assessor parlamentar da Deputada Celina Leão, Sr. Sandro Vieira.

SR. SANDRO VIEIRA — Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde aos comerciantes aqui presentes. O Sr. Euclides, com a equipe de Samambaia, esteve em nosso gabinete há um mês, numa sexta-feira à noite, com alguns empresários — inclusive um deles estava chorando porque tinha que fechar o seu comércio, estava realmente numa situação horrível —, quando a Deputada e sua assessoria

começaram a trabalhar: fizemos uma reunião aqui neste auditório com quase duzentos comerciantes de Samambaia, e logo depois V.Exa. propôs essa comissão geral, porque, realmente, estamos tentando buscar um caminho.

Estive sábado lá em Samambaia, e até sem planejar, estava em dois comércios e encontrei o Sr. Euclides em cima de um trio elétrico, convidando a comunidade para estar aqui.

Esse problema não é só de Samambaia, é de Brasília toda. A lei, Deputado, realmente não foi toda julgada inconstitucional, ela tem artigos que são constitucionais. E a lei é muito boa. O artigo 10 dessa lei regulamenta, no Distrito Federal, a Lei Complementar nº 123, de 2006, que é a Lei da Microempresa. Ele realmente não foi questionado e tem que aplicar; se houver bom senso, é possível expedir alvará com base na Lei Complementar nº 123, de 2006. Eu sei que tem um projeto da microempresa aqui, mas, independente dele, a assessoria jurídica do gabinete, junto com a Deputada, está analisando, produzindo um documento para que o Governo possa ter boa vontade e consiga, Deputada, expedir alvará com base nessa lei complementar, que é a Lei da Microempresa, da Pequena Empresa e da Empresa de Pequeno Porte. Esse é um caminho.

Mas o que eu pude entender é que nós estamos querendo algo mais concreto e mais imediato. Eu acho que o Secretário do Governo foi feliz: temos de aguardar a decisão da liminar. Nós sabemos que, para algumas concessões de liminar, gastam-se 10 anos para se julgar o mérito. Temos ainda hoje, desde o início da Lei Orgânica, alguns artigos que estão aguardando o julgamento do mérito. Se formos aguardar 10 anos, os empresários já terão morrido, já terão falido, não vamos ter o que fazer.

Eu acho que o que os empresários estão querendo que nós tentemos tirar daqui, e o que V.Exa. conduza perante o Governo talvez sejam dois caminhos. Um seria este: expedir alvará com base na Lei Complementar nº 123, de 2006, a Lei da Microempresa. Se precisarmos aprovar a nova Lei da Microempresa que está aqui, que os senhores tentem agilizar esse projeto que está aqui na Casa, pois já resolveria o problema de 80% dos que estão aqui.

Mas eu acho que nós temos de ter também um código de postura aqui do Distrito Federal. Realmente está faltando um código que possa regularizar o Habite-se. Hoje, do jeito que está a lei, só se pode expedir alvará se houver Habite-se, e quase 100% de Samambaia não tem escritura, que é o básico para se ter um Habite-se. Então, está faltando mesmo aprovar aqui um código de postura do Distrito Federal, para que a gente possa regularizar esse Habite-se.

Agora, o que queríamos pedir mesmo, e por isso eles nos procuraram, é que o Governo — não pode ser a Câmara, deve ser o Governo — faça um termo de ajustamento de conduta — TAC com o Ministério Público, para que, até que se julgue a liminar, ou até que se aprove essa lei do código de postura, expeça-se, sim, o alvará para os comerciantes que estão aqui, porque realmente eles devem trabalhar. Como eu contei, no grupo que nos procurou tinha um senhor chorando, não sei se ele está aqui hoje; foi terrível, mas graças a Deus ele conseguiu, por liminar, manter o comércio aberto.

Então, a proposta da Deputada Celina Leão seria esta: elaborar um TAC, regulamentar a Lei Complementar nº 123, de 2006, no Distrito Federal e expedir com a maior urgência possível o alvará dos comerciantes.

Obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

PRÉSIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) — Ouviremos mais dois inscritos e, em seguida, o Sr. Gleiston, da Agefis. Primeiro falará o Coordenador da Associação Comercial e Industrial de Samambaia, Sr. Euclides, e por último o Presidente da Associação Comercial e Industrial do Núcleo Bandeirante, Sr. Valdemir Hass.

SR. EUCLIDES — Sr. Presidente, Deputado Chico Vigilante, todos os Parlamentares, todos os empresários, desculpem-me, mas eu gostaria de perguntar se ainda tem alguém de Samambaia aqui. (Manifestação da galeria.)

SR. EUCLIDES — Deputado, eu quero dizer ao senhor, com muito respeito à Câmara Legislativa, que a gente apanhou 4 anos aqui. Quatro anos de peia! E Samambaia veio naquele dia com duzentas pessoas aqui, o senhor acompanhou: empresários chorando, empresários fechando as suas empresas, não só por culpa da Agefis, mas por irresponsabilidade do Ministério Público, que não se fez presente aqui hoje. Era para estar presente, Deputado! Porque ele é quem mais está fazendo pressão. Hoje, qualquer pessoa, um morador, chega numa empresa lá e diz: "eu vou mandar acabar com

o seu comércio". Chegam lá 3, 4 pessoas fazendo pressão em cima dos comerciantes.

Foi dito aqui pela Sra. Danielle que a gente tem de respeitar os comerciantes que geram empregos em Brasília, porque os empresários são os verdadeiros gigantes nesta cidade, começando pelos pequenos, que são os quiosqueiros e os microempreendedores, chegando até ao grande empresário, Deputado. Nós vamos mudar essa cidade com seriedade, porque eu não roubei, eu não roubo.

Tem uma coisa importante nesta cidade: transparência. Eu quero que neste Governo haja transparência, Deputado. Porque eu ouvi muita conversa bonita aqui hoje, mas para agir mesmo, eu quero que essa realidade comece por Samambaia. Samambaia é a cidade mais sofrida, é a cidade que é mais perseguida por fiscais.

Hoje chega o delegado de polícia no comerciante, leva o comerciante preso. Por quê? Eu acompanhei alguns flagrantes. É porque estão levando um botijão de gás ali. O Vazino está aqui para testemunhar isso. "Ah, rapaz, isso é uma falta de vergonha! Levou o cara preso porque estava fazendo mudança de 3 botijõezinhos de gás". Ele é funcionário da empresa!

Deputado, eu faço essas correções porque eu sei da sua seriedade e transparência. Eu quero contribuir, Sra. Danielle, porque eu não quero sofrer mais um desastre, mais uma decepção nas minhas empresas. Veja bem, eu sou um empresário vencedor, não um fracassado, e esse povo aqui é que irá fazer a diferença no Distrito Federal. Eu tenho fé em Deus, porque nós vamos ver isso, Deputado Chico Vigilante. Esses empresários têm de ser respeitados, esses empresários é que fazem isto aqui, e isto aqui é o dinheiro deles. O salário que vocês recebem somos nós que pagamos para todos os Deputados. Nós não podemos mais ficar ouvindo conversa fiada. Pode ser o Governador!

Deputado Chico Vigilante, essa abertura que fizeram aqui na Câmara de cassar os Deputados foi muito boa. Foi muito bom para sabermos quem defende a cidade; foi muito bom para sabermos quem está ajudando a cidade a crescer. Realmente foi muito bom. Nós queremos saber, de agora para frente, quem é que irá trabalhar com transparência e pedimos à Câmara Legislativa transparência total.

Quero dizer e repetir que o meu governador em Brasília hoje, Deputado Chico Vigilante, chama-se Jesus Cristo. É o maior poder depois do homem, porque o povo está botando a cabeça para acabar com os comerciantes. Eu quero só finalizar dizendo que quero colocar o meu nome nessa comissão, Sra. Danielle.

Muito obrigado e um beijo no coração de cada um de vocês.

PRÉSIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) — Concedo a palavra ao Sr. Valdemir Hass, Presidente da Associação Comercial e Industrial do Núcleo Bandeirante.

SR. VALDEMIR HASS — Boa tarde a todos. Quero agradecer a Deus por esta oportunidade, Deputado Chico Vigilante. V.Exa. sabe que, de longas épocas, na Ceilândia, conhecemos as dificuldades. Parabenizo a Mesa, os colegas da Associação Comercial, a Sra. Danielle, que nos representou muito bem. Mas eu queria hoje dizer que os grandes heróis desta Casa são os heróis de verdade. Heróis e heroínas são esses comerciantes e as pessoas que vieram aqui em busca dessa causa, em que estamos representando todo o Distrito Federal no anseio de toda uma cidade que está em risco.

Deputado Chico Vigilante, eu queria dizer que nós, os comerciantes, há muito tempo vimos agonizando. Eu queria fazer uma pergunta aqui: se o cidadão chegasse com uma receita dizendo que estava com a saúde precária, alguém arrumaria um empréstimo para ele ou algum crédito? Nós tínhamos, no passado, o nosso alvará precário. E agora estamos agonizando, estamos à beira da morte, mesmo porque nem esse precário temos mais. Eu queria dizer ao nosso Secretário de Desenvolvimento Econômico, que é conhecedor e está assumindo a pasta, que estamos aqui para ajudá-lo.

Nós estamos perdendo aquilo que é mais precioso para o Distrito Federal, que é o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste — FCO, porque constantemente o gerente da cidade me chama e fala: "Valdemir, eu estou com o dinheiro aqui no FCO". Ainda no ano passado, ele me disse: "Temos quarenta milhões e não temos onde colocar esse dinheiro. Vamos perder o fundo para o Mato Grosso e para o Goiás". E nós vamos perder esse fundo por incapacidade de gestão de utilizar o recurso, porque não conhecemos o empresário a verdadeira identidade de que ele é empresário. Então, tem alvará, ele chega ao banco e não pode pleitear o recurso, o banco não tem como emprestar porque ele não existe. Então,

Uma vez perdido esse recurso, jamais poderemos pleiteá-lo de volta porque vai para outros estados. Então, essa será uma lacuna que não haverá mais como corrigir.

Eu só queria fazer essa colocação para que esta Casa e também nosso Secretário de Desenvolvimento Econômico auxiliem e pensem que os nossos Pró-DF estão uma verdadeira ruína. Estão liquidados, parecendo aqueles cemitérios abandonados lá da época da ditadura. Nós precisamos fazer alguma coisa.

Eu quero dizer que vamos todos unir forças para vencer essa batalha. Agora, não podemos esperar que o Ministério Público faça esse projeto. Nós precisamos é de uma solução para ontem. Não é nem para hoje, porque uma empresa fechada não se habilita mais, não. Ela vai para o Serasa, fica negativada e não tem mais como se habilitar.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Por onde quer que nós andemos, uma das maiores reclamações que recebemos é com relação à Agefis. Eu, outro dia, tive oportunidade de conversar com o Sr. Gleiston a respeito da atuação da Agefis. Ficamos mais de uma hora conversando, e eu fiz questão de convidá-lo para estar aqui hoje, a fim de conversar com vocês e ouvir a angústia de vocês com relação às ações feitas pela nossa agência de fiscalização.

Nós chamamos o Ministério Público do Distrito Federal também, porque entendemos que o Ministério Público não está acima da lei; ele é fiscal da lei, mas não está acima da lei. Nós entendemos que o Ministério Público do Distrito Federal precisa ter o comportamento de quem depende desta cidade também. Eu fico meio preocupado porque, como o Ministério Público é do Distrito Federal e Territórios, ele é custeado, mantido pela União. Mas eles precisam entender que temos outra vida, como disse aqui a Sra. Danielle, além da Esplanada dos Ministérios. Há muita gente que não conhece essa outra vida.

Outro dia, tive a oportunidade de estar no Riacho Fundo II conversando com a Administradora e constatei que o Riacho Fundo II não tem um único pedaço legal. Eu pergunto: as pessoas têm culpa de serem colocadas na ilegalidade? Não têm. O culpado da ilegalidade foram as autoridades que transformaram aquelas pessoas naquele estado de coisas. O Estado transformou aquelas pessoas. Conversei com o nosso Procurador-Geral do Distrito Federal, o Dr. Rogério, e até o levei lá para ver, sentir de perto a situação e verificar como vamos encontrar uma maneira de legalizar o Riacho Fundo II.

Sou morador da Ceilândia, bem como a Deputada Luzia de Paula e o Sr. Moacir, que nasceu empresarialmente na cidade, porque lá chegou aos 5 anos de idade e lá se criou. Hoje, há uma outra Ceilândia, que as autoridades não conhecem, que é o Sol Nascente, o Pôr do Sol. São mais de 60 mil moradias e um sem-número de estabelecimentos comerciais que estão lá. Eu pergunto: se fecharmos tudo aquilo, já imaginou o quanto isso vai colaborar para o aumento do índice de violência no Distrito Federal?

Eu vejo ali o Sr. Júlio, que é Administrador de Águas Claras, onde também há problemas de ilegalidade, mesmo tendo sido planejada e tudo. Portanto, ou nos debruçamos efetivamente sobre esse assunto e nos encaminhamos para resolvê-lo, ou vamos ficar mais 15 anos falando disso, falando, falando e, a cada dia, mais as pessoas sofrendo.

O Estado — foi importante a vinda de tantos Secretários — precisa compreender que ele não pode ser opressor do desenvolvimento. O Estado não pode ser tolerante, mas também não pode agir com a intolerância que tem acontecido no Distrito Federal. Ele não pode ser leniente, mas tem de verificar que, muitas vezes, é comum, no Brasil, muitas coisas existirem de fato e não de direito. Existe de fato, e você tem de fazer com que exista de direito.

Quantas profissões, Sr. Moacir, desapareceram e quantas surgiram! Se você perguntar em volta de nós, verá que há muitas profissões que desapareceram, profissões que eram, inclusive, legalizadas. Outras surgiram e estão à margem da lei. E aí vamos dizer que são marginais? Nem tudo que está à margem da lei é marginal. Isso o Distrito Federal precisa compreender. Portanto, não pode, em hipótese alguma, um comerciante ser tratado como um traficante de drogas, e é isso que tem ocorrido. (Palmas.)

Quando algemam, prendem, fazem da maneira como tem sido feito no Distrito Federal, e a imprensa dá cobertura ao fato, muitas vezes, a pessoa que está sentada no sofá da sala de sua casa assistindo não sabe distinguir se era um comerciante honesto ou se

era um traficante, dada a truculência com que o Estado tem tratado as pessoas de bem no Distrito Federal.

Concedo a palavra ao Diretor Geral da Agefis, Sr. Gleiston M. de Paula.

SR. GLEISTON M. DE PAULA – Boa tarde a todos. Deputado Chico Vigilante, eu gostaria de parabenizá-lo porque sou servidor de carreira há 17 anos e assisto a essa novela há 17 anos como servidor de carreira. Não há solução para esse problema, mas o Governador Agnelo, no primeiro dia de governo, convocou — inclusive eu estava lá, não havia sido nomeado, mas fui convocado —, deu uma missão para todo mundo. Nosso Secretário Dirsomar está aqui também, para tentar achar uma solução para esse problema que, no nosso entender, é uma crise socioeconômica. Infelizmente, nós estamos do lado que tem que fiscalizar. É a nossa função e nós temos também quem nos fiscalize.

Eu tenho recebido vários comerciantes. Sinto aperto no coração quando vejo toda essa situação. Sou nascido e criado em Brasília. Devo frequentar restaurante que não tem alvará, não vou ficar procurando se tem ou não. Vou ao cinema. Minhas filhas devem ir a locais que não têm alvará. Essa, infelizmente, é uma situação do Distrito Federal. Então, Deputado, vale essa união de todos os órgãos, da comunidade, da associação comercial.

Já estive várias vezes com a Danielle na Agefis no ano passado. Nós estamos discutindo. Existem várias discussões. O Governador, então, determinou, eu peguei a minha equipe da Agefis, pois há vários técnicos que têm conhecimento profundo — está ali o Branquinho — e fizeram vários estudos, os quais já foram encaminhados ao Secretário Dirsomar e ao Secretário Paulo Tadeu, para ver se nós conseguimos uma solução definitiva. Nós temos algumas visões. Eu vou dar um exemplo aqui. Eu sabia nessas pesquisas que, no Rio de Janeiro, favela tinha alvará de funcionamento. Acabei de vir de lá, inclusive estou de férias, mas fiz questão de vir aqui, Deputado, porque eu quero participar dessa discussão. A Agefis quer participar. Eu não quero receber os senhores só com o papel amarelo, eu quero um dia recebê-los para tomarmos um café, trocar uma ideia, porque nós temos que ser parceiros. Eu nasci aqui. Essa cidade tem que se desenvolver. Eu quero que ela se desenvolva.

O Georgeano já foi diretor da Agefis. Nós somos de carreira, nós temos essa preocupação. Infelizmente a bomba está estourando do nosso lado. Como disse o Deputado Magela, nós somos a Geni da vez. Mas a gente quer passar um batom nessa Geni, arrumar o seu cabelo porque queremos ver essa cidade se desenvolver. Essa é a nossa visão lá na Agefis, com a minha direção.

Nós queremos ser um órgão propositivo, mas eu tenho o dever legal de ter que fazer, porque eu tenho quem me fiscaliza, e me fiscaliza com força, não só a mim como a todos os meus auditores. Sei que existem algumas ações que passam do limite. A nossa orientação na Agefis é que se trabalhe de forma educada, tranquila, sem truculência, com respeito. A gente sabe que infelizmente há pessoas que acham que são maiores que as outras. Infelizmente quem se dá com pessoas corre o risco de toda essa situação.

Mais uma vez parabenizo o Deputado, o Governador Agnelo, que está empenhado nisso, o Secretário Paulo Tadeu, a Associação Comercial e o Dirsomar, com quem eu tenho conversado. Nós conversamos, às 10h, 11h da noite ele me liga: "Isso aí, como é que a gente faz?" O Governo está buscando a solução definitiva. Vamos torcer. Vamos unir forças para que isso seja solucionado. A Agefis está à disposição dos senhores, da Associação Comercial. Qualquer dificuldade, qualquer dúvida nos procurem que vamos conversar, vamos mostrar aos senhores que o problema não é esse bicho papão todo, não.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Concedo a palavra ao Sr. Chico Machado.

SR. CHICO MACHADO – Boa tarde. Queria cumprimentar o companheiro Deputado Chico Vigilante, a companheira Deputada Rejane Pitanga e o companheiro Deputado Wasny de Roure pela iniciativa.

Eu quero primeiramente fazer um registro de quanto é importante essa reunião, porque como o próprio Paulo Tadeu, nosso Secretário, registrou aqui, o Governo tem o maior interesse em destravar a liberação desses alvarás. Eu acho que quando nós juntamos o Executivo, o Legislativo, os comerciantes, a sociedade, não existe força para se contrapor a esse movimento. Nós temos que ter clareza disso.

O registro que faz aqui o representante da Procuradoria do DF deixa bem claro que acompanha inclusive as iniciativas que nós estamos realizando para destravar essa situação. A tática que nós estamos levantando – e foi registrado aqui pelo companheiro Secretário de Governo – é a tática de derrubar a ação de inconstitucionalidade que o Ministério Público levantou. Essa é a tática. Não posso concordar com a ideia de que essa tática pode ser tomada como uma forma de procrastinar a decisão. É exatamente o contrário, exatamente o contrário.

Desde que nós assumimos o Governo – particularmente quando assumi a Coordenadoria das Cidades – estamos discutindo essa questão. Constituímos um grupo, do qual faz parte nosso representante da unidade de normatização, o companheiro Pettinatte, que junto com outros companheiros estão discutindo uma saída.

A nossa coordenação jurídica, junto com outros companheiros, que hoje nos assessoram, tem clareza total de que a ação de inconstitucionalidade levantada pelo Ministério Público é equivocada. Nós já fizemos uma reunião com os representantes do Ministério Público para fazê-los ver que a ação que está caminhando é uma ação que pode ser facilmente ser derrubada. Então, nós estamos trabalhando com esse propósito. É esse propósito que queremos colocar como primeiro plano.

É verdade, sim, que a nossa Lei nº 4.457 tem de ser refeita, tem de ser atualizada. Mas essa é uma discussão que, eu entendo, tem de ser de maior profundidade, porque o público, os comerciantes, os quiosqueiros que estão presentes aqui não podem mais esperar. Isso é absolutamente claro para todos nós. Nenhum pai de família, nenhum empreendedor que hoje está com o seu estabelecimento encerrado, com a ameaça inclusive de ser registrado no Serasa da vida, com seus negócios comprometidos, pode aceitar que um ato que foi defendido pelo Ministério Público possa continuar, quando todos nós entendemos que é absolutamente questionável. Eu acho que tem de ser essa a questão que devemos levantar.

Se por acaso – eu não posso acreditar em outro caminho –, unidos, com todas essas forças que estão aqui, inclusive com a nossa Procuradoria, não conseguirmos derrubar, em um tempo que nós podemos inclusive estabelecer, aí eu acho que é possível entrar com outro projeto. Mas não pensem os senhores que, se não derrubarmos esses artigos, que na verdade são 4 artigos, não enfrentaremos futuros problemas com a lei que aprovamos aqui. Nós temos que ter a clareza disso.

É por isso que eu quero, Deputado Chico Vigilante, que esse encontro se some à proposta que o Deputado Paulo Tadeu trouxe aqui. Nós precisamos imediatamente investir na retirada ou na derrubada dessa ADI que não procede e prejudica centenas de milhares de trabalhadores, centenas e até milhares de comerciantes, quiosqueiros. Isso é que tem de ficar claro para nós! Essa é a ação que eu peço que nos preocupemos. Garantam a unidade entre as pessoas que estão aqui, entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo para irmos em frente.

Portanto, para reforçar esse propósito, eu quero dizer exatamente o que eu disse no começo: nós temos interesse em resolver esse problema. Nossos administradores, Deputado Chico Vigilante – eu até me inscrevi, pois aqui há inúmeros administradores que são companheiros –, lá na ponta, recebem essas demandas, os pedidos de licenciamento, mas não conseguem processar, porque nós estamos impedidos por essa ADI. Nós queremos, nós precisamos suspender essa ADI. As pessoas têm de entender que não somos responsáveis por tudo o que hoje está acontecendo no Distrito Federal. Nós já herdamos isso. Quando nós chegamos, essa ADI já tinha sido decretada. Aliás, já tinha obtido a liminar, mas num outro contexto. Hoje o contexto é o caminho da legalização das áreas. O caminho é de construção, inclusive, de uma Brasília legal. É isso que tem de ficar evidente para todos nós.

Eu quero pedir aqui um voto de confiança. Mas um voto de confiança não só onde nós ficamos tocando o carro e as pessoas esperando; um voto de confiança em que todos participem, que se somem para que realmente possamos conseguir.

Obviamente, precisamos, sim, discutir novamente essa lei que, em minha opinião, tem alguns dispositivos que estão desatualizados, pois Brasília mudou, apareceram vários outros empreendimentos sobre os quais temos que tratar na nova lei. Mas agora, o que nos interessa é retirar essa ação de inconstitucionalidade dos artigos da Lei nº 4.457. Esse é o passo que temos de reafirmar, pois, dessa forma, eu tenho certeza de que estaremos retomando

o funcionamento de todos os nossos empreendimentos, sejam os quiosques, sejam os comércios, sejam as pequenas empresas, sejam as microempresas.

Então, é esse o desafio que eu queria propor para vocês, é esse o voto de confiança, mas não é uma confiança que só se reproduz em voto. Esse é o caminho que desejo, para que todos nós possamos participar e conseguir, com êxito, derrubar essa ADI daqui alguns dias.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Nós estamos caminhando para o final da nossa comissão geral.

Vou passar a palavra ao Sr. Secretário Dirsomar Ferreira Chaves. Por último, concederei a palavra ao Sr. Secretário José Moacir de Sousa Vieira.

SR. DIRSOMAR FERREIRA CHAVES – Eu quero agradecer a oportunidade desse espaço legislativo e a iniciativa do Deputado Chico Vigilante, do Deputado Wasny de Roure e da Deputada Rejane Pitanga deste momento de reflexão.

Nós da parte do Governo temos a disposição de resolver os principais problemas da cidade, em especial, aquilo que foi lembrado pelo Secretário Paulo Tadeu com relação às micro e pequenas empresas, geradoras de emprego no Distrito Federal.

Deputado Chico Vigilante, cumprimentando e agradecendo a sua iniciativa, estendo o agradecimento a todos os deputados da Câmara Legislativa, que têm tido uma atenção especial – e aí eu sou testemunha disso – quando o tema diz respeito a alvará de funcionamento e à regulamentação da Lei nº 123, para fazer com que as micro e pequenas empresas possam ter todos os benefícios da lei federal.

Fazendo uma reflexão rápida, mas importante, eu gostaria de lembrar que, dos empregos gerados nessa cidade, uma ordem superior a 80% dos empregos – que significa a superação de grandes problemas sob o ponto de vista da violência e da educação –, são gerados pelas micro e pequenas empresas do Distrito Federal. Ora, se 80% dos empregos são gerados por esses setores, não é possível imaginar ações do Estado que proibam ou coibam as iniciativas de abertura de uma pequena empresa ou sequer fechem as pequenas e microempresas por falta de alvará.

Nesse sentido, diversas vezes nós estivemos nas Agefis buscando solução para isso. Desde o dia 1º de janeiro, por determinação do Governador, chamamos alguns em um canto e dissemos: "Essa solução tem de ser imediata". Portanto, há uma determinação do Governo do Distrito Federal para que se busque uma solução, encontre-a onde tiver de encontrar.

Esta Casa Legislativa é a grande parceira para isso, e os movimentos sociais também. E aqui, Danielle, reforço e parabeno todos vocês, porque não é fácil representar comunidades ou setores organizados. É difícil! Portanto, o Estado, o Governo e a Câmara Legislativa precisam, de fato, fazer com que vocês, presidentes de associações, dirigentes e diretores, sejam reconhecidos pelo papel que estão fazendo e busquem, junto com vocês, as soluções imediatas, porque são vocês que asseguram o processo.

É preciso reforçar também a presença dos setores de vocês na elaboração de projetos. Foram entregues ao Governador, no período da campanha, diversas propostas, tanto da Fecomércio, quanto de federações de micro e pequenas empresas, enfim, de diversos segmentos, com a solicitação de políticas públicas. Quero relatar algumas delas para vocês, para mostrar o grau de importância que tem a questão do alvará, porque sem esses outros procedimentos, nós não vamos conseguir esses resultados.

Um deles é a regularização fundiária. Alguém levantou essa questão aqui. Sem regularização fundiária, é difícil conseguir o Habite-se, e sem ele é difícil conseguir o alvará. Essa é uma lógica que precisa ser repensada: se o Habite-se é condicionante para alvará. Na Agefis, essa é uma reflexão feita por todos.

Daí que o projeto de lei que está aqui na Casa, Deputado Chico Vigilante, que regulamenta o art. 7º da lei federal, restabelece nos seguintes termos: "Exceto nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado alto, os órgãos do Distrito Federal emitirão alvará de funcionamento provisório que permitirá o início da operação do estabelecimento imediatamente após o registro". Isso é lei federal. A extensão dela está proposta na regulamentação com os seguintes elementos: nos casos referidos no caput desse artigo, poderá ser concedido alvará de funcionamento para as entidades preferenciais, as pequenas e microempresas, instaladas em áreas desprovidas de regulação fundiária legal ou em regulamentação precária.

O que isso significa? O Gleiston muito bem se lembrou disso. Significa que nós teremos a possibilidade de levarmos ao Judiciário – não foi considerado inconstitucional esse dispositivo na lei federal – esse procedimento para em torno de 30 mil pequenos e microcomerciantes do Distrito Federal. São aqueles de São Sebastião, Riacho Fundo II, Parque Santa Maria, Ceilândia, Itapoã, Arapoanga, Vicente Pires, toda essa região que não teve a regulamentação. Uma das procuras imediatas é que a Agefis possa, sob esse entendimento, criar mecanismos mais ágeis, no mínimo, para fazer a sua extensão de prazos para que haja fechamento de estabelecimentos em curto prazo, baseado já em alguns princípios da legislação.

Acreditamos que, pela Secretaria da Micro e Pequena Empresa, possamos conseguir que algo em torno de 30 mil estabelecimentos possam ter imediatamente uma resposta menos agressiva do ponto de vista do cumprimento de uma determinação do Ministério Público, porque estão sendo negociados, de fato, entendimentos com o Ministério Público.

Para concluir, outro elemento são os incentivos. Nós estamos trabalhando elementos, além do alvará, que sejam importantes e fundamentais para o curto prazo. Esta Câmara, na pessoa do Deputado Chico Vigilante, poderia continuar fazendo alguns debates para esse segmento. São programas como o Refaz das micro e pequenas empresas, que há tempos tem sido reclamado pelo segmento. Nós estamos fazendo a discussão de áreas específicas para pequenas e microempresas, de programas tão importantes, embora com algumas dúvidas com relação ao Pró-DF, para as áreas já ocupadas. Não Pró-DF para pequenas e micro empresas em lugares distantes onde não tenha mercado e, sim, para áreas internas. Eu vejo os companheiros de Samambaia que possuem uma área extensa, enorme dentro de Samambaia que futuramente serão licitadas. Então, que possa haver um acordo do Governo do Distrito Federal no sentido de o atendimento ser lá dentro de Samambaia.

Ora, se nós estamos pensando em diversos programas, além do alvará, para atender a essas mais de 100 mil micro e pequenas empresas existentes no Distrito Federal, não é possível nós ficarmos parados por causa do alvará. O alvará é uma matéria que precisa de uma atenção especial, da participação do Ministério Público, do Poder Legislativo e do Executivo. Mas o alvará, companheiros e companheiras, é uma questão da organização de todo o setor produtivo.

Essa é a nossa mensagem, Deputado Chico Vigilante. Parabéns pela sua brilhante iniciativa.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Distribuímos as fichas de inscrições. Eu até me surpreendi com o número. Eu pensei que todos tinham ficado tão satisfeitos com a explanação da Danielle – eu creio que ela falou por todos vocês – que aí só se inscreveram 9 pessoas. Mas o João disse que tinha pedido a inscrição e não foi contemplado. Então, concedo a palavra ao João do Violão.

SR. JOÃO DO VIOLÃO – Deputado Chico Vigilante, eu não queria sair daqui com a impressão de que a democracia não estava se estabelecendo nesta Casa. Eu gostaria de dar uma opinião: na próxima audiência pública, que o público fale antes que os Deputados. Eu gostaria que nossos amigos Deputados, que falaram muito bonito, que disseram que irão apoiar o projeto – isso é muito bonito, isso é muito gostoso, maravilhoso –, ouvissem também aquelas pessoas que falaram aqui e reivindicaram. Mas a sua atitude e a das pessoas que estão junto com você nesse projeto foram maravilhosas. Tudo isso é importantíssimo. Eu estou dizendo isso, Deputado Chico Vigilante, porque eu também moro em uma região em que sofremos todos os dias com a Agefis fechando o comércio do Paranoá.

O Paranoá é a segunda maior produtora de grãos do Distrito Federal. É uma cidade com 80 mil habitantes, e temos o Itapoã ao lado. Há um sofrimento muito grande naquela região, Dirsomar. O nosso povo sofre talvez até mais que o de outras regiões do Distrito Federal. Nós queremos ser ouvidos.

Eu até gostaria que V.Exa. sugerisse ao Governador do Distrito Federal que ele fosse democrático também, da mesma forma que V.Exa. está sendo. Eu andei por quatro vezes, de comércio em comércio, agarrado ao braço do Governador Agnelo, e o Paranoá está sendo esquecido pelo próprio Governo e pela própria Administração que hoje foi colocada pelo Governador, que fechou as porteiças e não senta com a associação comercial e com as demais entidades para discutir essa questão fundiária que nós sofremos no Paranoá hoje.

O Governo fala que é democrático. Eu ajudei a eleger este

Governo e V.Exa. também. V.Exa. está sendo democrático. Alguns companheiros aqui também estão sendo democráticos. Infelizmente a minha visão hoje do Governador Agnelo pode mudar, mas não foi isso que S.Exa. disse para cada um dos nossos comerciantes – para o Sr. João, para o Sr. Manoel, para o Sr. Pedro. É o que está acontecendo hoje no Paranoá. O Administrador que representa o Governador não o está representando à altura. Se for preciso, vamos fechar aquela cidade em breve. As pessoas que o apoiaram estão revoltadas, porque ninguém ouve a sociedade do Paranoá.

Eu acredito que a única oportunidade que eu tenho, Deputado Chico Vigilante, é esta, neste momento. Mas eu terei ainda um momento para falar com o Governador. Eu estou aqui falando do sentimento dos meus comerciantes que todo dia estão na associação comercial me questionando: "João, o Governador veio aqui e disse que iria resolver a questão dos nossos lotes, a questão das escrituras do Paranoá. Nós não podemos sequer pedir um empréstimo no banco, pois ninguém nos empresta nada." E fui eu, Deputado Chico Vigilante que andei de comércio em comércio com o meu Governador.

Dirsomar, Secretários, nós não estamos sendo ouvidos naquela cidade. Vocês estão lá de porteiça fechada. Aquelas pessoas, aqueles moradores estão revoltados com o nosso Governador. Vamos mudar essa situação em todo o Distrito Federal. V.Exa. está sendo democrático. Alguns companheiros estão sendo democráticos, mas a visão que nós estamos tendo no Paranoá não é a visão que nós queríamos ter hoje.

Eu parabeno mais uma vez a Dra. Danielle, que nos representou muito bem aqui. Ela é uma lutadora. E eu estou falando aqui porque este é um fórum maravilhoso. Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante, por V.Exa. ter aberto esse debate. Talvez o meu nome não tenha chegado por incompetência de algumas pessoas, porque nós passamos o nome, mas talvez não o passaram a V.Exa.

Dirsomar, leve isso ao Governador, pois eu estou meio revoltado com S.Exa. Não estou gostando da atitude dele, não. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, João do Violão.

Pessoal, houve outro equívoco que foi a não inscrição do Chicão, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Samambaia. Vamos ouvir o Chicão e, por último, vamos ouvir o Moacir. Em seguida, iremos encerrar a sessão. Portanto, eu peço apenas mais 10 minutos para vocês.

SR. FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA (CHICÃO) – Boa noite, companheiro Deputado Chico Vigilante. Parabéns pela iniciativa! Boa noite a todos os Deputados presentes, aos Secretários de Estado, aos meus companheiros empresários e aos companheiros de Samambaia. Quero também parabenizar a Danielle por representar as associações comerciais.

Eu quero apenas fazer um pedido. Na nossa cidade de Samambaia, apenas 8% dos comerciantes têm Habite-se. Na realidade, o que nós estamos pedindo é isso. Eu tenho certeza de que vocês irão conseguir resolver esse problema, mas nós precisamos de uma solução urgente porque nós temos em torno de 6 mil empresas em Samambaia e apenas 8% delas têm Habite-se. Imaginem o tamanho do trabalho que a Agefis terá para fechar mais de 5 mil empresas em Samambaia. Na realidade, são 6 mil empresas, e só em torno de 8 a 10% possuem Habite-se. A realidade de Samambaia é esta e precisamos de uma solução urgente.

O Ministério Público pediu que os administradores enviassem uma carta com a relação de todas as empresas para as quais foram emitidos alvarás com o laudo técnico. Só que não veio um prazo para o administrador, e eu falei que não iríamos responder ao Ministério Público. Depois de 45 dias veio outra correspondência do Ministério Público solicitando a relação dos laudos técnicos que foram emitidos. Não havia prazo, então não mandamos de novo. Só que na última correspondência, eles pediram 15 dias para enviarmos essa relação. Assim, no 14º dia nós fomos obrigados a mandar a relação de 47 companheiros e empresários da Samambaia, pois já haviam sido emitidos os alvarás, e aí tivemos que fazer. Realmente, foi uma das últimas coisas que eu fiz na Administração. Fiquei muito chateado em ter de assinar aquela carta que enviei a vocês, porque era uma exigência do Ministério Público e eu não poderia deixar de cumprir.

Na realidade, queremos uma solução urgente. Quanto à Agefis, queremos inclusive parabenizá-los, porque eu tenho certeza de que eles estão fazendo o trabalho deles, mas sem querer fechar

as empresas. Senão, eles já teriam fechado no Distrito Federal quase todas as empresas. Então, eu os parabeno.

Outra coisa é o seguinte: o Moacir conhece o nosso problema em Samambaia, principalmente as madeiras que cresceram na cidade em lotes residenciais. E hoje realmente é difícil emitir alvará para essas empresas. Eu gostaria de pedir ao Secretário Dirsomar e também ao Deputado, principalmente na ADE, que os lotes fossem disponibilizados para essas empresas poderem crescer através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Esta é a única maneira de o empresário crescer, porque se for pela Terracap, ele realmente não consegue comprar um lote em Samambaia.

Este é o pedido que eu queria fazer: estudar uma maneira para que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e a das microempresas possam liberar os lotes para esses empresários. Estou falando dos lotes para as empresas de materiais de construção, mas a maioria dos empresários que cresceram precisa de lotes, e só por meio do Pró-DF eles conseguirão fazer isso.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Moacir, só um minuto, porque a Lúcia Otoni, Diretora da Associação dos Comerciantes da Asa Norte e da Asa Sul, gostaria de dar uma palavrinha.

Concedo a palavra à Sra. Lúcia Otoni.

SRA. LÚCIA OTONI – Eu quero parabenizá-lo, Deputado Chico Vigilante, por essa iniciativa, e também a nossa querida Danielle por suas palavras e pela nossa luta. Eu sou Diretora da Associação dos Comerciantes da Asa Norte e da Asa Sul e estamos sofrendo na pele — pois sou comerciante também — a questão dos alvarás e a dos puxadinhos.

O alvará é um problema sério em Brasília. A partir do momento em que se resolver o problema do alvará, o Plano Piloto ficará descoberto, por causa da questão dos puxadinhos. Temos uma Adin em que será julgada agora a questão ou não da inconstitucionalidade. Se for inconstitucional, nós precisaremos... Eu quis falar para contar com seu apoio na questão dos puxadinhos também, pois o Executivo precisa enviar à Câmara um projeto que venha nos respaldar. É um problema muito sério.

Na campanha do Agnelo — inclusive, tenho até aqui —, nós estávamos no Bonaparte, e ele assumiu o compromisso moral de que faria um fórum com a associação, com o Ministério Público, reunindo todos para que pudéssemos chegar a um consenso. Então, quero contar com seu apoio.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado, Lúcia.

Concedo a palavra ao Secretário José Moacir de Sousa Vieira. Ele tem uma grande vantagem porque é o primeiro empresário da cidade de Ceilândia, começou pequeno. Ele viveu todas as agruras do pequeno. Hoje é grande e está vivendo o problema dos grandes também. Chega a ser Secretário de Estado. É a primeira vez que temos um Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal que viveu todas as agruras que vocês estão vivendo. Portanto, não tenham dúvida de que ele é um grande parceiro.

Concedo a palavra ao Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, Sr. José Moacir de Sousa Vieira.

SR. JOSÉ MOACIR DE SOUSA VIEIRA – Meu cordial boa-noite a todos. Amigos empresários, nesses dois meses e poucos dias à frente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, debatemos e enfrentamos esse problema da segurança jurídica das leis. Isso tem trazido um grande transtorno e prejuízo ao Distrito Federal. Só a título de exemplo, no segmento de atacadista, no ano de 2009, o Distrito Federal teve a mesma arrecadação que o estado de Goiás. Logo depois, foi questionada a legalidade da lei do REA, e no ano de 2010 nós perdemos para Goiás quinhentos milhões de reais em arrecadação.

Então, muito temos sofrido com a segurança jurídica. Muitas empresas têm procurado o Distrito Federal, mas, como Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, a minha missão número um é gerar competitividade para as empresas do Distrito Federal. Temos de ter condições de concorrer de igual para igual com qualquer empresa de outros estados da federação. A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal tem estado de portas abertas. Temos debatido com as federações. Na próxima semana teremos um encontro com todas

as associações comerciais do Distrito Federal e elas serão nossas parceiras para estarmos próximos das cidades de Brasília.

O Governador, logo após esse encontro que teremos com as associações comerciais do Distrito Federal, já me autorizou a fazer uma reunião, um almoço com todos os presidentes das associações comerciais e vocês poderão levar-lhes essas sugestões. Logo em seguida, conversaremos individualmente na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico com todas as associações de cada cidade para ouvirmos as reivindicações.

Coloco a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal à disposição dos empresários. Eu também sou empresário e tenho sofrido muito com isso. Fico até envergonhado, pois como parte do Governo do Distrito Federal tenho empresa em outras cidades, de poder aquisitivo menor, de uma renda menor, como Águas Lindas de Goiás. Lá a minha empresa não tem nenhuma dificuldade com alvará de funcionamento. Aqui no Distrito Federal vemos o sofrimento que temos com isso. Eu e o companheiro Dirsomar, Secretário da Secretaria da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, temos trabalhado juntos. Podem contar com o apoio do Governo, que está aqui para apoiar o empreendedor, aqueles que querem gerar emprego no Distrito Federal.

Quebramos esse paradigma da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, que no passado estava focada só em lote, em Pró-DF. Não. Vamos continuar tratando desse assunto, mas vamos tratar do desenvolvimento econômico do Distrito Federal como um todo, com a participação do setor produtivo.

Muito obrigado e boa noite.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Antes de encerrar, eu queria dizer que eu sou sindicalista. Eu já fiz muita greve nesta cidade. E não sou de deixar as coisas pelo meio. Gosto de pegar e levar até o fim.

Durante a campanha eleitoral, andando com Agnelo por aí, vi que havia duas pragas — se é que posso chamar assim — que afligiam demais os empresários desta cidade. Uma era a questão dos alvarás. Precisamos resolver esse problema para dar tranquilidade a vocês. A outra, que acho da maior gravidade, e fiz um compromisso de que acabaremos com ela no Distrito Federal, era a questão da propina. O que mais ouvi foram comerciantes, empresários, trabalhadores, dizendo: "Tive que pagar propina para o alvará tal. Tive que pagar propina para o lote tal do Pró-DF". E eu disse para Agnelo: "Se o nosso Governo não fizer nada e a gente acabar com a propina, já vamos fazer com que o Distrito Federal ande muito".

Então, tenho em mente acabar com isso. Quero dedicar todos os meus esforços para acabar com isso, porque acho que o empresário, que corre risco, monta um negócio, gera emprego, tem de ser tratado com carinho pelo Estado; ele não pode ser achacado. Não tem coisa pior do que achacar aquele que a única coisa que quer é produzir, é gerar emprego.

A situação, companheiro Chico Machado, do empresário no Distrito Federal em alguns casos, e por que não dizer da maioria, é pior do que a do empregado. O empregado que tem a carteira assinada, no final do mês, saia de onde sair, recebe o pagamento, nem que você tenha de se endividar no banco — e a gente sabe da dificuldade também —, mas você paga para ele. E vocês, que muitas vezes têm o nome e a pompa de empresário, mas ficam muitas vezes meses a fio sem poder fazer uma retirada? Portanto, estão vivendo uma situação pior do que a do empregado.

A gente precisa fazer com que o setor econômico se desenvolva cada vez mais. Sempre digo que empresa não é instituição de caridade, mas tem um trabalho social. Ela tem que ter lucro, mas o lucro também tem que estar voltado para o desenvolvimento do ser humano, dos funcionários de vocês. Creio que a maioria de vocês estão focados nisso. Fico imaginando a satisfação de uma mulher que constitui uma empresa e, de repente, vê ali 3, 4, 5, 6, 10 famílias que dependem daquela empresa para viver. Fico imaginando a satisfação de você saber que 10 famílias dependem dessa empresa para viver e você as está mantendo com toda a dignidade. Não vamos ficar só no discurso, vamos à prática até o fim, até resolver esse problema.

Quero aqui ao final fazer uma proposta ao companheiro Chico Machado e aos Secretários que estão aqui, o Moacir e o Dirsomar. O Deputado e Secretário Paulo Tadeu falcu aqui da constituição de um grupo de trabalho formado pelo Executivo e pelo Legislativo. Quero solicitar a vocês que levem essa proposta ao Governador Agnelo Queiroz. Acho que mais importante do que a participação do Executivo e do Legislativo é a participação de vocês.

Portanto, peçam ao Executivo, e esse é um pedido da Câmara Legislativa, creio que estou falando em nome de todos os Deputados que passaram por aqui, que, ao constituir esse grupo de trabalho – é um pedido nosso e vamos fazê-lo em forma de indicação; amanhã já peço a nossa assessoria que elabore a indicação –, insiram o setor econômico e o setor produtivo. Queremos esses setores participando desse núcleo de trabalho. Quando o setor produtivo participa, a gente já tem certeza absoluta de que vai dar certo.

Os técnicos são importantes, são fundamentais; os políticos são importantes, mas quem vive o problema no dia a dia dá lição em qualquer um de nós. São vocês que vivem o problema, são vocês que sentem o problema, ainda mais vocês que são dirigentes de entidades. Fico imaginando você, Danielle. Vocês mulheres têm jornada dupla. Você tem jornada tripla, porque tem que cuidar da empresa, para que ela não abra falência e você deixe de ser empresária, tem que cuidar da família e ainda tem que cuidar de uma entidade que luta por direitos, e você individualmente não está recebendo nada por isso. É por isso que a admiro ainda mais. Eu sou do setor organizado, sou sindicalista, sei da importância de se organizar uma categoria, e acho muito importante essa organização.

O Moacir tem me falado sobre a realização de reuniões nas cidades, e o tenho encorajado. Acho importante a participação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, da Secretaria da Pequena e Média Empresa e creio da Agefis. É importante fazer reunião em todas as cidades, promovida pelo setor produtivo, pelas associações comerciais das cidades. No dia, sugiro convidar o BRB também. Estamos com uma nova direção no BRB, uma direção voltada efetivamente para o desenvolvimento. Vamos levar o BRB junto! Quem sabe não vamos conseguir mais apoio ainda?

Portanto, eu queria agradecer a presença de vocês na tarde de hoje e dizer que estamos comprando essa briga. Não vamos ficar só nesta discussão. Se há uma coisa que sou é um cobrador. Quero que o governo do qual participo – tenho orgulho disso – resolva efetivamente os problemas do Distrito Federal. Nós nos comprometemos com vocês, com a sociedade, e queremos resgatar, um por um, esses compromissos. Não quero saber de que partido o empresário é nem em quem ele votou ou deixou de votar. Quero trabalhar, para dar a ele liberdade, a fim de que, no futuro, esse empresário possa agir de maneira soberana.

Hoje, chego à conclusão de que isso só se arrastou assim, para que as pessoas ficassem dependentes do Estado, dependentes de favor de governante. Queremos a legalidade exatamente para vocês não dependerem de favor de quem quer que seja. Vocês são cidadãos honestos, pagadores de impostos. O Estado não vive sem vocês, portanto vocês têm que ser tratados como clientes do Estado e não como subordinados. As eleições passaram, e nós queremos, agora, dar solução para os problemas existentes no Distrito Federal.

Agradeço a presença dos Parlamentares, das autoridades do Governo, da sociedade, dos líderes do setor comercial, empresarial e industrial do Distrito Federal, que contribuíram de modo relevante para o sucesso deste evento. Muitas pessoas ficaram temerosas, em dúvida se esta comissão geral aconteceria, por ser em uma quinta-feira depois do Carnaval. Vimos que aconteceu, que foi sucesso absoluto e que vocês estão interessados em que encontremos uma saída digna e correta.

Vou sugerir novamente ao Governador Agnelo Queiroz que, pessoalmente, procure o Ministério Público. Acho até que o Governador deve ir acompanhado de uma comitiva de empresários. Defendo – eu disse isto agora ao Procurador do Distrito Federal – que o Governador Agnelo Queiroz lidere esse processo. Ele tem que procurar o Tribunal de Justiça também. O Tribunal de Justiça precisa, por intermédio do seu Presidente, saber que existe um problema grave. O Supremo tem legislado, não tem? O Tribunal Superior Eleitoral tem legislado, não tem? Portanto, é preciso que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal, pelos seus Desembargadores, esteja sintonizado.

Nessa história dos puxadinhos, Danielle, fico imaginando quantos Desembargadores já almoçaram e já jantaram em restaurantes que têm um puxadinho. Quantos já compraram em uma loja que tem um puxadinho? Que mal esse puxadinho faz para a sociedade? Em vez de derrubar, o que vai ficar muito mais caro, com as ações demolitórias espetaculosas que são feitas, por que não cumprir a lei cobrando aquela taxa de ocupação que tem de ser paga?

Eu me recordo de que, na época do governo do Professor

Cristovam Buarque, havia uma determinação judicial para derrubar o Tatico do centro da Ceilândia. Eu não tinha contato nenhum com o Tatico, nunca havia conversado com ele. Mas cheguei para o Professor Cristovam Buarque e falei: "Cristovam, eu moro na Ceilândia e vou comprar no Tatico. Nunca conversei com o Tatico; o mercado é sujo, mas vende barato. Ele é um regulador de preço na Ceilândia." Falei que, na hora em que ele fosse retirado, a comunidade iria sofrer, porque os preços aumentariam. Sugeri que, em vez de derrubar o Tatico, o Governo cobrasse dele a área invadida, até que fosse licitado um lugar para ele se estabelecer. Ele pagaria pela metragem, portanto, pagaria muito. Quando mediram e viram quanto ele iria pagar, o Tatico ainda veio nos agradecer. Eu me lembro das palavras dele: "Governador, quero agradecer, porque agora estou pagando, com um recibo, que vai para o banco, vai para o Tesouro, e foi muito melhor do que o que eles estavam fazendo aqui, que era me pedir toda semana, uma carreta de mercadorias, dizendo que era para as ações sociais da primeira-dama. Prefiro pagar agora – o Estado está recebendo – do que toda semana eu ter que dar uma carreta de mercadorias".

Portanto, acho que é isso que tem de ser feito. É assim que temos de trilhar a legalidade no Distrito Federal.

Muito obrigado a todos e a todas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente comissão geral.

(Levanta-se a sessão às 18h56min.)

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 17ª
(DÉCIMA SÉTIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 15 DE MARÇO DE 2011.**

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) - Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Evandro Garla a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 60, de 01/04/2011, juntamente com a ata sucinta da 17ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Leitura da ata da sessão anterior

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO EVANDRO GARLA – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observação a seguinte:

- Ata da 15ª Sessão Ordinária.

Nota Técnica: Durante a elaboração da Redação Final do Projeto de Lei nº 140, de 2011, detectou-se que a Emenda nº 2 apresenta imprecisão, na medida em que a expressão "implantação de novas áreas", acrescentada pela emenda ao texto original, não explica ao leitor comum de que áreas se trata.

Consultada a Assessoria do Deputado Cláudio Abrantes e o próprio Deputado, que é autor da emenda, efetuou-se modificação, ficando o artigo como segue:

"Art. 1º O Poder Executivo fica autorizado a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID no valor de até US\$55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinada a financiar

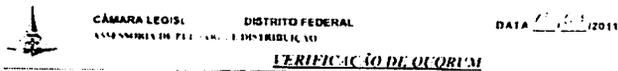
a execução do PROCIDADES, – Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – ADEs, bem como a implantação de novas Áreas de Desenvolvimento Econômico – ADEs.”

Indago se há impugnação à correção feita pela Comissão de Constituição e Justiça à Redação Final ao do PL 140, de 2011. (Pausa.)

Não havendo, considero aceita na forma do art. 205 do Regimento Interno a referida correção.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de quorum.

(Procede-se à verificação de quorum.)



LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
6ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2011/2014

DEPUTADO (A)	PART.	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
AGACIEL MAIA	PTC			
AYLTON GOMES	PR			
BENEDITO DOMINGOS	PP			
BENÍCIO TAVARES	PMDD			
CELINA LEÃO	PMN		X	
CHICO LEITE	PT			
CHICO VIGILANTE	PT			
CLÁUDIO ABRANTES	PPS			
CRISTIANO ARAÚJO	PTB			
DR. MICHEL	PSL			
ELIANA PEDROSA	DEM			
EVANDRO GARLA	PRB			
JOE VALLE	PSB			
LIJIANE RORIZ	PRTB			
LUZIA DE PAULA	PPS			
OLAZI FRANCISCO	PTdoB			
PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT			
RAAD MASSIHO	DEM			
REJANE PITANGA	PT			
RÔNEY NEMER	PMDB			
WASHINGTON MESQUITA	PSDB			
WASNY DE ROURE	PT			
WELLINGTON LUIZ	PSC			
PATRÍCIO	PT			
TOTAL		16	19	

SECRETÁRIO DEPUTADO (A)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Estão presentes 9 Deputados, havendo, portanto, quorum regimental.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (Bloco PT/PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria tão somente abordar dois temas. Primeiro, fazer um convite aos colegas.

Hoje à noite, o Deputado Washington Mesquita e eu faremos a sessão solene relativa à Campanha da Fraternidade deste ano. Fazemos todos os anos, este é o nono ano. Estão convidadas diversas autoridades: eclesiásticas e públicas. Todos os colegas estão convidados, pois essa é uma sessão da Casa, efetivamente. O tema é bastante oportuno, é relacionado ao meio ambiente. Eu queria deixar essa observação para hoje à noite, assim como o convite.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Qual é o horário?

DEPUTADO CHICO LEITE – Às 19h, 19h30min nós vamos proceder à sessão.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Será aqui mesmo no plenário?

DEPUTADO CHICO LEITE – Aqui mesmo...V.Exa. está convidado, assim como estão convidados e convidadas os colegas e as colegas. Falo em nome do Deputado Washington Mesquita e em nosso nome.

A segunda questão é relativa ao chamamento, à convocação

dos concursados já aprovados da Defensoria Pública. A validade do concurso expira no dia 22.

Estamos numa luta, todos os colegas vêm assistindo a nossa luta. Uma luta que tem a bandeira do concurso público como grande porta de entrada ao serviço público. Pelo compromisso, o Deputado Evandro Garla sabe disso, é uma luta intensa.

E efetivamente, no tocante à Defensoria Pública, pior do que não ter direito, V.Exa. sabe, Deputado Dr. Michel, é ter direito e não poder exercê-lo, porque não há quem manobre o direito, quem exerça o jus postulandi, e os defensores públicos em todo o Brasil têm essa missão, missão brilhante, constitucional. De maneira que estamos desde o início de janeiro na luta para que sejam chamados esses defensores. Outras autoridades se juntaram a nós.

Sei que o Governo tem problemas orçamentários, sabemos disso, mas entendemos que tudo isso deve ser dirigido em conformidade com a necessidade da população, que precisa muito disso. Sei também que o Governador Agnelo é sensível e tem envidado todos os esforços com as secretarias que trabalham com o tema – Planejamento e Orçamento, Administração, e Secretaria de Governo, principalmente, a coordenadora das ações. Mas também o consultor com quem falei hoje pela manhã, Dr. Paulo Guimarães, e o chefe de gabinete do Governador, Dr. Cláudio Monteiro, estão bem empenhados.

Eu, há coisa de 3 semanas, enviei um ofício ao Governador, e da semana passada para cá fiz muitas gestões junto ao diretor geral da Defensoria Pública, Dr. Jairo Lourenço, que tem disposição, inclusive, sob a ótica do problema orçamentário, de cortar o que for tangente a custeio para que possa ser feita essa nomeação, porque é fundamental para o Distrito Federal.

Portanto, deixo o apelo, dirijo-me ao Líder, Deputado Wasny de Roure, a V.Exa., como representante da Mesa Diretora, Vice-Presidente, Deputado Dr. Michel, e sei da sensibilidade do Governador Agnelo, bem como do cumprimento dos seus compromissos. É fundamental para a população do Distrito Federal que esses concursados sejam chamados, já que o prazo expira-se no dia 22 de março.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – V.Exa. sabe que coaduno com a mesma ideia do senhor. Por várias vezes ocupei essa tribuna para discutir essa questão do concurso público em que deixam o concurso vencer. Passamos por um desprazer desses há poucos dias quando os Peritos Médicos Legistas, já concursados e cursados, veja o senhor, tiveram o concurso expirado. Nós do Legislativo não podemos deixar que isso aconteça a pessoas que dedicam suas vidas estudando, pagando cursinhos. Precisamos também discutir nesta Casa a questão dos cursinhos para aqueles menos aquinhoados, porque estão fazendo fábrica de milionários e os pobres não conseguem nunca concorrer com aqueles que estão hoje nos cursinhos. E aqueles que são concursados aprovados fazem o curso na academia e só precisam da nomeação, mas têm o concurso vencido e eles não são nomeados. Vejam os senhores a que ponto chegamos: pessoas chegaram a deixar seus empregos para poder fazer um cursinho e o concurso e fazem o curso, como aconteceu com os aprovados no concurso para Perito Médico Legista e Papiloscopista da Polícia Civil. Pode ter certeza de que coadunamos com a ideia do senhor e estaremos presentes na luta todas as vezes que for necessário, lutando para que essas pessoas tenham seus direitos garantidos.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na condição de Liderança de Governo, eu gostaria de convidar todos os Parlamentares interessados para o debate acerca dos 3 projetos provenientes do Governo do Distrito Federal e referentes à área da Fazenda Pública. O primeiro deles trata de parcelamento, outro, de alteração de código tributário, e o outro acerca da administração fazendária, mais especificamente uma alteração no TARF, o Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais. Peço a atenção dos senhores Deputados porque amanhã pretendemos ter a presença, novamente, do Secretário da Fazenda para poder discutir esses 3 projetos. Será na sala lindeira a este plenário às 10h da manhã. E na quinta-feira temos a vinda da equipe da Secretaria de Planejamento que irá

discutir conosco os 3 projetos relativos ao Orçamento. Sabemos que as matérias já estão tramitando nas comissões, já há relatores designados. Mas queremos fazer um amplo debate tentando resgatar a contribuição de cada Parlamentar para poder complementar aquilo que for necessário nesses 6 projetos.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Esta Presidência faz um convite a todos os Deputados para comparecerem amanhã às 14h30 a uma reunião que ocorrerá na Presidência desta Casa, juntamente com o Presidente, Deputado Patrício.

Dando prosseguimento aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (Bloco Avanço Democrático. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiramente, eu gostaria de justificar a ausência da nossa Líder, Deputada Eliana Pedrosa, que está na Convenção do Partido do Democratas, e a da Deputada Celina Leão, também membro do nosso bloco, que está em uma conferência, como palestrante, na capital do Estado de Goiás, Goiânia.

Sr. Presidente e meu caro Líder, neste momento, eu gostaria de debater sobre aquele projeto que foi encaminhado a esta Casa e que trata da negativação dos devedores ao Distrito Federal. Eu fiz um pedido à Câmara Legislativa, aos nossos técnicos. O projeto tem vários pontos positivos e vários negativos. Então, eu gostaria de pedir ao nosso Líder de Governo que não nos percamos no debate, a fim de não trazeremos um prejuízo a mais. Sendo aprovado ou não o projeto, para se enriquecer o debate e não ter prejuízo, comecemos a debater, de fato, esse projeto, que considero de suma importância.

Quando eu estive com o Procurador-Geral, S.Exa. me disse que a negativação do cidadão ocorreria depois que todas as exigências fossem cumpridas, que todos os espaços da cobrança e da defesa fossem executados. Somente no âmbito final, haveria a negativação. Contudo, pelo que eu entendi, o debate é interno, não é um debate jurídico. Quando termina o debate interno, o cidadão já será negativado. Então, eu queria pedir a V.Exa. que não haja perda.

Um dia desses, nós votamos um projeto de suma importância, que foi a transformação do Estádio Mané Garrincha. Dizem que é importante por causa da Copa, mas acho que o povo do Distrito Federal perdeu, porque passamos 49% do patrimônio do Distrito Federal para a União. E eu votei a favor. O Ministério Público já levantou um ponto de interrogação.

(Intervenção fora do microfone do Deputado Wasny de Roure.)

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO - Outro ponto, Sr. Presidente, que eu gostaria de levantar aqui é que nós aprovamos três grandes CPIs: da Saúde, do Transporte e do Pró-DF. Eu acho que deveríamos colocar a Câmara Legislativa para trabalhar a todo vapor, porque as comissões estão funcionando muito bem. Eu gostaria de pedir a V.Exa. – como membro e Presidente da Mesa, uma Mesa eficiente – que instalemos as nossas CPIs que foram aprovadas, porque são temas importantes. O Pró-DF é de suma importância. O DFTrans está parado. Quanto ao transporte público, o Governo declarou que existem mais de 800 ônibus piratas. É grave o assunto. A questão da Saúde também foi aprovada. Então, temos que ver qual é a CPI que vamos colocar em funcionamento, para esta Casa começar a funcionar.

Era só isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – O eminente Deputado Olair Francisco falou no lugar da Deputada Eliana Pedrosa, que se encontra, como disse S.Exa., na Convenção do Democratas.

Temos também o comunicado de que o Deputado Raad Massouh também se encontra nesse evento.

Temos aqui um atestado médico da Deputada Rejane Pitanga, que se encontra em convalescência por 2 dias.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure, Líder do Governo.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Como Líder do Governo) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de agradecer ao Deputado Agaciel Maia, como Presidente da nossa comissão, por ter viabilizado hoje a audiência no sentido de dar cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, trazendo a debate a avaliação quadrimestral do ano anterior. Houve significativa participação dos senhores deputados. Estiveram presentes o Secretário da Fazenda, o seu adjunto, toda sua equipe,

como também o Secretário de Planejamento.

Eu gostaria de trazer ao plenário desta Casa uma preocupação que eu considero extremamente relevante. Peço a atenção, sobretudo, do Deputado Wellington Luiz, que é representante da Polícia Civil. Chamo a atenção dos representantes da Educação. Chamo a atenção dos senhores representantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, que estão nesta Casa.

Deputados e Deputadas, Deputada Luzia de Paula, o Governo do Distrito Federal, em tratativas com o Tribunal de Contas da União e com o acompanhamento do Ministério da Fazenda, identificou que, de 2003 a 2010, o montante de 3 bilhões e 437 milhões tinham sido transferidos da Previdência desses servidores para o IPREV.

Deputado Roney Nemer, servidor público da carreira de fiscalização do Governo do Distrito Federal e Deputado Joe Valle, verifica-se, no relatório da Secretaria da Fazenda, que, no início de 2011, o IPREV tinha no seus cofres o montante de apenas R\$100.000.000 (cem milhões de reais). Olha, nós já tivemos episódios no passado nos quais dinheiro da Previdência foi aplicado em tudo, inclusive na Ponte Rio-Niterói. Inúmeros escândalos, sucessivos escândalos. Naturalmente, os mais experientes em finanças públicas do País sabem como isso se deu. O País assistiu a esses lamentáveis episódios nos quais recursos da Previdência Pública foram transferidos para outras finalidades. Nossa unidade da federação, o Distrito Federal, deveria ter, pelo menos, esse montante que diz respeito aos servidores da Educação, da Saúde e da Segurança Pública aplicado. Mas o que foi que o Governo do Distrito Federal fez no período da gestão de 2003 a 2010? Utilizou para outras finalidades esses recursos que são destinados à previdência dos servidores públicos dessas carreiras.

Deputado Dr. Michel, V.Exa. é um policial civil e, em breve, estará aposentado. Dia 15, segundo V.Exa. Se V.Exa. tem preocupação com sua condição de policial civil, sugiro que V.Exa. investigue bem, porque a sua aposentadoria pode não conter os recursos que foram deduzidos do seu salário mensalmente e que agora o Governo do Distrito Federal não tem aplicados.

Nós vamos aguardar com bastante preocupação e bastante atenção, Deputado Wellington, o entendimento que o Governo Federal, por meio do Ministério da Fazenda, e o Tribunal de Contas da União têm sobre esse questionamento que o Tribunal levantou em tempos passados.

O Governo do Distrito Federal está fazendo gestões para ver se é possível administrar a subtração desses recursos que foram destinados aqui no Distrito Federal para outras finalidades. Posteriormente, eu irei também fazer algumas considerações de possíveis medidas que poderão ser adotadas, porque não podemos gerenciar recursos financeiros do Estado comprometidos com a Previdência do Servidor Público, de tal magnitude, de maneira tão irresponsável.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Após eu ouvir as palavras do eminente e sábio Deputado Wasny de Roure, eu fiquei bastante preocupado. V.Exa. pode ter a certeza de que vou repensar a aposentadoria.

Eu gostaria de registrar a presença do nosso grande atleta Ronaldo da Costa. É um prazer imenso tê-lo nesta Casa. Que Deus o abençoe bastante e que você continue com essa perspicácia de correria que faz por aí!

Eu gostaria ainda de registrar a presença dos dois delegados da 13ª Delegacia de Polícia, Dr. Rogério e Dr. Paulo, que vieram nos visitar. É um prazer tê-los neste plenário.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

DEPUTADO EVANDRO GARLA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO EVANDRO GARLA (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de comunicar que o Deputado Chico Vigilante está hoje e amanhã de licença médica, pois S.Exa. passou por uma cirurgia e, portanto, não estará presente. Se houver a possibilidade, eu gostaria de usar a palavra como Líder.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Evandro Garla.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Sr. Presidente, solicito o

uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PT do B. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de saber o que o Deputado Chico Vigilante tem.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Nos Comunicados de Líderes, o Deputado Evandro Garla deverá falar sobre o assunto.

DEPUTADO EVANDRO GARLA (Bloco PT/PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Chico Vigilante teve que passar por uma pequena cirurgia nas mãos, mas sem nenhum problema. Portanto, S.Exa. estará hoje e amanhã em recuperação.

Boa-tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa e galeria, o assunto que eu trago à baila, sobre o qual o Deputado Chico Leite falou há pouco na sua questão de ordem, refere-se à parte ambiental.

Hoje sabemos da importância com que devemos tratar esse assunto no sentido da preservação do meio ambiente como um todo. É uma das formas que podemos fazer — o Deputado Joe Valle sabe muito bem disso, pois S.Exa. milita há muitos anos nessa área, com essa bandeira — é justamente a agenda ambiental que precisamos implantar. Por isso é importante.

No dia 23 de fevereiro, entramos nesta Casa com uma petição, uma minuta, para ser encaminhada à Mesa Diretora, a fim de implantarmos nesta Casa a gestão ambiental. Isso já vem acontecendo em vários órgãos da nossa sociedade, por exemplo, na Câmara dos Deputados — o Deputado Joe Valle sabe muito bem disso —, há a famosa EcoCâmara.

Faço esse apelo a todos os Parlamentares desta Casa e a todos os servidores comissionados e efetivos para que se engajem nesta campanha que a Mesa Diretora estará oficializando nos próximos dias. Essa campanha já estava sendo encabeçada desde 2007 por alguns servidores da Casa e agora novamente eles estarão nesta batalha, nesta luta de fazer com que a gestão ambiental seja implantada em nossa Câmara Legislativa. Portanto, eu peço o apoio de todos os Parlamentares para que todos os seus servidores que estão em atividade venham realmente colaborar com este projeto junto aos servidores da Casa.

Isso não é um projeto do Deputado Evandro Garla, não é um projeto de algum Deputado. Isso é um projeto da Câmara Legislativa.

Eu faço esse apelo a todos. Temos que nos preocupar bastante com o meio ambiente, mas, antes de nos preocupar com o de fora, precisamos começar aqui dentro, por exemplo, economizando energia, como aconteceu agora no carnaval. O Deputado Raad Massouh teve que vir até a Casa para desligar uma série de luzes que estavam acessas em vários gabinetes. Então, não é só esse tipo de economia, mas sim esse tipo de ação que temos que realizar aqui na Casa. Para isso, precisa-se de uma conscientização, ou seja, de um trabalho de gestão ambiental.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Conto com o apoio de todos os nossos Parlamentares.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – V.Exa. tem toda a razão a respeito de economia e ficamos agradecidos pelo fato de o nosso Primeiro-Secretário ter vindo até a Casa para desligar as luzes.

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco PTC/ PSL/ PMDB/ PSC. Como Líder. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, hoje pela manhã tivemos uma audiência pública com a finalidade de inquirir tanto o Secretário do Planejamento, Dr. Edson, como o Secretário da Fazenda, Dr. Moisés, no sentido de fazer um detalhamento a respeito das contas do GDF nos últimos 4 meses do ano de 2010, ou seja, setembro, outubro, novembro e dezembro.

Com a presença na comissão da Deputada Eliana Pedrosa, do Deputado Cláudio Abrantes, do Deputado Joe Valle foi feita uma série de indagações aos dois titulares dessas pastas importantes e alguns aspectos foram muito bem esclarecidos, mas outros deixaram a preocupação de que não haja uma repetição da falta de planejamento nas finanças de Brasília. Só a exemplo, nós constatamos que no ano passado foram inscritos em restos a pagar — que são as despesas que não são feitas dentro do exercício e

depois são transferidas para o exercício seguinte — R\$ 650 milhões, sendo que 70% desse total eram de despesas não processadas, ou seja, foram despesas inscritas em restos a pagar sem se quer ter sido aberto um processo.

Nós sabemos que as despesas em restos a pagar são diretamente proporcionais ao nível de planejamento do Governo. Quanto menos planejadas as finanças, mais despesas em restos a pagar serão inscritas no final do ano. Não há um planejamento e no final do ano, para salvar o orçamento aprovado, inscreve-se tudo em restos a pagar, mesmo quando não se tem um processo devidamente formalizado.

Nós solicitamos, porque está se estabelecendo uma contabilidade de custos no GDF de maneira a aproximar ao máximo a contabilidade geral, que esse próximo relatório de gestão fiscal, principalmente o dos 4 primeiros meses do Governo Agnelo, venha de maneira mais analítica e que conste alguns elementos que demonstrem o profissionalismo da equipe de planejamento do GDF e da equipe da economia no sentido de se estabelecer calendários de compra, pontos de reposição de estoque, seja de medicamentos seja de outros itens de estoque, de maneira que não se chegue ao final do ano e se inscreva praticamente R\$ 1 bilhão em restos a pagar. Os restos a pagar estão diretamente relacionados com o não planejamento da economia do Governo. Foi assustador ver uma quantia tão grande inscrita em restos a pagar para ser executada durante esse exercício de 2011.

De qualquer maneira foram dadas sugestões no sentido de que tanto a Secretaria de Planejamento quanto a Secretaria de Economia estabelecessem um vínculo. Foi falado com o Coordenador de Assuntos Legislativos, Wilmar Lacerda, no sentido de que o relatório, mesmo sendo uma atribuição específica da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, fosse distribuído a todos os Parlamentares, inclusive aos que não têm formação em economia, para que possam esclarecer todas as dúvidas. Esse esclarecimento poderia ser feito de duas maneiras - de forma oficial, por meio de requerimento de informação; de forma não tão oficial por meio de indagações ao coordenador de assuntos legislativos, que esclareceria essas dúvidas.

Então, estou prestando contas a esta Casa da audiência realizada hoje com os dois secretários e comunicando a distribuição, a todos os Parlamentares, do relatório apresentado.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (Bloco Renovação Democrática Popular. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Quero cumprimentar os nobres colegas, a Mesa e a imprensa.

Sr. Presidente, hoje há intensa discussão em nosso país sobre o fato de estarmos ou não alcançando o que os economistas chamam de pleno emprego. Muita gente acredita que alcançar o pleno emprego é algo muito bom para a economia, pois significa que todo o nosso potencial econômico está sendo plenamente utilizado e que as pessoas não estão em busca de emprego. De fato, nos últimos anos o Brasil atingiu as menores taxas de desemprego da história. E iniciamos o ano de 2011 com taxas que se aproximam de 5%. Muito pouco. Pouco mais de 5% é a taxa média de desemprego no Brasil hoje. Esse índice é excelente quando pensamos em termos relativos. De fato, ainda existem 10 milhões de desempregados em nosso país.

Acontece que a doutrina do pleno emprego é, há muito, esquecida pelos economistas porque é ruim. O pleno emprego não nos permite fazer nenhum tipo de inovação de investimento porque desemboca no que chamamos de gatilho inflacionário. E isso é muito ruim. A tese do pleno emprego tem entrado em descrédito nos últimos anos e vem sendo lentamente substituída por outra tese muito importante, a tese de que não é possível permitir que toda a força de trabalho esteja aplicada no sistema tradicional de empregador e empregado. É preciso que alguns trabalhadores obtenham sustento através de formas conhecidas como alternativas. É preciso que alguns trabalhadores empreendam e não aceitem a postura de serem empregados.

Então, a ciência que chamamos de economia nos tem alertado sobre o problema da busca desenfreada pelo pleno emprego, algo preconizado por economistas antigos como John Maynard Keynes. Estamos diante desta nova tese principal - o pleno emprego deve ser substituído por uma doutrina de emprego amplo, ampla oferta de

emprego aos trabalhadores, e por uma busca do sustento através de iniciativas pessoais empreendedoras.

Assim, deixou-me muito feliz a notícia divulgada hoje pelo Correio Braziliense, no caderno de Economia, sobre o retorno do Banco do Povo à nossa cidade. Esse Banco do Povo, ou Fundo para a Geração de Emprego e Renda do Distrito Federal – Funger, é muito importante para a nossa cidade.

O Funger está sob o comando da Secretaria de Trabalho há 15 anos e, me parece, só agora com a ascensão do novo Governo ao poder é que as reformas fundamentais para que o Banco do Povo funcione começam a ser implementadas.

Desde julho do ano passado, o Banco do Povo estava parado por falta de agentes de crédito e por uma série de problemas. Mas fiquei muito feliz ao saber que no mês que vem ele voltará a funcionar, trazendo inovações importantes. Há uma vontade muito séria deste Governo, por meio do Secretário de Trabalho, Glauco Rojas, de reaver tudo o que foi emprestado e não foi pago. São R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais), Sr. Presidente. R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais) de microcréditos feitos, e até agora não devolvidos ao Fundo, que podem se dilapidar porque não há nenhuma outra fonte de recurso externo para alimentar o Fundo, que se retroalimenta.

É um Fundo muito importante porque cobra, no máximo, 0,86% de juros ao mês. É um Fundo para quem realmente precisa de financiamento. Brasília precisa reagir a essa situação. Enquanto a média de desemprego no Brasil hoje é menor do que 6%, em Brasília ela gira em torno de 15% há vários anos. E nós sempre temos um desemprego pelo menos duas vezes maior do que a média nacional. Por quê? Porque se forjamos uma mentalidade de que o brasileiro faz concurso público e ponto-final, de que o nosso povo não é empreendedor. E eis o resultado: desemprego muito pior na Capital federal do que no restante do país.

O Funger, Banco do Povo, é um alento para isso. Ele vinha com uma série de desvirtuamentos, digamos assim. É um banco que funciona há 15 anos com alguns problemas. Por exemplo, a média de valor emprestado em Brasília é de R\$5.000,00 (cinco mil reais). No resto do país, os outros bancos populares, bancos de microcréditos, emprestam em média 1.500 reais. Esse tipo de microcrédito é para ajudar quem realmente precisa, porque é altamente subsidiado. Essa taxa de juros não é capaz de manter o Fundo, mas é para isso que serve um fundo público. É fundo perdido para o Governo, sim, porque o retorno que a sociedade tem cada vez que um pequeno empreendedor consegue o crédito para produzir um negócio é muito grande, o retorno para a sociedade é incrível.

Essas medidas que o Secretário Glauco Rojas pretende tomar são muito importantes, pois mostram que a Secretaria de Trabalho é um mecanismo maduro para gerenciar esse Fundo. Ela, tradicionalmente, gerenciou o Banco do Povo, assim como, nacionalmente, os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, de que se origina o Proger - correspondente federal ao Funger -, são gerenciados pelo Ministério do Trabalho. Essa relação é natural, é natural. A Secretaria de Trabalho é por excelência gestora do Banco do Povo, e é assim que deve ser.

As medidas tomadas pelo Secretário são muito importantes. Primeiro, cria formas de reaver os R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais) que estão perdidos. Algumas dessas dívidas já prescreveram. Segundo, entende que o foco do microcrédito é o pequeno produtor. Esse empréstimo em um valor tão alto não atende a função do programa. Por isso, o Secretário decidiu que agora os empréstimos serão feitos num crescimento gradativo. E muito importante, também, é que agora esse Fundo tem metas.

Eu creio que Brasília entra nos trilhos do desenvolvimento ao entender que o povo brasileiro pode, sim, ser empreendedor e que o Banco do Povo é um mecanismo eficiente para gerar renda e soluções inteligentes, a fim de que Brasília não continue ocupando essa posição vergonhosa de, historicamente, ter o dobro do índice de desemprego nacional.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Ouço o aparte de V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Deputado Prof. Israel Batista, muito boa a explanação de V.Exa., mas não nos esqueçamos de que o empreendedor brasileiro está muito prejudicado na questão do alvará. Veja V.Exa. que, hoje

em dia, em Brasília, há uma dificuldade danada para se fazer um empreendimento. Alvará aqui tem data de validade. Abre-se uma empresa já com data de validade, com o tempo que a sua empresa vai sobreviver. Nós, como legisladores desta Casa, temos que ver essa questão dos alvarás. O nosso eminente Deputado Chico Vigilante foi muito feliz naquele evento a respeito dos alvarás. Temos que estar atentos, porque chegará um tempo — V. Exa. é educador e professor de cursinho — em que Brasília não comportará só concursos. Como faremos com a mão de obra que, como V.Exa. mesmo diz, está aí, vagando? Os empreendedores não podem empreender. Veja que é um paradoxo muito grande. Isso só acontece na capital do País. AI deve estar uma das respostas para o dobro do índice de desemprego nacional. Como legisladores, fiscalizadores e mantenedores de uma Brasília melhor, temos de lutar, para que tenhamos o empreendedor satisfeito com seus alvarás, com seus empréstimos com o Banco do Povo fazendo o seu papel. Mas como o Banco do Povo, hoje, pode fazer o seu papel se o empreendedor nem tem alvará?

Deputado Prof. Israel Batista, só para complementar o que V.Exa. disse, vamos lutar para que tenhamos uma Brasília melhor.

Muito obrigado pelo aparte.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA – Sr. Presidente, acho que esse é o momento de o Poder Legislativo assumir uma postura muito firme no que se refere à condução da economia da nossa cidade. A nossa cidade, infelizmente, historicamente, é uma cidade que pressiona o empreendedor para baixo, que tolhe a livre iniciativa. Tudo o que fazemos em defesa e preservação do nosso patrimônio histórico, em defesa do nosso zoneamento urbano precisa estar concatenado com as necessidades do nosso povo. Não podemos ser engessados. Precisamos preservar, sabendo que o mundo continua girando.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Parabéns, Deputado Prof. Israel Batista, pela sua colocação.

Antes de passarmos para os Comunicados de Parlamentares, suspenderei a sessão por 5 minutos, para que o nosso eminente Deputado Wellington possa fazer uma homenagem muito digna e muito respeitosa ao nosso atleta mineiro.

Está suspensa a sessão por 5 minutos.

(Suspensa às 16h04min, a sessão é reaberta às 16h08min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Está reaberta a sessão.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa)

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PPS). Para breve comunicação.

Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores da imprensa, quero aqui, nesta tarde, falar um pouco do que foi, na semana passada, o carnaval na minha cidade, Ceilândia.

Quero parabenizar aquela comunidade, aquele povo ordeiro, determinado, um povo que sabe trabalhar, que sabe se divertir e que sabe também respeitar aqueles que o visitam. Foi uma festa linda, uma festa em que tivemos a oportunidade de ter conosco o nosso Governador, que sentiu de perto a comunidade de Ceilândia, o povo que sabe não só desfilar em uma avenida, mas que sabe também valorizar o que recebe.

Sr. Presidente, aproveito também para falar de um assunto que vem sendo debatido durante todos esses dias, o grande presente que o Distrito Federal está recebendo com o cumprimento do direito de creches. Foi anunciado esta semana pelo Sr. Governador que no Distrito Federal serão construídas 30 creches. Isso é muito importante. É importante porque é um direito que até hoje não foi respeitado nem cumprido. Sr. Presidente, é necessário que creches sejam tantas quantas as escolas de ensino fundamental. É necessário que a criança, na sua primeira infância, na mais tenra idade, seja respeitada, seja valorizada e que os seus direitos sejam respeitados.

Hoje, neste plenário, para a minha surpresa, viu Rodrigo, fui abraçada por um menino que cresceu dentro das nossas creches. E eu me emocionei. Eu me emocionei porque eu sei que se todas as crianças tiverem o carinho e o respeito que você recebeu naquele momento, elas também poderão estar aqui como você. É por isso que estou aqui. É por esta luta e por esta determinação.

Quero ainda agradecer a Deus por você existir e por estar levando a nossa cidade. Estou sabendo que Ronaldo da Costa irá morar na Ceilândia. Seja bem-vindo, Ronaldo! Ceilândia é uma cidade grande, mas é uma cidade que tem uma grandeza de um

povo que sabe amar, que sabe respeitar e que trabalha com uma ansiedade muito grande para que seus meninos e suas meninas sejam como você e como outros atletas que nasceram e cresceram naquela cidade.

Eu gostaria de solicitar ao nosso Líder um grande favor. Ao mesmo tempo em que Ceilândia hoje se alegra com tudo isso, as suas instituições vêm sofrendo, não sofrendo por este momento, mas por problemas do governo passado. Nenhuma instituição da Ceilândia pôde receber este ano da Secretaria de Educação o dinheiro dos seus convênios. Não foi por problemas, volto a dizer, do nosso governo, e sim do governo passado que deixou as instituições em uma situação complicada. Digo isso porque em todas as outras cidades as instituições já receberam, já assinaram os seus convênios. E Ceilândia, até hoje, não recebeu o dinheiro de que precisa para manter as suas creches, os seus meninos e as suas meninas.

Eu gostaria de agradecer mais uma vez por este momento importante para esta Casa e importante para o Distrito Federal e, principalmente, para a cidade de Ceilândia, que recebe mais um atleta para contribuir com o seu crescimento.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Evandro Garla.

DEPUTADO EVANDRO GARLA (PRB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, um assunto que eu gostaria de trazer à baila é referente ao balanço da operação realizada pela Polícia Rodoviária Federal no carnaval. Nesse balanço foi registrado o número de acidentes ocorridos no Distrito Federal. Nessa operação foram registrados 97 acidentes, que resultaram em 91 pessoas feridas e em 6 mortes. Foram 42 acidentes a mais do que os registrados no ano de 2010.

Então, estou trazendo este assunto à baila não devido ao evento propriamente dito. A grande preocupação é que muitas pessoas ainda tem a infelicidade de misturar a bebida com a velocidade. Eu gostaria de trazer esse assunto à baila porque é de extrema importância, Sr. Presidente, que a nossa população, os nossos jovens estejam muito bem antenados com relação a isso, porque em todos os eventos, em quase todos os feriados, finais de semana, normalmente, temos informações, através da nossa mídia, de adolescentes, famílias inteiras sendo mutiladas, até mesmo tendo suas vidas ceifadas por esta mistura: álcool juntamente com a velocidade. Sabemos que a velocidade tem levado muitas pessoas à morte, independentemente da bebida, mas porque se tem excedido. Então, eu gostaria de trazer essa preocupação aqui e mostrar a todos que a Câmara Legislativa está preocupada sim. Nós, Parlamentares, estamos preocupados, principalmente com relação a nossa juventude, que tem se perdido justamente nisso.

Nós temos aqui no Distrito Federal o Kartódromo do Guará, o autódromo Nelson Piquet, locais específicos para a velocidade. Então, o nosso Secretário Célio René já tem colocado a própria secretaria à disposição, e começaremos a promover algumas ações para que nossos jovens bem como aqueles que gostam de correr venham a correr na pista, no autódromo de fato.

Portanto, trago essa informação porque temos que estar atentos a isso, uma vez que nossos jovens, famílias, estão padecendo, estão morrendo, principalmente quando falamos em feriados, quando existe essa mistura do álcool com a velocidade, ou somente a velocidade.

Sr. Presidente, eu gostaria de pedir o apoio e a colaboração de todos os parlamentares nessa fiscalização, nessa política pública voltada para a nossa juventude, porque temos que fazer alguma coisa; por isso, a Secretaria de Esportes já está ativamente trabalhando nesse sentido para dar opções aos nossos jovens e à população em geral que gosta de correr, mas que o faça na pista, que coloque sua velocidade no autódromo.

Muito obrigado.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em razão do discurso no nobre Deputado Evandro Garla, em relação a essa questão do esporte, de usar o autódromo para essa atividade, eu queria somente salientar que estive com o Secretário Célio, na semana passada. Eu gostaria de mostrar a vontade política do secretário em atuar nessa questão

do esporte. Como V.Exa. falou agora há pouco do nosso campeão Ronaldo da Costa, o Deputado Wellington também falou. A gente vê no âmbito do governo e aqui na Câmara Legislativa – na pessoa do Deputado Evandro Garla, que tem feito esse papel muito bem – esse cuidado, essa vocação e esse intuito claro de fazer com que o esporte seja tema de primeira linha nos discursos políticos e nas atitudes políticas, tanto do governo como desta Câmara Legislativa.

Então, quero saudar o discurso do Deputado Evandro Garla pela sua coerência, pela sua visão de cuidado com a nossa juventude e pela aplicação no caminho do esporte.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Parabênico V.Exa. pela intervenção feita com relação à explanação do Deputado Evandro Garla, mas eu gostaria de chamar a atenção do nosso Líder, para que nos ajude em uma situação de esporte que está ocorrendo aqui no Distrito Federal.

Sobradinho e Brasília têm um grupo de jovens que fazem um tipo de esporte de malabarismo, que pulam, saltam, e eles não estão tendo local para praticar esse esporte; eles já foram ao Rio de Janeiro, São Paulo e Mato Grosso, em diversos estados, e agora eles estão treinando para ir ao campeonato mundial de saltos. Como é o nome?

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, se não me engano, é le parkour.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – O deles não é le parkour, é mais sofisticado do que esse. São 7 jovens e eles não estão tendo local para treinar. E em Brasília há um local, mas está havendo uma dificuldade. Eu já estive pessoalmente falando com a Secretária de Educação para que pudéssemos ajudar esses jovens a treinar. Eles precisam só do acesso ao centro olímpico localizado na 602/604 Sul, onde há um local bem apropriado para esse tipo de esporte.

Eu queria conchamar nossos amigos Deputados aqui presentes, já que são afetos ao esporte, assim como fui um dia, para que nós levássemos essa demanda ao conhecimento do nosso Governador, porque são 7 jovens que não têm condições de pagar. Eles me procuraram, eu fui à Secretária de Educação, mas está havendo muita dificuldade em deixar esses jovens treinarem no próprio estabelecimento do Governo do Distrito Federal; que é na Secretaria de Educação.

Vejam os senhores a dificuldade que há hoje em levar o jovem para dentro do esporte. Eu queria conchamar os meus pares, que também são afetos ao esporte para tirar o jovem da rua, para que nos ajudem a ajudar esses 7 jovens a irem para o campeonato mundial e que eles possam treinar em um lugar condigno, que seria na Secretaria de Educação.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, somente a título de sugestão — quem sou eu para dizer algo —, eu estive na Secretaria de Esportes, pessoalmente com o Secretário Célio René, que é um desportista do ramo das artes marciais, e volto a salientar que percebemos nele o intuito, a vontade, o desejo real, como esportista que é, de dar amplitude para a prática desportiva na cidade.

Então, acho que devemos ir à Secretaria, mas não podemos abrir mão — está aqui o Deputado Evandro Garla, de cujo partido o Secretário faz parte — desse contato, porque é realmente uma pessoa extremamente bem-intencionada, capaz e competente para a função que desempenha. V.Exa. pode somar o meu nome à sua luta, com os seus jovens de Sobradinho, que daremos todo o apoio nesse sentido.

E saliento também que o próprio Governo, em conversas que temos tido com a Secretaria de Governo, está atento a essa questão do esporte amador e, em breve, com certeza, também teremos uma resposta do próprio Executivo a essas demandas.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Eu agradeço.

DEPUTADO EVANDRO GARLA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO EVANDRO GARLA (PRB. Sem revisão do orador.) – Nobre Presidente, em relação a essa questão sobre esses

jovens de Sobradinho, entrarei em contato com o nosso Secretário de Esportes, Célio René, e, quando puder conciliar a agenda dele à de S.Exas., ele os receberá prontamente, porque uma das qualidades e uma das missões do Secretário Célio é justamente esta: promover política pública voltada para o esporte, independentemente do partido, da área, de qualquer coisa.

Então, estarei levando isso a ele, sim. É uma bandeira que o nosso partido, PRB, tem colocado em primeira linha, porque sabemos que o esporte é um grande instrumento de inclusão social. Estarei levando, sim, esse caso, prontamente, para atender os senhores e, até mesmo, receber esses jovens na Secretaria o mais breve possível.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Agradeço a V.Exa. pela deferência. Eles deverão vir aqui esta semana e, se me permite, os levarei até o gabinete de V.Exas., para que possamos conversar a esse respeito.

Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (PSB) Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero lhe dar boa tarde, boa tarde a todos os companheiros, aos nobres colegas, à imprensa, a todos os presentes.

Sr. Presidente, eu tenho uma notícia boa para lhe dar: amanhã, às 17h, no Palácio do Buriti, o nosso Governador vai anunciar para o Distrito Federal a possível, mas quase certa, regularização das terras rurais.

Trenta anos de luta! Trenta anos de luta! E o Governo está tendo a maturidade, através de todo o trabalho técnico desenvolvido nos últimos dois anos, com a presença da Federação de Agricultura, dos agricultores, para que se dê a segurança jurídica necessária para que todos os produtores, pequenos, médios e grandes, possam voltar a investir e continuar vivendo da área rural, Deputado Benedito Domingos.

Amanhã, às 17h. Inclusive, quero convidar todos os que puderem participar, no Palácio do Buriti, com todos os produtores rurais aqui do Distrito Federal, todas as lideranças rurais e os conselhos dos pequenos, médios e grandes produtores, porque é realmente uma notícia alvissareira. Isso é um ganho que os produtores e a classe vão ter no Distrito Federal, acredito que será o grande ponto de virada. Nós teremos a Brasília-rural antes da regularização e depois da regularização. Certamente o que os produtores já fazem hoje, sem o devido reconhecimento, dando e sendo modelo, para todo o Brasil, de produtividade, de sustentabilidade ambiental, sem a sua segurança jurídica... Imaginem com a segurança jurídica o que vai acontecer.

Então, eu quero falar para V.Exas., Deputado Evandro Garla, nosso companheiro de bloco, para que participemos desse evento, porque realmente é uma situação boa e impressionante, e que trará bons resultados.

Eu queria comunicar aos nobres colegas – o nosso nobre colega Deputado Agaciel Maia saiu – que hoje pela manhã tivemos uma audiência pública extremamente interessante – e é muito importante que S.Exas. participem da próxima. Nós discutimos o orçamento do Distrito Federal, tivemos um relatório da parte fiscal do DF do último quadrimestre, Sr. Presidente, o que foi extremamente esclarecedor e que nos permite, mais uma vez, fazer a observação e a colocação aos colegas da importância do posicionamento desta Casa no sentido da fiscalização, de estar aqui para ouvir e discutir, não simplesmente para estar aqui, ouvir e aprovar. Aprovar, sim, o que for bom e discutir e melhorar, de forma colaborativa, o que não for, na ideia dos representantes da população do Distrito Federal, bom para a população.

Foi um debate extremamente rico. O Líder de Governo, Deputado Wasny de Roure, estava presente. Temos dois secretários extremamente competentes, o de Planejamento e Orçamento e o de Fazenda. Inclusive, conversei com o presidente da comissão para que façamos uma visita à secretaria, porque acho que todos nós podemos conhecer, ir lá visitar e interagir com essas duas secretarias que são tão importantes.

Um terceiro ponto que eu queria falar, realmente preocupante, é que durante esse Carnaval, esse final de semana que passou, no Correio Braziliense... Aliás, quero parabenizar o Correio por uma série de matérias ligadas ao assunto, alertando do caos em que estamos vivendo no Distrito Federal em relação à questão ambiental. E vemos essa discussão toda de recurso passando pela Câmara, a

discussão de todo o processo e a desorganização encontrada, e nos esquecemos dessa questão fundamental de pano de fundo. Quero alertar mais uma vez para a questão da água.

A última reportagem do Correio Braziliense nos traz o consumo de água no Distrito Federal. Aliás, nós temos batido recordes interessantes. Primeiro, somos a população que mais produz resíduos sólidos, e S.Exas. aqui, na média, produzem 2,2 quilos de resíduo sólido por dia, ou seja, lixo. Cada um de nós produz 2,2 quilos de lixo por dia. E cada um de nós gasta por dia 276 litros de água para tomar banho, para se lavar... Imaginem, a média da Organização Mundial é de 110 litros de água e aqui em Brasília nós gastamos 276, na média. Sendo que, para os habitantes do Lago Sul, são 576 litros de água por dia. Está diretamente ligado ao poder aquisitivo: quanto mais rico, mais se gasta água. Nós temos o Recanto das Emas, se não me engano, com 20 litros de água, muito próximo do limite.

Isso é uma questão de fundo. Nós tivemos no orçamento da nossa companhia de Brasília, a CAESB, apenas 3% em investimento para se manter e fazer captação de água. Das 30 mil nascentes que temos aqui, apenas 3 mil são identificadas. E continuamos nessa brincadeira de gastar sem saber de onde vem!

Então, esta Casa tem por obrigação trabalhar esse assunto de uma forma muito forte, muito incisiva, Sr. Presidente. Nós estamos realmente à beira de um colapso de água e os projetos para fazer captação do Lago Paranoá estão aí. Beber água do Lago Paranoá! Você consegue limpar a água microbiologicamente, retirar os coliformes, mas não consegue retirar o que houver de teor de resíduo químico lá dentro. E nós vamos beber essa água! Não dá para continuar dessa forma.

Eu só quero lhes falar quatro pontos fundamentais. Primeiro, é o crescimento desordenado da população e a ocupação irregular do solo. Vimos hoje, em São Sebastião, invasões acontecendo na área rural, venda irregular de lotes, de uma forma completamente ilegal, e nós precisamos tomar providências quanto a isso. É um mutirão que precisa acontecer para acabar com esse sentimento de liberdade, de impunidade que existe nesta cidade. As pessoas fazem porque nada acontece. Não dá para continuar dessa forma. Nós não temos investimentos nos órgãos de gestão de água. Há pouca capacidade de proteção e recuperação de áreas degradadas. Imagine, naquele local onde há nascente, pessoas loteando terrenos de 200m²? Não tem condições de continuar dessa forma.

Eu estou aqui fazendo um apelo para meus amigos, meus colegas, os Deputados que têm uma representação enorme, porque os gestores públicos desconhecem a situação desse recurso no Distrito Federal, e sem água não adianta falar de mais nada. Esse é o recurso fundamental para a vida, Sr. Presidente. E eu tenho falado e alertado sobre isso aqui na nossa Câmara. Mas estamos trabalhando também muito fortemente, na Frente Parlamentar Ambientalista, junto com o Deputado Cláudio Abrantes, na questão dos resíduos sólidos. E quero parabenizar o Deputado Evandro Garla. A iniciativa da EcoCâmara distrital é real, é concreta e é da nossa Casa. Esse apelo que S.Exa. fez eu quero reforçar, porque nós temos que mostrar na nossa Casa o que estamos pregando para que Brasília toda faça. Então, estamos trazendo a experiência da Câmara dos Deputados para cá, por intermédio dos consultores que lá estiveram, e vamos começar um círculo de palestras e debates para criar uma relação de pertencimento desse evento com os nossos servidores da Casa, porque está no dia a dia de cada um. Cada um de nós tem que prestar atenção, cada um de nós tem que produzir menos, tem que consumir menos.

Agora, estamos passando por um momento de muito pesar no mundo inteiro com relação ao terremoto que aconteceu, que serve de alerta para todos nós, porque é fundamental para a vida que consigamos e continuemos a entender que a natureza é um bem fundamental para todos nós.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT) Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, lideranças aqui presentes, assessores e imprensa, o Distrito Federal, desde o final da semana passada, vem vivenciando, novamente, as manchetes sobre a operação Caixa de Pandora.

Nós, naturalmente, que somos Parlamentares de uma nova legislatura estamos desconhecendo o contexto que coloca novamente Brasília no cenário nacional em uma situação extremamente

desabonadora, principalmente, Deputados, neste momento em que nós estamos tentando levantar a auto-estima da população.

Sr. Presidente, sei que essas questões envolvem o absoluto direito de defesa da Deputada Jaqueline Roriz sobre o que foi veiculado na imprensa, e não sou daqueles Parlamentares que acham que é tripudiando ou constringendo o adversário que estarão contribuindo para a averiguação dos fatos e as devidas responsabilizações. Mas, Sr. Presidente, nós precisamos ver o Estado e o Poder Legislativo atuando para que possamos superar esse cenário de perplexidade, de absoluto abandono e de apreensão com o próximo episódio.

Sem dúvida, as cenas a que nós já assistimos foram por demais estupefadoras. Por quê? Porque, na verdade, a população de Brasília quer respirar um novo ambiente, uma nova oportunidade, primeiro de afiançar a classe política do Distrito Federal, segundo de ver que as instituições estão se apropriando de um novo momento e superando as dificuldades: hoje, por exemplo, nós tivemos a oportunidade de ouvir o Secretário da Fazenda e o Secretário de Planejamento.

Naturalmente, eu não sou mais inteligente ou mais capaz do que o Procurador-Geral da República, Sr. Roberto Gurgel, que apontou as devidas faces do problema e a devida apuração. Mas esta instituição, de alguma maneira, passou pelo processo e não pode desconhecer esse momento político que Brasília vive.

Sr. Presidente, permita-me a liberdade, já que temos neste momento um delegado conduzindo a sessão, mas Brasília tem sido, sistematicamente nesse episódio, sobressaltada por uma pessoa, o Sr. Durval Barbosa, que é o delegado pivô de todo esse debate. O Sr. Durval Barbosa não fez a denúncia antes do processo eleitoral, quando a população poderia apreciar a candidatura da então Deputada Distrital Jaqueline Roriz de maneira mais consciente, em melhores condições de avaliar e dar o seu voto, fosse pelo sim, fosse pelo não, no entanto, a candidata foi uma das Deputadas mais bem votadas. E agora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vem esse mesmo personagem, retorna a discussão e leva Brasília a estar novamente curvada a uma cena constringedora e desabonadora.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, lamento não ser uma pessoa vinculada à magistratura, eu até gostaria. Sei que nós temos deputados advogados, procuradores que podem nos dar um retrato do que significa um processo de delação premiada em que o indivíduo repetidamente faz denúncias e a cada dia aparece uma denúncia como se fosse absolutamente nova, num processo de dar publicidade a atos lesivos ao patrimônio público.

Eu não sei como o tribunal ou como o juiz convive, Deputado Joe Valle, com um processo que é acrescido, a cada dia, de novos episódios. E esse, particularmente, é o primeiro episódio que vem diretamente ao ex-governador Joaquim Roriz, porque ele foi um dos que foi para a televisão cobrar do ex-governador José Roberto Arruda.

Ora, Sr. Presidente, o Sr. Durval Barbosa foi diretor da Codeplan e, diga-se de passagem, Deputado Joe Valle, eu fui uma das pessoas que moveu uma ação contra a maneira como a Codeplan gerenciava o processo de contratação de mão-de-obra. E depois nós vimos que o processo era muito maior, era muito mais preocupante. Esse, inclusive, é um dos processos aos quais ele responde na Justiça.

A cidade não pode ter medo. A cidade tem de ter esperança. Só que nós somos surpreendidos por matérias requentadas, e uma forma de tentar contemporizar o problema é dizer que o Governador Agnelo Queiroz teria visto a fita. De fato, o Governador viu a fita como cidadão convidado; S.Exa. esteve na casa e viu a fita. Não sei quantas delas S.Exa. teve a oportunidade de ver, mas a revista Veja faz a inferência de que S.Exa. teria recebido cópias da fita.

Sr. Presidente, esse quadro só traz inquietação a Brasília, só traz uma tentativa de desmoralizar as instituições públicas, de deixar a população vergada, humilhada, constringida. Não podemos aceitar isso, Srs. Deputados. Esta Casa tem responsabilidade. O fórum não vai ser nesta Casa, Deputada Luzia de Paula, vai ser na Câmara dos Deputados, na Procuradoria Geral da República, no Supremo Tribunal Federal. Mas nós somos representantes da população do Distrito Federal, e a população não pode se sentir órfã dos seus representantes diante de um quadro desses. Portanto, é necessário que nos debruçemos respeitando o devido direito da defesa, da defesa pública, inclusive, da Sra. Deputada, mas também pedindo a apuração nos devidos termos que a nossa legislação exige.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, temos de dar

desdobração a isso. Não podemos nos silenciar numa atitude de omissão e desconhecimento de um dos fatos que mais constringimento trouxe à Capital da República, à nossa querida Brasília que nós tanto desejamos ver alavancando moralmente. Não adianta Deputados dizerem "Olha, eu abri mão da verba de representação. Olha, eu abri mão do 14º, do 15º salários", quando as suas obrigações de defender a cidade e de defender o seu povo silenciam diante das necessidades de um processo transparente e consequente.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra ao Deputado Benedito Domingos.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje assumo a tribuna para prestar uma homenagem póstuma a uma pessoa que, sem dúvida nenhuma, me deixou bastante saudade e com quem convivemos por tantos anos: o meu irmão Galvão Augusto Domingos. No dia 13 deste mês, ele completaria 64 anos.

Faço esta homenagem porque o Galvão fez parte, sem dúvida alguma, do movimento político do Distrito Federal: um jovem idealista desde a época de estudante da Escola Técnica de Taguatinga e depois no CEMAB – Centro de Ensino Médio Ave Branca, como líder estudantil, presidente do Grêmio Estudantil do Cemab.

No período mais crítico por que a nossa nação passou, no regime militar, em seu momento mais agudo, ele liderava os seus companheiros. Os estudantes foram às ruas lutar pela democracia, pela liberdade democrática no nosso País e tiveram que enfrentar, na época, baionetas e o Exército. Nesse período, ele foi um dos fundadores do MDB – Movimento Democrático Brasileiro. O PMDB do Distrito Federal praticamente nasceu sob a sua grande participação.

Esteve preso pelo Exército Brasileiro causando aos meus pais uma enorme preocupação, já que não sabíamos o paradeiro onde ele estava recolhido. Depois de mais de trinta dias, o localizamos atrás das grades da prisão do R. C. Mec. aqui no Setor Militar Urbano.

Ele, sem dúvida nenhuma, teve esse aspecto de trabalho. Foi filiado ao Partido Comunista no início, depois passou para o MDB, para o PMDB, disputou eleições distritais. Não obteve êxito, mas foi esse jovem da sua idade de estudante batalhador que fez um grande trabalho nesse entendimento político para que Brasília pudesse ter a sua representação e pudesse ter o direito de votar e de ser votada.

Portanto, causa-me saudades. Ele foi muito útil a mim, à minha vida ao meu projeto político. Meu irmão, caçula dos homens, foi submetido a uma cirurgia em um tumor cerebral e infelizmente não saiu da UTI. Da UTI, ele saiu para a cama fria. Mas deixa, sem dúvida alguma, essa marca. E eu não poderia deixar, nesta Casa, na Casa do povo, a Casa que representa, sem dúvida alguma, o Poder Legislativo, que representa a democracia, de prestar esta homenagem à sua vida, à sua história, porque ele lutou muito por isso.

Digo mais, o Poder Legislativo é o que representa a democracia. Sem Poder Legislativo, não existe democracia. Infelizmente, às vezes, é o que mais apanha da mídia, o que mais sofre acusações. Eu não sei, mas, se fechar, acaba, porque o Judiciário e o Executivo existem em qualquer regime de exceção. Contudo, o que dá transparência à democracia é o Poder Legislativo. É o direito que o povo tem de escolher seus representantes nos diversos segmentos da nossa sociedade, nos diversos segmentos sociais não só da nossa cidade, mas de todo o Distrito Federal.

Portanto, nesta data, nesta oportunidade, eu uso esta tribuna para prestar esta homenagem ao meu querido e saudoso irmão Galvão Augusto Domingos, que escreveu as páginas da vida política do Distrito Federal, com seu esforço, trabalho, dedicação e luta que travou pela redemocratização do nosso País, como líder estudantil, como Presidente do Grêmio Estudantil do Cemab, em Taguatinga.

São essas as minhas palavras, Sr. Presidente. Agradeço a V.Exa., pela sua gentileza, e a todos os companheiros que me ouviram neste momento. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores jornalistas, Sr. Deputado Wasny de Roure, muitas pessoas têm me procurado e me cobrado uma posição sobre o caso da Deputada Jaqueline Roriz. Primeiramente, é importante

que se saiba que não tenho procuração para falar em nome dela, nem sou sua porta-voz. Minha solidariedade fraternal, que, como sua irmã, lhe dedico, não pode nem deve se confundir com minha responsabilidade política de exigir transparência nos atos de qualquer pessoa pública. Isso significa que dedicarei todo o esforço necessário em busca de esclarecimento relevante a um julgamento justo.

Nesta Casa, fomos todos eleitos para inaugurar uma nova forma de fazer política e gestão do Estado, Deputado Wasny de Roure. Essa é uma missão muito difícil. Para mim, que venho de uma família com tradição política, essa missão é ainda mais difícil porque enfrente preconceitos, julgamentos, dúvidas e insinuações maliciosas, que facilmente sustentam o descrédito do prejudicado. Aqueles que querem apenas o uso oportunista do episódio se contentarão com o julgamento rápido, aniquilador e contundente dos adversários e fingirão desconhecer uma epidemia sistêmica de ilegalidades e deslizes que permeiam a política do DF e de todo o País.

Não é fenômeno brasileiro. Quantos serão os políticos que, na mesma época, receberam ajuda financeira, Sr. Presidente? Notem, isso não diminui nem a relevância nem o impacto dos fatos, mas demarca os limites necessários de qualquer investigação consistente. É preciso que se apurem a corrupção e os deslizes em todos os campos, seja o dos amigos, seja o de adversários. Esta é minha posição e quem duvidar dela movido por preconceitos ou prejulgamentos irá se surpreender comigo.

As imagens recentes, Deputado Wasny de Roure, são fortes mesmo, mas cabe à Justiça o julgamento final.

É o Judiciário o foro competente para a avaliação definitiva da Caixa de Pandora.

O processo ainda está em curso e o inquérito não chegou ao fim. A nós cabe tão somente o imperfeito julgamento político e a exigência de que tudo seja revelado sem filtros ou preferências, doa a quem doer.

Como todos sabem, o próprio delator do esquema, o ex-Secretário Durval Barbosa, afirma que há vários outros filmes a serem divulgados. Agora eu pergunto: onde estão esses vídeos, Sr. Presidente? Por que não são revelados todos? Quem mais foi gravado e está sendo poupado?

Uma coisa eu posso garantir: vídeo meu não há.

Sou de uma nova geração de políticos que tem como compromisso banir e superar as velhas práticas.

Sras. e Srs. Deputados, o caso requer uma apuração fiel, mas não posso ficar de braço cruzado permitindo que se utilizem desse caso para fazer da Deputada Jaqueline Roriz apenas um bode expiatório ou uma cortina de fumaça de tantos casos, que todos sabem que existem.

Acredito ser uma grande demagogia falar em mensalão e esquecer-se de citar inclusive o Sr. Delúbio Soares.

Como todos sabem, o caso requer realmente fato. Esta investigação do passado também. Não adianta defender a transparência, Deputado, e condenar apenas um dos vários casos que todos sabem que existem. A lei não pode ser clínica, tampouco quem as coloca em prática. A lei precisa ser para todos.

O processo de transparência, Sr. Presidente, não pode ser feito por um restrito espiar por um buraco de fechadura. Ele tem de ser amplo e de portas escancaradas. O princípio da transparência precisa atingir a tudo e a todos, de forma justa e igualitária.

De minha parte, estou aqui para trabalhar conforme confiaram os meus eleitores. Tenho total consciência de que a pessoa que tem o maior desafio de fazer o novo sou eu, por ser filha de Joaquim Roriz. E eu estou aqui para mostrar para o que eu vim.

Como todos os Deputados aqui presentes, tenho uma responsabilidade de trabalhar com uma nova ética moderna, igualitária e transparente, não só pelos meus eleitores, mas pelo povo de Brasília. E posso garantir, olhando olho a olho cada um aqui presente. Enfrente destemidamente este desafio e por isso mesmo estou cumprindo o meu papel.

Quero deixar claro que irei até o fim com o objetivo que trouxe até aqui: defender o nosso povo, sempre galgada no trabalho sério e nas questões éticas e morais que coloquei.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, e a todos vocês jornalistas que aguardavam o meu pronunciamento.

Muito obrigada!

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – V.Exa. perguntou onde estavam os vídeos. Digo a V.Exa. que não sei, mas

se soubesse, eu colocaria todos à prova no primeiro momento em que tivesse conhecimento, pois quando delegado era, se alguém fizesse um acordo de delação premiada ou entregava tudo ou então não teria delação premiada.

Agora eu digo a V.Exa. que esta crise não é nossa. Eu não estava aqui na Legislatura passada. Esta é uma crise que ora e doravante está acontecendo na Câmara dos Deputados. Deve ser uma crise que está acontecendo na área federal. Mas, nesta Legislatura, eu garanto a V.Exa. que, enquanto Vice-Presidente eu for ou até quando eu estiver presidindo, qualquer fato que chegue aqui para apurar, V.Exa. pode ter a certeza de que não nos escusaremos em fazê-lo, pois eu vim aqui com o mesmo propósito de V.Exa., ou seja, o de fazer o melhor possível para o povo de Brasília. V.Exa. pode ter a certeza de que nós não estamos aqui para espezinhar qualquer pessoa que seja. Eu acho que, por mais ou por menos que seja o fato danoso à sociedade, todos têm o direito à justiça condigna. Logo, não podemos aqui espezinhar ninguém. V.Exa. pode ter certeza de que, partindo desta Vice-Presidência que, neste momento, preside esta sessão, tem todo o nosso apreço, todo o nosso apoio na sua fala.

Mas é preciso que a Câmara dos Deputados faça a apuração da melhor forma possível, pois Brasília merece um esclarecimento, não só dos fatos vistos, como o que vimos agora, mas também de todos outros. E nós, como Parlamentares, bem o diz V.Exa., temos a obrigação de ficar alertas para que tenhamos uma resolução digna de uma Brasília que o pai de V.Exa. sempre governou com muito carinho e apreço.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o comentário que quero fazer ao pronunciamento da Deputada Liliane Roriz não é a respeito da Caixa de Pandora, nem a respeito de 200 fitas, mas disseram que apareceram 30 fitas somente.

Eu quero dar um testemunho da qualidade profissional, da dedicação e da competência com que a Deputada Liliane Roriz tem se apresentado perante seus colegas.

Eu não a conhecia. Eu não convivi com a Deputada Liliane Roriz, mas pelo que colhi dos meus colegas Parlamentares e pelo pouco tempo de vivência com S.Exa., sou testemunha de que a Deputada Liliane Roriz veio à Câmara Legislativa com a intenção de fazer um excelente trabalho.

A Deputada não só carrega o sobrenome que, a princípio, apresenta-se ou com admiração, ou com rejeição, ou mesmo com discriminação, como a própria falou há pouco, mas o que é importante, Deputada Liliane Roriz, é que quem carregará o nome de V.Exa. perante a Câmara Legislativa, perante a comunidade será exatamente o seu trabalho nesta Casa.

Parabéns pelo pronunciamento de V.Exa. Parabéns pelo trabalho que vem realizando até o momento.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Pode ter certeza, Deputado Agaciel Maia, de que nós, enquanto Vice-Presidente, temos o maior apreço e carinho pela Deputada Liliane Roriz. Sabemos do empenho de S.Exa. para com o povo de Brasília. Tanto é que S.Exa. foi eleita com uma votação muito expressiva; hoje tem condito com todos os votos recebidos.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu fiz questão de trazê-la e já me manifestei sobre a matéria, porque a Câmara Legislativa é representante da população.

Quando a população votou na eleição dos 24 Deputados, votou para que esta Casa defendesse os interesses da cidade. Na medida em que a cidade tem sido achacada de diversas formas, naturalmente não podemos nos silenciar. Passar despercebidos alguns fatos políticos que têm sido manchete sucessivamente seria desconhecer a nossa responsabilidade para com a população. Por isso eu cumprimento a Deputada Liliane Roriz, porque S.Exa. assumiu não apenas uma relação de parentesco, mas também o seu papel de Parlamentar ao trazer seu entendimento e deixar claro que espera que a Justiça possa ajudar a esclarecer os fatos e ajudar

a construir a tranquilidade e a retomada dessa tranquilidade. Faço essas observações e demonstro meu apreço à Deputada Liliane Roriz, que tem sido realmente uma Parlamentar bastante propositiva e afirmativa. Inclusive, na última votação, eu tive o cuidado de registrar uma das suas contribuições, de uma de suas assessorias, que veio a aperfeiçoar o projeto, mesmo seu voto tendo sido contrário.

Nós não podemos, como cidade, estar curvados a uma pessoa que, ao longo dos anos... O ex-secretário, o cidadão, o delegado, enfim, tem colocado a cidade vergada, humilhada, constrangida sistematicamente. O que nós queremos é que, se ainda há fatos a revelar, revele. A cidade não pode viver essa perplexidade. É lamentável que o Judiciário... Eu não sei até que ponto ele, de fato, tem controle do processo. Ele tem de dar início e fim a essa questão. O que não pode é Brasília ficar sendo surpreendida a partir de interesses políticos à medida que esse lhe agrada ou não agrada. A cidade quer ver os fatos superados, quer retomar a normalidade da sua vida e quer que o Judiciário dê depuração, dê prosseguimento aos fatos.

Eu nunca trabalhei na política pelo constrangimento, pela humilhação, inclusive aos adversários. Como parlamentar, eu sempre estive nesta Casa ou na Câmara dos Deputados como adversário político do ex-governador Joaquim Roriz, mas nunca desrespeitei a sua pessoa. Sempre procurei fazer o debate no plano político e sempre entendi que é nele que devemos operar, sobretudo se estamos aqui representando a população do Distrito Federal. Mas não esperem de mim a omissão, o silêncio como uma forma de fazer a defesa dos interesses de Brasília.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Nós conhecemos V.Exa. há pouco tempo nessa legislatura, mas sabemos da sua presteza, do seu trabalho, da sua idoneidade.

Para esclarecimento, esse jovem ou esse homem de quem V.Exa. fala não é mais delegado, ele é delegado aposentado. Ele é igual a cobra sem veneno: pica mais não mata. V.Exa. pode ter certeza de que ele não é mais delegado. Ele está aposentado. Nós não podemos fazer referência a ele como delegado, pois, no quadro hoje de delegados da Polícia Civil, encontram-se as maiores autoridades em nível de Distrito Federal e de Brasília. O Sr. Durval, muitas vezes, envergonhou-nos enquanto estava na ativa. Agora, graças a Deus, ele está na inatividade, está igual a cobra sem veneno. Pode ter certeza.

Nós, como legisladores, temos de ficar atentos, para termos condições de resolver isso de uma vez por todas. Ninguém aguenta esse conta-gotas. V.Exa. pode ter certeza de que estaremos sempre atentos a isso.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra, pois não fiz uso dela nos Comunicados de Parlamentares. Eu gostaria de checar a minha inscrição.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Desculpe-me, Deputado Cláudio Abrantes. Houve um equívoco de nossa parte. Estou inscrevendo V.Exa. neste momento.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, galeria, imprensa, eu tenho até outros temas para tratar aqui também da tribuna, mas não poderia deixar de me pronunciar, sobretudo depois da fala da Deputada Liliane Roriz, do seu discurso corajoso, firme e, a meu ver, sincero sobre essa questão dos últimos acontecimentos que têm sido colocados para todos nós referentes à Caixa de Pandora ou à coleção de vídeos do Sr. Durval Barbosa. Eu tenho um pensamento muito próprio, mas também muito semelhante ao do Deputado Wasny de Roure e ao de outros que também já foram externados aqui nesta Casa.

Nós, o Legislativo local, passamos por uma crise muito grande nos últimos anos. Na época em que foram divulgados os vídeos, eu estava na Casa como Deputado suplente. Eu lembro que, quando aconteceu, fui o Deputado suplente que, na época, estava aqui que assinou o pedido de CPI. Naturalmente, o meu mandato como suplente se encerrou naquele momento. Não por questões de julgar ou de querer condenar previamente A ou B, mas puramente,

Deputado Wasny de Roure, porque eu acredito que nós deveríamos e devemos apurar. Naquele momento, era competente a Câmara Legislativa para fazer a apuração. E, por isso, eu assinei a CPI.

Eu creio que o que foi divulgado recentemente não pode, de forma alguma, macular os trabalhos dos Deputados desta legislatura, tampouco o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Deputada Liliane Roriz. Esta Casa não tem a tradição e não agirá pelo pré-julgamento ou pelo preconceito.

O próprio Líder do Governo, que é da bancada oposta à bancada da Deputada Liliane Roriz, já manifestou a maneira como S.Exa. tem conduzido os trabalhos aqui na Câmara Legislativa. E nós endossamos as palavras do Deputado Wasny de Roure. Ao mesmo tempo, nós não podemos aguardar que fique ao bel-prazer de uma pessoa que tem o benefício da delação premiada, que os operadores do Direito sabem que é raro e que é concedido com muito cuidado, mostrar ou não um vídeo ou outro no tempo que lhe é conveniente, de acordo com interesses, e depois dizer que apareceu um HD ou outra coisa. Isso não pode. O Deputado Dr. Michel, que foi delegado durante muitos anos, disse muito bem: ou ele entrega todas as provas ou o benefício é cortado. Isso também já é uma posição do próprio Presidente da Câmara dos Deputados e do próprio Presidente da OAB do Distrito Federal, e eu também endosso essa posição.

Então, o que nós lamentamos é que, diante de tantas coisas que temos para fazer no Distrito Federal, de tantos debates que temos para travar aqui nesta Casa para o benefício da população e para o andamento do Governo, temos ainda que ficar à mercê de uma pessoa que agora se julga estar prestando um serviço para a Nação e estar acima de qualquer coisa. Não está. Ninguém está acima da lei. Os vídeos devem aparecer. Aqueles que devem algo devem pagar e ser investigados pelos órgãos competentes. Aqueles que querem trabalhar e têm sua tranquilidade sigam, porque esse Legislativo tem muito a trabalhar pela população.

Parabenizo a Deputada Liliane Roriz pela sua coragem de vir expor os fatos, por esses laços fraternos. Externo minha posição de apuração dos fatos, embora, como disse o Deputado Dr. Michel, isso caiba à Câmara dos Deputados. Mas, se aparecer alguém aqui desta legislatura em algum vídeo ou seja o que for, também deve prestar os seus esclarecimentos para esta Casa.

Sr. Presidente, eu solicito um pouco mais de benevolência de V.Exa., tendo em vista que V.Exa. é muito condescendente com o nosso tempo, para abordar rapidamente dois temas, não menos importantes. Como eu disse, eu não poderia me furtar de falar sobre o discurso da Deputada Liliane Roriz.

Sr. Presidente, endosso as palavras do nosso companheiro de bloco Deputado Joe Valle e do nosso Líder do Governo, Deputado Wasny de Roure. Nós tivemos uma audiência pública, que foi proposta pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, presidida pelo nobre Deputado Agaciel Maia, a respeito do relatório quadrimestral das contas do Governo. Foi um debate extremamente positivo e de alto nível. Estiveram presentes dois Secretários de Governo, da Fazenda e de Planejamento, secretários adjuntos e o Chefe do Tesouro. Enfim, estiveram aqui as autoridades competentes para tratar desse tema tão importante, que é a questão orçamentária e do planejamento.

Eu apresentei um questionamento aos Secretários. No art. 145 da Lei Orgânica do Distrito Federal, temos um dispositivo, Sr. Presidente, que trata da regionalização dos recursos do Governo do Distrito Federal. Ele diz justamente que o orçamento anual deverá ser detalhado por região administrativa e terá entre suas funções a redução das desigualdades inter-regionais.

Temos observado, Sr. Presidente, que nos últimos anos essa prática não é tomada pelos governantes. Só para se ter uma ideia, em 2010, Deputado Joe Valle, 81% das receitas do Governo Distrito Federal foram empregadas sob o Código nº 99, com uma regionalização para todo o Distrito Federal, ou seja, o preceito que está na nossa Lei Orgânica não tem sido observado. E isso sem falar que, se nós colocássemos as questões da máquina administrativa, de custeio, isso chegaria a 95%.

Hoje sabemos que, ao mesmo tempo em que temos em determinadas regiões do Distrito Federal uma renda per capita e um IDH altíssimos, temos em algumas outras regiões casos de miséria, com IDHs extremamente baixos, com pessoas que passam dificuldades até para cumprir as suas funções elementares durante o dia, de alimentação, higiene, saúde. Isso mostra a necessidade urgente de que esta Casa e o próprio Governo do Distrito Federal

tratam o nosso orçamento observando as regionalidades, Deputado Evandro Garla, observando o desenvolvimento, observando os recursos públicos para que possam chegar às áreas mais carentes, àquelas cidades que precisam realmente de desenvolvimento.

Nesse sentido, fizemos o questionamento aos secretários que estavam à Mesa — o que me deixou muito feliz, pois mostramos justamente a condição, a vontade, o desejo do Governo do Distrito Federal em atuar desta maneira: as diferenças inter-regionais sendo cada vez mais diminuídas.

Temos um Governador que é do mesmo partido do Presidente Lula, que tanto lutou para diminuir as desigualdades entre as regiões do País. Então, este modelo com certeza deve ser colocado para o Distrito Federal, onde temos determinadas regiões extremamente desenvolvidas, com recursos, com serviços públicos, com desenvolvimento, mas também outras regiões ainda carentes desses serviços públicos, como saúde, que tanto debatemos aqui, como segurança — temos aqui os aprovados excedentes no concurso público da PMDF que têm a nossa solidariedade para que consigamos fazer com que, em breve, estejam também no quadro da Polícia Militar do Distrito Federal — e tantas outras situações. Precisamos fazer com que os recursos sejam distribuídos de maneira mais igualitária.

Quero parabenizar a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, os Deputados que estiveram presentes e o nosso Líder, que deu uma contribuição imensa para esse debate. Convido esta Casa para que a regionalização dos recursos do GDF esteja presente também nas nossas proposições e na nossa linha de trabalho.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Queremos cumprimentar os concursados da PM e dizer que somos solidários à causa deles. Esta Casa, com vários Deputados, solidariza-se à causa de vocês. Sempre que quiserem, a Casa estará de portas abertas para recebê-los a fim de que possamos juntos lutar e não deixar que mais este concurso prescreva sem que vocês sejam convocados, até por que temos uma necessidade premente de segurança em Brasília, e vocês serão os homens das ruas que nos darão essa segurança. Sejam bem-vindos!

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em função de a minha assessoria não ter concluído uma proposta de moção de solidariedade ao povo japonês, eu gostaria de transmiti-la em termos verbais à direção desta Casa — ainda o farei na forma de uma moção, por escrito, ao Plenário, para que seja votada. Solicito já, de antemão, que a Mesa Diretora desta Casa possa encaminhar um telegrama à embaixada japonesa manifestando a solidariedade do povo do Distrito Federal quanto à perda das vidas e aos prejuízos ambientais e materiais que aquela população está experimentando. As nossas solidariedades são, sobretudo, em função de o Brasil ter a maior população de imigrantes japoneses. Portanto, nosso País tem um compromisso com o povo japonês tanto pelas vidas que migraram para cá como pelos muitos brasileiros — próximos aos 300 mil — que hoje vivem naquele país. Portanto, é uma manifestação de solidariedade da população do Distrito Federal através da Câmara Legislativa junto ao governo japonês.

Peço a V.Exa., como Vice-Presidente desta Casa, que notifique a Mesa Diretora. Vou encaminhar a moção o quanto antes, mas isso ajudaria enormemente o nosso apreço àquela população que vive momentos de angústias e de dores não apenas pela perda de vidas, mas por várias outras perdas que estão neste momento vivenciando.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Deputado Wasny de Roure, V.Exa. está de parabéns pela lembrança. Eu sugiro que façamos uma moção de solidariedade e todos os Deputados que assim quiserem poderão assinar esta moção para que possamos enviar à embaixada japonesa para prestar nossa solidariedade àquele povo que muito tem contribuído para o mundo e está passando por uma situação muito difícil. V.Exa. está de parabéns pela lembrança.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.
(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 60, de 01/04/2011, juntamente com a ata sucinta da 17ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Dá-se início à ORDEM DO DIA.

Não havendo quorum para qualquer deliberação, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h19min.)

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 18ª
(DÉCIMA OITAVA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 16 DE MARÇO DE 2011.**

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Joe Valle a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.
(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 60, de 01/04/2011, juntamente com a ata sucinta da 18ª Sessão Ordinária.)

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO JOE VALLE – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observação a seguinte:

– Ata da 17ª Sessão Ordinária.

A Presidência vai suspender a presente sessão por estar havendo, neste momento, uma reunião para tratar dos projetos a serem votados.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h36min, a sessão é reaberta às 17h08min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Está reaberta a sessão. Como continua a reunião de Líderes, esta Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h08min.)

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 19ª
(DÉCIMA NONA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 17 DE MARÇO DE 2011.**

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Raad Massouh a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte:

- Ata da 18ª Sessão Ordinária.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário. (Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 60, de 01/04/2011, juntamente com a ata sucinta da 19ª Sessão Ordinária.)

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco PSL/PTC/PMDB/PSC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu recebi não só uma manifestação da Associação dos Defensores Públicos do Distrito Federal, como também inúmeras ligações telefônicas de pessoas pedindo que esta Câmara Legislativa faça um esforço junto ao Governador Agnelo Queiroz, no sentido de nomear esses defensores que passaram em concurso. E me pediram que lesse a manifestação da Associação dos Defensores, em que se define, em poucas linhas, esse pleito: "A Associação dos Defensores Públicos do Distrito Federal e os candidatos aprovados no concurso para a carreira, com o objetivo de aprimorar o atendimento à população do Distrito Federal, vem respeitosamente pleitear junto a esta Câmara Legislativa e a todos os Deputados que se envide esforço junto ao Governador Agnelo Queiroz, em prol das nomeações de novos defensores aprovados no concurso realizado no ano de 2006, cuja eficácia expirará em 22 de março de 2011, portanto, terça-feira que vem.

Destacamos que há plenas condições administrativas, jurídicas e orçamentárias para o provimento de novos cargos de defensores públicos, bem como: primeiro, a necessidade crescente de atendimento à população carente – foram 500 mil atendimentos no ano de 2010; segundo, um déficit de defensores públicos em face da demanda, principalmente nos núcleos de assistência à mulher vítima de violência, assistência ao idoso, assistência ao portador de necessidades especiais e no núcleo afetado ao sistema penitenciário; terceiro, viabilidade jurídica – existência de 46 cargos vagos; quarto, viabilidade orçamentária – previsão de 46 nomeações previstas tanto na LDO quanto na LOA para o exercício de 2011; quinto, viabilidade administrativa – concurso público em vigor e com prazo de validade até o dia 22 de março de 2011, conforme já falamos; sexto, eficácia social – com a nomeação dos 46 candidatos, estima-se um incremento anual no número de atendimento em torno de 100 mil pessoas carentes; sétimo, a existência de compromisso do Governo atual com as nomeações; oitavo, a existência de candidatos aprovados em número suficiente ao preenchimento das vagas; nono, urgência da publicação da nomeação, uma vez que faltam apenas 3 dias úteis para o término da eficácia, ou seja, da validade do concurso; décimo, efetivação da cidadania, haja vista que será a primeira vez que a Defensoria Pública do Distrito Federal atuará com o quadro completo de defensores públicos."

Faço esse apelo aos colegas. Conversei com o nosso mestre, Deputado Chico Leite, e também gostaria de envidar esforços junto ao Deputado Wasny de Roure...

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, quero aqui me somar ao pronunciamento de V.Exa. Conheço bem a realidade desses defensores e sei que hoje o quadro é insuficiente perante o trabalho a ser feito por eles. Sabemos também que existe orçamento já previsto para este ano, para a nomeação desses 40 concursados – penso que seria em torno desse número. E sabemos que, para essas pessoas que estudaram, que se dedicaram em média de 1 a 2 anos para passar

num concurso desses, foi uma luta, foi um sofrimento, e verem o sonho todo caindo por terra... Até sugeri que fizéssemos uma moção, que já me prontifiquei a assinar, porque a considero super relevante. Parabeno aqui V.Exa. por somar esforços à nomeação desses defensores.

Também conversei com o Deputado Patrício e com o Sr. Paulo Tadeu. O Governador já está sabendo do assunto e estão tratando para ver se conseguimos resolvê-lo. Mas entendo que seria importante todos assinarem essa moção para nós envidarmos esforços para conseguir nomear esses defensores.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Agradeço o aparte do Deputado Cristiano Araújo. Eu sei da importância que V.Exa. pode ter como Deputado de segundo mandato em envidar esforços no sentido de atender aos objetivos, ou seja, a nomeação desses defensores públicos, que vai ajudar, principalmente, a população carente.

DEPUTADO AYLTON GOMES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PR. Sem revisão do orador.)

– Sr. Deputado, eu agradeço a oportunidade da fala. Também parabeno V.Exa. pela iniciativa da moção e parabeno a fala do Deputado Cristiano Araújo. Não tenho dúvidas de que todos os Deputados desta Casa vão se somar e assinar a moção, porque essa é uma ação que transcorre desde o ano passado. Tenho acompanhado desde o início a angústia, a lamentação de ter passado, ter o direito e não assumir a posição.

Deputado Agaciel Maia, eu quero parabenizar, em público, a Defensoria Pública pelo quanto me ajudou, quando fui administrador, nas ações naquela comunidade, pois sabemos que a comunidade é de baixa renda e tem carência de profissionais daquela grandeza.

Eu sei que o quadro hoje já não é suficiente, e, com esses 46 que faltam ingressar, ainda haverá déficit. Foram nomeados apenas 15 defensores. Esses 46 que ainda restam para ser nomeados, com certeza, ainda são insuficientes frente à demanda da necessidade da qualidade desses profissionais.

Então, quero parabenizar V.Exa., somar-me e dizer que terá a minha assinatura nessa moção e o meu voto. Como o Deputado Cristiano Araújo já disse, fizemos os encaminhamentos, e eu acredito que o Presidente desta Casa, juntamente com o Secretário de Governo, que é sensível, um homem trabalhador, bem como o Sr. Governador, se sensibilizarão para fazer a nomeação no tempo previsto que a lei requer porque o prazo já está expirando.

Muito obrigado pela oportunidade.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Agradeço o aparte de V.Exa. Fico feliz. Todos nós conhecemos. Estive em campanha na cidade de Planaltina e reconheço a competência com que V.Exa. administrou aquela cidade. É importante esse seu testemunho em favor dos defensores exatamente porque este não é um pleito para milionários, não é um pleito para criar um novo bairro rico em Brasília. Este pleito, de acordo com a lei, com a LOA e com a LDO, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, é para atender a população pobre. Esses quarenta e poucos defensores públicos irão atender 100 mil pessoas por ano.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – O senhor

já ouviu diversas vezes ocuparmos esta tribuna para pedir ao Sr. Governador que não deixe os concursos vencerem. Eu queria que nós Deputados fizéssemos uma moção não apenas para o pessoal da Defensoria Pública: que nós não deixássemos acontecer o que ocorreu com os peritos médicos legistas. E eu venho batendo nessa tecla há muito tempo. V.Exa. sabe da nossa luta para que esses concursos não vençam. As pessoas saem de seus locais, vêm para Brasília, pagam cursinho, estudam, passam no concurso e depois não são chamadas. Estão fazendo uma falcatura aí porque o próprio STJ disse que isso não existe. O órgão, quando faz o concurso, tem a obrigação de chamar todos. Eles agora estão mascarando com um tal "cadastro reserva".

Nós temos de olhar para esse lado e ver que pelo menos Brasília tem de dar o exemplo. Nos concursos que forem realizados em Brasília, aqueles candidatos que foram aprovados e estão dentro das vagas deverão ser chamados, porque não é justo. É o caso que ocorreu na Polícia Civil, e eu bato nessa tecla: foram apenas 11

peritos médicos legistas, e deixaram vencer o concurso, quando, no decorrer de 2011, haverá 15 vagas para médico legista e deverá ser feito um novo concurso, um novo curso, que dura 2 anos, no mínimo, com um grande custo, quando esses peritos já estavam concursados e inclusive cursados.

Então conclamo os senhores. V.Exa. está de parabéns pela sua iniciativa nessa questão dos defensores públicos. No entanto, vejamos também a situação dos outros concursados que estão hoje em Brasília e que passam por uma situação a que não podemos fechar os olhos. Temos aí a questão dos PMs, da Fundação Educacional, da Fundação Hospitalar, agora os defensores públicos; ou seja, eu acho que nós, Deputados, que somos defensores da cidade, defensores da sociedade, temos de lutar para que esse tipo de situação não ocorra aqui em Brasília.

V.Exa. está de parabéns pela sua iniciativa nessa questão de defender os defensores públicos. E saibam: é de grande necessidade realmente. V.Exa. passou por Planaltina, por Sobradinho, e vejamos que, na periferia do Distrito Federal, o número de defensores públicos hoje está em déficit não sei de quantos. Quarenta e seis não darão nem para suprir a necessidade. V.Exa. está de parabéns pela iniciativa.

Muito obrigado pelo aparte.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, agradeço o aparte de V.Exa.

É importante demais o aparte de V.Exa., principalmente por ter exercido a função de delegado e estar tão perto das carências da população. Sei do peso que tem o depoimento de V.Exa. porque, ao contrário até mesmo de nós, V.Exa. esteve a vida inteira nesse trabalho de campo.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Primeiramente, quero parabenizar V.Exa. não só pela iniciativa, mas pelo brilhante trabalho, pela forma como V.Exa. tem se comportado nesta Casa, com a atuação permanente e constante em defesa da população de Brasília. É mais do que justa e relevante essa proposta, essa moção que, tenho certeza, será assinada por todos os Parlamentares. Eu, particularmente, tenho atuado próximo às bases de Recanto das Emas, São Sebastião e Ceilândia. E a Defensoria Pública vai justamente ao encontro do clamor daquelas pessoas que não têm a condição e, na maioria das vezes, não têm o direito de procurar o respaldo jurídico-legal, que teria de ser oferecido pelo Estado, já que é um direito constitucional. Essas 46 vagas, que devem ser preenchidas urgentemente, até porque já existe orçamento aprovado por esta Casa, não vão suprir a necessidade, mas vão acalantar um pouco o sofrimento das comunidades, das pessoas carentes de Brasília. Então, declaro aqui o meu apoio, o do Deputado Washington Mesquita, e o do meu partido, o PSDB. Tenho certeza de que, por meio dessa moção, não só o Governador de Brasília, mas também o Secretário de Estado Paulo Tadeu se sensibilizarão e, nos próximos dias, com a graça de Deus, haverá a efetivação desses 46 concursados. Parabéns pela sua iniciativa, Deputado.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Agradeço o aparte, Deputado Washington Mesquita. O assunto é muito importante. O nosso Líder de Governo, Deputado Wasny de Roure, aqui presente, sabe a importância que tem a nomeação desses defensores públicos. Primeiramente, porque obedece à legislação, à LDO, à LOA e porque há as vagas e a previsão no Orçamento. E, principalmente, a coisa mais importante de tudo isso, para que esses profissionais atendam a população carente. O Governador Agnelo, em quem acreditamos, tem esse propósito, que é o de resgatar a cidadania em Brasília. Isso S.Exa. já tem mostrado e demonstrado em seu plano de saúde, com a preocupação no aspecto da saúde. Esta Câmara Legislativa, por unanimidade de todos os Deputados, não só aprovou o projeto de recuperação da saúde. É importante porque, pela exemplo do que nós estamos fazendo, trate de assegurar o interesse da população. Tanto é assim que aqui na Câmara Legislativa há o interesse de mercado no qual tramite uma moção que tem sido votado nesta Casa, nesses primeiros meses, precisa de não ser tão reconhecido, refere-se a medidas para beneficiar a população. Digo a V.Exa., que é representante do povo de Brasília e também da Igreja Católica nesta Câmara Legislativa que esperamos que todos os Parlamentares desta Câmara no sentido de que façam um esforço para que o Governador Agnelo efetue essas nomeações até o dia 22.

DEPUTADO EVANDRO GARLA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO EVANDRO GARLA (PRB. Sem revisão do orador.) – É muito importante essa colocação de V.Exa., porque fazer um novo concurso público para a Defensoria Pública é um custo excessivo para o Estado. Na verdade, do que necessitamos é que o Estado se organize para convocar esses 46 concursados aprovados, para que possam fazer a defesa dessa gente que precisa de apoio e para que a Constituição brasileira seja cumprida. Também é importante frisar que o Governo, como V.Exa. bem disse, tem tido essa preocupação de moralizar a área de concursos públicos. Prova disso é que já está quase pronto o novo projeto de lei dos concursos públicos, que tem sido acompanhado por mim e que, durante algum tempo, foi muito acompanhado pelo Deputado Chico Leite. Esse projeto, por exemplo, acaba com o cadastro reserva, que é uma vergonha. Na verdade, o cadastro reserva serve para alimentar a indústria do concurso público e as empresas que fazem as provas. Então, eu creio que nós vamos ter muitos avanços no setor de concurso público aqui em Brasília e vamos ser referência nacional. Quando esse projeto chegar a esta Casa, que o aproveemos com rapidez, para que outros concursados, que sofrem tanto para passar em um concurso público, não passem por essa via-crúcis pela qual nossos amigos têm passado.

Muito obrigado.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Agradeço o aparte a V.Exa., Deputado Evandro Garla, que é a força jovem da educação nesta Casa, em conjunto com a Deputada Rejane Pitanga. Todos nós, de uma forma ou de outra, somos professores, sejamos provisionados, sejamos preparados ou diplomados, como é o caso de V.Exa. É muito importante esta Casa fazer esse atendimento. Acho que a população de Brasília e seus eleitores estão felizes com a atuação parlamentar de V.Exa. E os defensores públicos e a população vão agradecer muito a esta Câmara Legislativa e ao Governador Agnelo quando for assinada a nomeação de todos eles.

DEPUTADO EVANDRO GARLA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO EVANDRO GARLA (PRB. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, parabéns V.Exa. pela iniciativa. Sabemos a importância que tem a Defensoria Pública. Como bem disse o próprio Presidente, Deputado Dr. Michel, 46 defensores são poucos para a demanda do Distrito Federal. Digo isso porque eu já necessitei utilizar os serviços da Defensoria Pública. Foi várias vezes, de madrugada, à Defensoria Pública para resolver os problemas de UTI. No início deste ano e no fim do ano passado, também tivemos grandes problemas em relação às UTIs do Distrito Federal. Para que os hospitais particulares aceitem os pacientes, é necessário que a Defensoria Pública vá ao hospital e faça um laudo. Então, o bom atendimento e a boa qualidade do serviço da Defensoria Pública, a paciência que os defensores públicos têm... Quando a família chega, já vem desesperada, angustiada. Nós sabemos o quanto são necessários os servidores da Defensoria Pública.

Estamos, sim, de acordo e prontos para assinar essa moção. Sabemos que 46 são os que estão aí hoje, mas é preciso muito mais.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Agradeço o aparte do Deputado Evandro Garla. Sua fala é muito importante, porque S.Exa. faz um trabalho muito grande na base das pessoas mais carentes. Esse esforço do Deputado Evandro Garla em reforçar esse exército que considero um exército do bem, que são os defensores públicos, essa contribuição é muito importante.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, eu gostaria de registrar, em primeiro lugar, meus cumprimentos a V.Exa.

Antes de ontem, alguns Parlamentares também se posicionaram sobre essa matéria. Nós já reportamos ao Secretário de Governo, ao Secretário de Administração e ao próprio Governador a importância da chamada, da convocação dos 46 defensores públicos concursados. É desnecessário e até redundante dizer, pois a sua colocação é bastante oportuna.

Quanto ao papel do defensor público, nós tivemos a oportunidade de assistir à atuação, de ver a sua relevância diante de

problemas que a sociedade vive. Hoje o debate foi sobre a questão do tratamento das pessoas portadoras da hemofilia, e uma das pessoas que fez a defesa foi um defensor público. Portanto, essa é uma carreira da maior importância, assim como é o Ministério Público. Do ponto de vista da democratização de uma sociedade, a Defensoria Pública também é, proporcionalmente, extremamente relevante na capilaridade de acesso ao direito para que o cidadão tenha a defesa daquilo que lhe foi retirado.

Portanto, cumprimento V.Exa. e aqueles que estão lutando para ver a convocação dos seus nomes na efetivação junto à Defensoria Pública depois de terem passado por um longo processo de preparação e de concurso público.

São essas as minhas considerações, deixando o registro dos meus cumprimentos a V.Exa. e aos que estão lutando por esse direito.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Agradeço o aparte do nosso Líder de Governo, Deputado Wasny de Roure.

Deputado Wasny de Roure, sabemos da importância e do peso político que V.Exa. tem no sentido de levar ao Governador Agnelo essa reivindicação tão importante. Sabemos da experiência de V.Exa., que foi Deputado Distrital, que foi Deputado Federal, que é um homem extremamente respeitoso e competente, e que tem dirigido essa liderança de Governo com a maior eficiência e eficácia possíveis. Portanto, é motivo de alegria para todos nós o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Agaciel Maia, quero parabenizar V.Exa. por essa demanda e dizer que essa necessidade dos defensores públicos... Eu, que moro lá no Recanto das Emas, sei o tanto que a população fica feliz quando tem acesso a um advogado. Muitas vezes, a pessoa se sente cidadã só por ser recebida por um defensor público. Muitas vezes, ela nem consegue o seu objetivo, a sua defesa, mas ela se sente amparada por esses servidores.

O concursado é importante. Eu sou funcionário concursado, e V.Exa. também. Nós somos Governo, mas os políticos estão Governo. De 4 em 4 anos, eles vão para o paredão. Se não passarem, rodam, mas nós concursados continuamos. Somos a história.

A Defensoria Pública hoje tem um status bom, muito bom. Atende a população com um serviço muito bom, de qualidade. Então, é preciso que chamem esses profissionais, é preciso que se façam novos concursos, porque hoje há vários órgãos do Governo do Distrito Federal parados, porque só havia cargos comissionados. Demitiram todo mundo e não contrataram ainda as pessoas. Não se consegue um alvará de funcionamento em administração, não se consegue muita coisa. Então, é preciso, sim, que se nomeie concursado.

Em nome dos Parlamentares, eu queria dizer a vocês, mesmo os que não são concursados, que podem contar com esta Casa. O que se puder fazer... O Agnelo também é concursado, médico da rede. Eu acho que é preciso ter bom senso. Estou vendo ali na faixa que no dia 22 expira o prazo. O Deputado Wasny de Roure, Líder do Governo, já se pronunciou aqui. Acho que podemos chegar ao Governador e pedir. Se houver novo prazo, pediremos para prorrogá-lo e, o mais breve possível, convocar esses concursados, que efetivamente tratarão o cidadão humilde como ele merece: com respeito, com dignidade e com atenção.

Obrigado.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Agradeço o aparte de V.Exa., Deputado Rôney Nemer. V.Exa. é um Deputado que tem contato permanente com a população mais carente, é um Deputado muito admirado no Recanto das Emas. Eu digo admirado para não dizer que chega quase à idolatria. Eu, que fiz campanha no Recanto das Emas, sei como V.Exa. é admirado pelo trabalho social que desenvolve lá.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO – Deputado Agaciel Maia, esse tema é um tema de muita importância, mas o mais importante é que, quando a pessoa passa num concurso público, entende que, daí a alguns dias, vai começar o seu trabalho. Há 72 horas, essas pessoas estão aqui nesta Casa conversando com cada Deputado e pedindo para conversarem com o Governador para serem nomeadas. Nós entendemos que, daqui a 3 dias, se elas não forem contratadas,

a esperança dessas pessoas, que querem construir família, que querem casar, que querem olhar para o futuro, começará a diminuir. Então, nós temos que fazer um esforço muito grande, não para prorrogar a data do concurso, mas, sim, para se contratarem, daqui a 72 horas, todas essas 46 pessoas.

Então, esta Casa, este Parlamento está, sim, fazendo justiça, porque a nossa função é representar a comunidade. Essas 46 famílias que estão aqui só têm um lugar para estar: aqui no Parlamento, que representa o povo. V.Exa. trouxe para cá um tema de suma importância. Meus parabéns.

Eu espero que, na próxima terça-feira, estejamos aqui comemorando mais uma vitória desta Casa com as nomeações dessas 46 pessoas.

Muito obrigado.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Agradeço o aparte de V.Exa., Deputado Olair Francisco. V.Exa. também é um homem do povo, é um vencedor, um homem humilde. V.Exa. veio para cá lutar e hoje é um empresário bem sucedido e um político competente e eficiente. O apoio de V.Exa. a esse pleito é muito importante, mas eu costumo dizer que a vitória não é da Câmara, não é do Governador Agnelo. A vitória pela nomeação dos defensores públicos é da população de Brasília.

Nós estamos aqui exatamente para isso, para defender os interesses da população. Portanto, é muito importante a participação do Poder Legislativo, mesmo tendo, como foi dito pelo Deputado Wasny de Roure... O Deputado Chico Vigilante é um defensor dos concursos públicos. A maioria das reivindicações vem aqui, e S.Exa., sempre alerta, diz: "Não, nós estamos combatendo, estamos fazendo as nomeações, não estamos terceirizando o Estado, estamos substituindo os terceirizados por servidores concursados".

É muito importante que essas pessoas mais próximas do Governador Agnelo façam S.Exa. compreender que a nomeação desses 46 defensores públicos resulta no atendimento de 100 mil pessoas carentes em Brasília por ano. Então, a vitória é da população.

Portanto, não é para ser atribuído nenhum mérito à Câmara Legislativa por fazer um encaminhamento que é obrigação dela.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Deputado, quero parabenizar V.Exa. por ter trazido esse tema para o plenário. Nós, ontem, tivemos a oportunidade de ouvir os defensores públicos. Temos esse chamamento, que é emergencial porque só temos mais 2 dias para fazê-lo.

Tenho certeza de que o Governo do Distrito Federal haverá de ter essa sensibilidade. Como disse V.Exa., é uma demanda que vem do povo. Sabemos da dificuldade das pessoas que não têm poder aquisitivo – até mesmo as pessoas de classe média hoje – para pagar um advogado e que precisam da Defensoria Pública. Como bem lembrou o Deputado Wasny de Roure, hoje um defensor público falou aqui sobre questões de saúde, principalmente da hemofilia. Ontem, tivemos testemunhos da Defensoria Pública de que o atendimento à mulher tem dificuldade, falta pessoal. Então, realmente, nós queremos que essa chamada seja feita. São poucos profissionais, 46. Espero que o Governo do Distrito Federal dê esse presente a todo o povo do Distrito Federal.

Aproveito também para fazer uma chamada especial com relação a 2 outras categorias. Uma delas são os técnicos de reintegração social, porque nós temos toda uma proposta de atendimento especial no CAJE com 4 unidades, temos o CESAME e temos também mais cento e poucos profissionais só no banco de reserva, e há uma demanda pelos serviços desses profissionais. O Governo também poderia aproveitar e fazer essa convocação.

Volto a uma situação que eu acho que tem de ser prioritária em todos os governos, que é a educação. Foram chamados 1.500 professores. Quero louvar a iniciativa da Secretária de Educação por conta disso. Depois, por uma questão técnica, por não estar previsto na LDO, apenas 400 foram chamados. O Governo fez essa correção para os profissionais de saúde. Então, que se faça essa correção também para os profissionais de educação. Temos várias escolas sem professores ainda. Houve uma reportagem nesta semana sobre professores temporários que ficaram sem receber. Nós tivemos a informação de que 90% dos professores de uma escola são professores temporários. Os professores temporários ganham menos do que professores efetivos.

Então, vamos corrigir todas essas distorções. Eu acho que o Governo daria um grande passe se, nesta semana, pudesse resolver pelo menos essas 3, de tantas outras que existem: os agentes de reintegração social, os defensores públicos e os professores que foram desconvocados.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Agradeço o aparte da Deputada Eliana Pedrosa. V.Exa., que é dinâmica, combatível e competente na sua atuação no dia a dia aqui da Câmara, também foi responsável por uma área social e, então, conhece muito bem a realidade da população mais carente de Brasília. Eu agradeço o apoio de V.Exa. ao pleito dos defensores públicos.

Sr. Presidente, eu quero agradecer a V.Exa. pela tolerância com meu pronunciamento. Aguardo essa moção, que está sendo redigida pelos defensores públicos, chegar ao plenário para que todos nós possamos assiná-la.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – V.Exa. trouxe à baila um problema a que todos nós estamos afetos. V.Exa. está de parabéns pelo problema que trouxe. Tenho certeza de que essa moção será assinada por todos os Deputados e encaminhada ao Governador para que ele também tome as providências necessárias para contratar esses 46 defensores que são essenciais para a manutenção da justiça em nossa Capital.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (Bloco PT/PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero na tarde de hoje voltar a um assunto que já abordei nesta Casa e que, do meu ponto de vista, é caso de polícia. Trata-se da comercialização de combustíveis no Distrito Federal.

Nós assistimos, Deputado Dr. Michel, nos últimos dias, a 3 aumentos de preços consecutivos, e não há, Deputado Raad Massouh, nenhuma justificativa para esse aumento no preço dos combustíveis no Distrito Federal, senão a falta de vergonha na cara dos detentores do monopólio — porque não dizer do cartel — dos combustíveis no Distrito Federal. Estão alegando que é a história do aumento do álcool. Eu pergunto: gás de cozinha, Deputado Benício Tavares, contém álcool? Não contém, mas aumentaram também. Passou de R\$ 35,00 para R\$ 45,00.

Eu conversei com o Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Dr. Daniel, pedi por telefone e farei oficialmente por escrito um pedido para que ele determine que a Delegacia de Defesa do Consumidor investigue essa prática nociva à economia e à sociedade do Distrito Federal. Eu estou enviando também ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, que precisa agir. A Polícia Federal precisa investigar essa situação aqui do Distrito Federal. Entrarei com uma representação, mais uma vez, também no Ministério Público do Distrito Federal.

Eu quero pedir o apoio dos meus pares, das Deputadas e Deputados, para que possamos aprovar o nosso projeto que está tramitando nesta Casa e que, do meu ponto de vista, vai quebrar o monopólio e o cartel dos combustíveis, que é a autorização para que os supermercados possam colocar postos de gasolina em seus pátios. Nós sabemos que pelo menos 2 estabelecimentos já possuem esses postos construídos. Portanto, só falta a autorização para que funcionem.

Infelizmente, esta Casa deu uma bela contribuição para a formação do cartel dos combustíveis no Distrito Federal, quando aprovou uma lei que dizia que os supermercados não poderiam ter postos de gasolina. Eu pergunto: por que não podem? Goiânia, Juiz de Fora, Belo Horizonte, São Paulo têm. Em todo canto se derrubou o preço quando os supermercados construíram os seus postos nos pátios. Portanto, nós precisamos disso aqui também.

Não adianta o Presidente do Sindicato dos Postos de Gasolina ir à televisão, aos jornais e dizer que a culpa é dos usineiros. E nós, os desprotegidos desta cidade, ficamos à mercê desse sistema? Existem hoje determinadas pessoas, famílias que estão gastando até um terço do que ganham com locomoção, ou seja, com gasolina para colocar nos carros, porque nós temos um dos piores sistemas de transporte público do Brasil, um sistema caro. Só para se ter uma ideia, a passagem do metrô, que é um sistema um pouco melhor, custa R\$ 5,00 (cinco reais). É esse o valor da passagem do metrô. O passageiro paga R\$ 2,00 (dois reais), mas o Estado completa. Há um subsídio pesado para que ele possa rodar no Distrito Federal. Eu fico indignado com essa situação de caos, com essa situação de desrespeito, com essa situação em que não há sequer uma competição.

Eu vejo aqui o Deputado Olair Francisco, que tem lojas que vendem calçados. Só que no caso da venda de calçados há competição. Quando passamos nas lojas Polyelle, vemos um preço, enquanto na Agittus é outro, e outras lojas também praticam outros preços. Já nos postos de combustíveis eles sempre vendem pelo mesmo preço. Em qualquer posto, os combustíveis estão com o mesmo preço. E não adianta dizer que é porque os terrenos são caros. A maioria dos postos aqui no Plano Piloto foi construída quando os terrenos eram doados de graça. Portanto, eles receberam esses terrenos gratuitamente.

Sr. Presidente, ainda temos um agravante no caso da Gasol, porque ela compra o combustível da Petrobras 13 centavos mais barato. Ela ainda tem um implemento de 13 centavos na compra feita da distribuidora da Petrobras. Portanto, é realmente uma situação gravíssima e precisamos ser tomadas providências.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (PP. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, eu agradeço a V.Exa. por esta oportunidade, mas quero esclarecer que deve haver um equívoco. Ao se colocar o posto de gasolina dentro do supermercado, ou da rede, deve-se ter cuidado, pois eles poderão se apropriar do crédito de ICMS da gasolina na contabilidade — os outros postos não se apropriam do crédito — para deixarem de pagar em outras mercadorias. É preciso que haja uma legislação específica de maneira que o posto do supermercado seja tratado em pé de igualdade com os outros postos. Eu estudei esse assunto.

O crédito do ICMS dos combustíveis é de 25%, no caso da gasolina. Se ele se apropria de 25% na sua contabilidade, lança o crédito em seu livro contábil e deixa de recolher de outras mercadorias vendidas, aquele crédito irá beneficiá-lo e ele poderá, inclusive, vender abaixo do custo de compra, porque lucrará no crédito do ICMS. Portanto, é necessário que, se tal fato ocorrer, haja uma legislação de maneira que a contabilidade do posto não seja um item a mais vendido pelo supermercado, mas que seja independente da sua contabilidade, que seja um ponto final como os demais postos são. Eu entendo a sua preocupação. O que ocorre, nobre Deputado Chico Vigilante, é que hoje a fonte fornecedora, no caso a Petrobras, é um monopólio. Ela tem um preço único. Você não tem como comprar de um fornecedor, de um distribuidor, com preço diferente porque a fonte é somente uma. Os impostos são únicos. A energia da CEB é um monopólio. A CAESB, que fornece a água, também é um monopólio. Então é difícil um posto concorrer.

Para que essa especulação seja evitada, que é o que V.Exa. defende, é preciso que o Governo marque um percentual de lucro, permitindo o máximo do lucro pela nota fiscal de compra. Ai, sim, eu concordo com V.Exa., pois evitaremos a especulação que Brasília tem sofrido.

Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Agradeço o aparte do Deputado Benedito Domingos. Mas exatamente pensando nessa situação, Deputado, nós apresentamos aqui um projeto, ainda na época da CPI dos Combustíveis, separando a contabilidade. Quanto a isso, já está garantido.

O que existe no Distrito Federal é realmente a ação do monopólio e do cartel, porque nada justifica a gasolina em Goiânia custar R\$ 2,49 (dois reais e quarenta e nove centavos). Se sairmos de Brasília e formos a Alexânia, também encontraremos a gasolina mais barata. O meio de transporte utilizado para transportar esse combustível de São Paulo para esses lugares é o mesmo. Ele é feito por meio de dutos. E é o transporte mais barato que existe. O mesmo transporte que é feito para Goiânia é feito também para o Distrito Federal. Portanto, nada justifica a diferença de preço, a não ser a ganância.

Realmente, a praça do Distrito Federal é a mais lucrativa do Brasil. A galonagem aqui é a mais alta do Brasil. Nós temos aqui a mais alta galonagem do Brasil! O que temos aqui realmente é a ganância. O que temos aqui é a falta de honestidade. O que temos é falta de vergonha na cara dos proprietários dessa rede maldita que explora a população do Distrito Federal, população indefesa. Querem que as mães de família desta cidade voltem à era de cozinhar com gravetos? Temos a subida, de uma vez, de 10 reais no preço do gás de cozinha. Portanto, a Presidenta Dilma precisa tomar uma providência, precisa determinar que a Petrobras aja, já que essa

empresa montou uma distribuidora para tentar efetivamente controlar os preços. É preciso agir!

A verdade é que a população está indefesa, a verdade é que a população é vítima hoje de um cartel de tubarões que precisamos combater para que possamos ter o mínimo de tranquilidade no Distrito Federal. E há mais, Deputado Olair Francisco. Esse cartel atinge a todos: a dona de casa, o trabalhador, por mais humilde que seja, desde aquele que tem um carrinho velho, como um pedreiro que utiliza o seu carro para transportar instrumento de trabalho, até o maior empresário do Distrito Federal. Todos hoje são prejudicados por esse cartel. Devemos tomar providências para acabar com essa pouca vergonha que existe no Distrito Federal, a exploração da população por esse cartel, que lhe é tão nocivo.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra ao Deputado Olair Francisco.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (Bloco Avanço Democrático. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes, eu gostaria de ler um comunicado da Deputada Liliane Roriz:

"A Deputada Liliane Roriz está em compromisso externo, mas nos solicitou que reforçasse o convite para que todos os Parlamentares participem amanhã, às 10h, da audiência pública que tratará dos constantes apagões no Distrito Federal. O tema é importante e esperamos, ainda, contar com a presença de autoridades do Governo, que ainda não confirmaram presença. Por isso, a Deputada Liliane Roriz pede apoio ao Líder de Governo, Deputado Wasny de Roure, e ao Coordenador de Assuntos Parlamentares, Sr. Wilmar Lacerda, para que reforcem esse convite dentro dos órgãos públicos pertinentes ao tema".

Hoje, aqui nesta Casa, só se fala em tema relacionado à polícia, e este é mais um deles. Eu não sei se esse é de Polícia Federal, é de Polícia Civil ou do Exército Brasileiro, mas o tema é muito sério. A maioria dos Parlamentares deve ter recebido um e-mail do Sr. Bruno Gonçalves, que é do Corpo de Bombeiros. E o agravante é que a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, quando usam o transporte público, não pagam a passagem. É grave a denúncia desse e-mail, pois os policiais militares que usam a zebrinha aqui no Plano Piloto estão tendo de recolher as suas passagens. E nesta Casa chegou a hora: junto com nossa eficiente Mesa, de instalar a CPI do DFTrans. Nós aprovamos a instalação dessa CPI, com a maioria das assinaturas dos Parlamentares, há mais de 30 dias, mas ela ainda não foi instalada.

A gente lê aqui que esse cidadão – há vários trechos do e-mail, que vou passar à Mesa para que o leia como um todo – foi ao DFTrans, às empresas de ônibus, à Secretaria de Transporte e não obtém resposta. Há aqui em seus e-mails o nome, o endereço, o telefone da pessoa com quem ele falou. E nós estamos aqui de braços cruzados em relação a um tema tão importante, que é o do transporte público. Está aprovada a instalação da CPI e não começamos a trabalhar nesse tema.

Deputado Dr. Michel, espero que V.Exa., que preside a Casa neste momento, receba essas denúncias e, mais uma vez, anote em seu calendário de memória que estou fazendo publicamente um pedido de instalação da CPI do DFTrans para que enfrentemos essa questão do transporte público do Distrito Federal. Esse é o apelo que o nosso bloco, mais uma vez, vem fazer a V.Exa.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Deputado Olair Francisco, V.Exa. tem toda a razão. Pode ter certeza de que estamos atentos à situação. Assinamos o requerimento de instalação da CPI do DFTrans. V.Exa. pode ter certeza de que a proposição está tramitando por aí para que a CPI possa ser instalada o mais rápido possível. E não apenas a CPI do DFTrans, mas, como diz o meu amigo Deputado Chico Vigilante, as outras que precisam ser instaladas para que possamos passar Brasília a limpo. Não podemos coadunar com o que aconteceu no passado. É uma nova legislatura e temos de trabalhar com a alma e o corpo limpos.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (Bloco da Renovação Democrática Popular. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu deixarei que o Deputado Joe Valle use a palavra como Líder.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (Bloco da Renovação Democrática

Popular. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa-tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, companheiros, colegas. Mais uma vez é um prazer estar aqui.

Hoje realmente é um dia muito especial. Primeiro, eu gostaria de me congratular com todos os Parlamentares e dizer aos produtores rurais do Distrito Federal que finalmente amanheceu. O Governador Agnelo Queiroz, em uma atitude que vai entrar para a história, na tarde de ontem recomendou ao Conselho da Terracap, que hoje aprovou, a regularização das terras rurais do Distrito Federal. Aprovou, e aqui está o documento. Este é o documento, a carta de alforria dos produtores rurais do Distrito Federal. São 30 anos de luta. E o Governador Agnelo cumpriu com sua promessa. Os produtores rurais podem ter sua dignidade de volta, inclusive comprando as suas terras, desde que haja todo um processo de regularização.

Quero dizer que essa medida, corajosa por cumprir promessa de campanha, com 75 dias de Governo, traz benefícios em 3 campos fundamentais. Posso dizer que traz benefícios no campo ambiental. Até por força da lei, os produtores rurais, para cumprirem a lei, a forma legal, para serem regularizados, precisam ter em suas propriedades as reservas legais e as áreas de proteção permanente averbadas, coisa que até o momento, por causa da irregularidade, não havia em Brasília. E o produtor rural, que além de alimentos produz água, precisa estar legal e agora tem a capacidade e a possibilidade de estar.

O segundo eixo é o eixo social, pela segurança jurídica de que o produtor, podendo ser o dono e ocupante legítimo daquela gleba, vai ter a segurança de continuar produzindo e criar sua família naquele local. O que estava acontecendo, pela insegurança completa dos produtores, era que nenhum dos seus filhos queria continuar naquela vida difícil, complicada e arriscada, que é a produção de alimentos em todo o Brasil.

O terceiro eixo, tão importante quanto os outros, mas com apelo fundamental para a área rural do Distrito Federal, é o apelo econômico. Todos os anos, o Distrito Federal perdia 400 milhões de reais do Fundo Constitucional do Centro-Oeste, que eram destinados ao setor rural, por não ter a garantia que poderia ser dada para os empréstimos.

Então, vejamos, além da questão ambiental, fundamental, a questão social e finalmente a questão econômica, a renda para o trabalhador, a fim de que ele viva bem e com qualidade. Em um verdadeiro processo de homeostase, a área rural funciona como essa grande solução tampão contra o desequilíbrio das cidades.

O Governador Agnelo, então, coloca definitivamente o Distrito Federal no cenário da produção de alimentos do Brasil. Produtores que aqui estão, que vieram inclusive assentados, para garantir, Sr. Presidente, o abastecimento desta cidade 30 anos atrás, trazidos para que se pudesse ter comida na capital da República, estavam aí sem sua documentação e permaneciam lá, firmes, com suas terras como terras rurais.

Vem agora a nossa grande carta de alforria, e o Governador Agnelo está de parabéns. Quero aqui, neste momento, nesta tribuna, dizer que é assim que se faz: promete-se na campanha e se cumpre. É assim que a gente tem confiança nos nossos governantes. Então, 75 dias de Governo foram suficientes e necessários para que, juntamente com uma série de autoridades, com a Terracap, com a Secretaria de Agricultura, se fizesse possível esse trabalho.

Os produtores agora devem procurar a Secretaria de Agricultura para dar início à regularização dos seus processos e da sua vida rural, garantindo, assim, segurança, um trabalho ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente viável.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO JOE VALLE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Deputado, em primeiro lugar, quero parabenizá-lo. Quero parabenizar V.Exa. e também o nosso Governador. É uma luta de 30 anos. Temos visto, no decorrer do tempo, muitas decepções e agora, realmente, nasce uma esperança.

Eu queria só retratar a realidade da área rural de Ceilândia. Em Ceilândia, Taguatinga e Samambaia, no início, havia inúmeros produtores rurais. Hoje, na Feira do Produtor, que é uma parte da Ceasa, temos um número bastante reduzido. Por que isso? Justamente pela falta de condição e de documentação das terras, que foi dando a cada família o desalento, e cada uma, realmente, foi

deixando de fazer aquilo em que acreditava.

Infelizmente, com isso, paga todo o País, toda a humanidade, porque ninguém vive sem se alimentar. O maior prazer do homem é comer. E como se come se não há o produtor produzindo alimentos? V.Exa. aborda também a questão das águas, que é fundamental, que é o princípio da vida. Sabemos que sem água não haverá alimento nem haverá vida. Passamos a vida toda ouvindo uma premissa: "Quando cair a última gota ou quando sair da terra a última gota de água, nenhuma vida conseguirá persistir".

Parabéns a V.Exa. e parabéns também ao nosso Governador!

DEPUTADO JOE VALLE – Agradeço o aparte da Deputada Luzia de Paula. Quero lhe dizer, pela sua sensibilidade – sei do seu convívio, do seu trabalho, da sua luta em Ceilândia, da sua consciência ecológica, do seu trabalho na área rural –, o seguinte: hoje, o Governador Agnelo constituiu um marco legal contra a grilagem no Distrito Federal. A forma de não existirem fantasmas é tirar a escuridão e colocar a luz, para que todos possam viver felizes.

Muito obrigado.

DEPUTADO RAAD MASSOUH – Permite-me V.Exa um aparte?

DEPUTADO JOE VALLE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, eu gostaria de parabenizar V.Exa. e o nosso Governador por essa atitude, porque eu, particularmente, há mais de 20 anos, luto nesse mesmo sentido. Isso é do conhecimento de V.Exa. Fico muito feliz em saber que realmente já está dado o desfecho que todos queriam, mas eu também queria contar com o apoio de V.Exa., porque, na verdade, não foram contemplados todos do Distrito Federal, foram contemplados aqueles que têm a área de arrendamento da Terracap. Acho que o trabalho deve continuar no sentido de que todos que têm área da União, mas dentro da circunferência do Distrito Federal, próxima, devem ter também uma solução para o seu problema.

Então, eu gostaria que esse trabalho não parasse e também de contar com o apoio de V.Exa., para que continuemos realizando esse trabalho e contemplando a todos da área rural. Hoje, em Brasília, V.Exa. sabe que temos chácaras que são da União a 20 metros de terrenos da Terracap. E, se se pulam 2, 3 chácaras, elas voltam a ser da União. Então, temos que realmente desvendar todo esse imbróglio.

DEPUTADO JOE VALLE – Agradeço o aparte do Deputado Raad Massouh. Sei que V.Exa. é um lutador. Estamos sempre juntos, nós nos encontramos no espaço rural. Sei da sua luta, junto conosco, nesse processo. Mas quero dizer a V.Exa. que houve a sensibilidade do Presidente Lula nessa empreitada e que a lei que ele assinou e sancionou, em 2009, prevê a regularização de toda a área rural do Distrito Federal. E, logicamente, agora, o primeiro momento é este, que tem a mão do Governo. Mas o Governo já se comprometeu – a Terracap, com todo o seu conhecimento, a Secretaria de Agricultura e toda a máquina pública, que é séria – para que possamos realmente fazer este marco legal contra a grilagem, de regularizar toda a terra rural, mantendo-a como destinação de produção de alimentos e produção de água para a nossa população.

Muito obrigado, Deputado Raad Massouh.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Esta Presidência gostaria de cumprimentar os concursandos, técnicos em enfermagem e defensores públicos, que se encontram na galeria. Sejam todos bem-vindos e saibam que nós, Parlamentares, como já foi bem dito pelo nosso Deputado Agaciel Maia, estamos sensíveis à causa de vocês e vamos trabalhar juntos para que vocês possam ser contratados. Sejam bem-vindos! Boa-tarde a todos!

Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes.

DEPUTADO AYLTON GOMES (Bloco PR/PP/PTB/PSDB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres pares, imprensa, galeria, início a minha fala parabenizando o Deputado Olair Francisco por trazer um tema de relevância, um tema com o qual já lutamos há muito tempo. Acho que já passou da hora de os bombeiros e os policiais militares terem o seu vale-transporte, terem o seu direito de ir e vir pago no contracheque ou de qualquer outra forma que não seja a atual. Essa situação está tão abusiva a ponto de o motorista do ônibus mandar um profissional dessa grandeza descer ou pagar a sua passagem. Isso é muito ruim.

Tenho certeza de que esta Casa não vai se furtar de resolver essa questão. Juntos, em um trabalho com o Governador, resolveremos isso logo, para que essas duas categorias de relevância

tenham o seu espaço.

Sr. Presidente, também quero trazer uma situação que está acontecendo – acredito – em Brasília. Vou falar sobre isto com muito carinho, aproveitando a presença do Líder do PT, de todos os Líderes de bloco e dos nossos queridos Deputados: como administrador que fui, sofri muito com aquela área. Planaltina não tem uma área de desenvolvimento econômico, não tem um Pró-DF ainda. Tenho certeza de que o Governador se sensibilizará e irá contemplar aquela cidade.

A nossa querida Agefis, que faz um excelente trabalho, temos que parabenizá-la. Eu gostaria de fazer um apelo a essa instituição: que não mexesse com os empresários daquela cidade, da área de materiais de construção e de tantas outras áreas, que não têm outro espaço para desenvolver suas atividades. A cada dia é uma multa; a cada dia é uma ação em cima deles, de forma que esses empresários que geram empregos, geram renda, geram divisas para aquela cidade estão acuados.

Eu acredito na lei, principalmente no direito positivista, e é preciso aplicá-la, mas a lei tem que ser humana de vez em quando. Deputado Chico Vigilante: falamos tanto de humanismo nesta Casa, bem como de lealdade, de cumprimento dos espaços, mas na hora de se aplicar uma lei temos que ver quantas famílias estão sendo prejudicadas, a que preço estão sendo prejudicadas. Por que uma ação dessas se ela não está trazendo demanda?

Vou procurar o administrador da cidade. Tenho certeza de que ele é um homem sensível, um homem de coração. Eu conheço aquela autoridade, é um homem do bem, e tenho certeza de que ele vai impetrar uma ação junto a esta Casa para juntos, lá na Agefis, fazermos com que esses profissionais, que são humanos também, tenham a sensibilidade de saber que não é multando, não é acuando um empresário que gera emprego e gera divisa que vão mostrar o seu talento, que vão mostrar o seu trabalho.

Então, enquanto eu for defensor daquela cidade, enquanto morador de Planaltina, eu repudio ações dessa natureza porque não vejo eficácia na questão da legalidade. Eu acredito que a legalidade, sim, tem que existir, e vou defender sempre, mas a partir do momento em que o Estado oferecer um espaço adequado e decente para esse profissional colocar o seu comércio, para esse profissional ter uma área de movimento econômico, para esse profissional ter o direito ao seu Pró-DF, enfim, ter um incentivo do Governo... Enquanto isso, ele está gerando emprego, gerando divisa e, ao mesmo tempo, está sendo acuado e atacado por um órgão do Governo – que é o que me espanta – que não deixa esse cidadão trabalhar. Então, essa voz não vai se calar enquanto eu não vir naquela cidade liberdade para que os seus profissionais possam trabalhar.

Estou vendo aqui um amigo que é empresário daquela cidade, um fotógrafo, que tem um trabalho importante e sabe o quanto é difícil gerar emprego, o quanto é difícil manter seu negócio naquela cidade. Então, não há como conceber, na altura do campeonato, Deputada Luzia de Paula – V.Exa. que defende tão bem a classe minoritária, a classe que necessita –, que isso esteja acontecendo. Eu já ouvi inúmeras vezes o nobre Deputado Benedito Domingos, que já foi administrador de Taguatinga, que sofreu de forma absurda. Eu acredito que com uma conversa, uma ação, um consenso, a coisa tem que acontecer. Não dá para aceitar mais empresários, pessoas querendo sustentar o seu negócio, numa cidade que não é fácil, sendo combatidos todo dia, combatidos com os preços abusivos dessas multas que chegam ao mínimo de 5 mil reais. É muito ruim.

Então, quero deixar aqui a minha angústia, quero deixar aqui a minha revolta com ações desse tipo, Deputado Joe Valle, porque acredito que não são ações dessa natureza que vão dizer que está se legalizando uma comunidade. Eu não acredito que seja esse o caminho. A partir do momento em que dermos espaços e oferecermos condições, aí sim, pode-se cobrar. Até o momento em que não for dada condição a esse cidadão, é muito ruim a cobrança no nível que está ocorrendo naquela cidade.

Eu não tenho dúvida de que a administração vai, no poder que tem, no coração que tem, na grandeza que tem, tomar a atitude severa nessa direção.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Parabenizo V.Exa. pelas suas palavras e coadunamos com sua ideia.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário. (Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 60, de

01/04/2011, juntamente com a ata sucinta da 19ª Sessão Ordinária.)

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa-tarde a todos. Eu só queria fazer uma ligeira ressalva sobre aquele velho assunto que já falamos tanto: o 14º e o 15º salários desta Casa.

Quero dizer que fico muito feliz porque na primeira iniciativa, apesar de não ter conseguido trazer a discussão ao plenário, nós obtivemos somente 8 ou 9 assinaturas que aprovavam a ideia; e hoje temos 17 Parlamentares que já declararam que apoiariam a ideia.

Então, eu gostaria de pedir aqui a compreensão de cada um de V.Exas., para que nós viéssemos a falar sobre esse assunto o mais rápido possível.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PMN. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nesta tarde eu queria fazer um pronunciamento que eu acredito precisava ter sido feito no primeiro dia de plenário. Eu não o fiz, até pela lógica, pois já havia atividades políticas a serem feitas.

Eu quero relembrar aqui a minha história política. As pessoas me conhecem em Brasília de 10 anos para cá, mas eu venho de uma família política. Eu sou filha de uma mulher que lutou muito pela questão de gêneros em Goiás: a Secretária de Estado da Condição Feminina, a única Secretária que houve àquela época, a primeira Secretária que houve. A nossa casa era abrigo de mulheres vítimas de violência. Eu acompanhei com a minha mãe a fundação de 160 diretórios partidários e 40 diretórios provisórios em todo o Estado de Goiás. Eu faço política porque gosto, porque amo. A minha mãe era uma mulher que não andava de carro oficial e nos ensinou a ter moral, nos ensinou a ser corretas. Eu acredito que isso é a coisa mais importante na vida de um Parlamentar. Eu tenho 10 anos de vida pública nesta cidade. Na vida pública, a pessoa não precisa mais do que 1 ano para se enriquecer ilicitamente se quiser. Não precisa mais do que 6 meses. Há pessoas que passam 2 meses e deixam rombos.

Então, eu tenho que, nesta tarde, fazer um retrocesso da minha história política. Morei em Uberaba, onde comecei a fazer faculdade. Trabalhei com equoterapia. Sempre trabalhei em movimentos sociais. Fundamos uma equoterapia lá. Quando nós saímos de Uberaba, nós tínhamos 250 alunos voluntários, que não pagavam 1 centavo. Vim para Brasília e moro aqui há mais de 10 anos. Comecei a militar nas questões de juventude. Participei, juntamente com outras ONGs aqui de Brasília de protagonismo jovem, da criação da Secretaria Nacional de Juventude — iniciativa do Presidente Lula —, do Conselho Nacional de Juventude. Batalhamos muito, muito! Muito se fala em jovem, mas agora que as políticas estão sendo instaladas. O jovem no Brasil ainda não tem as mesmas oportunidades.

Então, em 2005, fui convidada para ser Secretária de Estado da Juventude. Peguei uma secretaria que não tinha 1 centavo! Botei o projeto da secretaria debaixo do braço. Já tinha passado o prazo para emendas. Bati à porta de vários Deputados aqui — inclusive a Deputada Eliana Pedrosa era Deputada à época — para pedir orçamento para uma secretaria recém-criada. Não consegui muita coisa. Não consegui quase nada. Administrei uma secretaria sem recurso, atendi 100 mil jovens, deixei 4 projetos instalados! Fiz uma excelente gestão para quem não tinha dinheiro. E ainda deixei dinheiro para o Arruda, que não foi gasto.

E fui convidada, sim, pela Deputada Jaqueline Roriz para ser chefe de gabinete dela depois da secretaria. Seria uma covardia muito grande agora não relembrar o passado. Eu sou uma mulher que tem orgulho de andar de cabeça erguida. Não tenho vergonha de nada do meu passado. Cada um de nós tem que responder pelos atos que fez.

Eu era uma chefe de gabinete que cuidava de toda a parte política da Jaquelinê. Muitas vezes o Deputado Milton Barbosa brincava comigo, me chamando de Deputada. Porque o que vocês me vêem fazer aqui hoje eu fazia com muito carinho para a Deputada Jaqueline Roriz. E fiz muito bem feito. A minha eleição é fruto do meu trabalho. Fiz uma campanha difícil, muito difícil. Uma campanha na qual se esperava um apoio que não veio. Eu tive apoio de tudo, menos do meu grupo político. Por muito menos, vários companheiros

que participaram com a gente na eleição não caminharam com a Dona Weslian no segundo turno, e eu caminhei até o final. Porque eu posso levar nome de qualquer coisa nesta vida, mas de traidora eu não levo.

As dificuldades, nós sabíamos que tínhamos naquela campanha — eu, já eleita, passei dificuldades. Tive dificuldades com a Deputada Liliane Roriz, várias. Nós não tivemos uma campanha de amigas, tivemos uma campanha de rivais, mas política nós fazemos de acertos e conversas. Em um primeiro momento — a Deputada Eliana Pedrosa e o Deputado Olair Francisco sabem —, nem no mesmo bloco político eu gostaria de estar. Talvez, por todas as mágoas por que eu passei na campanha, o meu maior sinal seria ir para a base de apoio ao Agnelo, como muitos outros fizeram, mas eu não o fiz. Porque tenho compromisso não é com o meu grupo político, mas com as 7.771 pessoas que votaram em mim, que votaram comigo em uma coligação.

Estou na Oposição, sim, desde o meu primeiro dia de mandato, desde o primeiro dia em que o Deputado Chico Vigilante fez uma arguição dentro da sala: “Nós temos que definir quem é Base e quem é Oposição”, não foi Deputado? Eu falei que era Oposição porque eu tenho compromisso com a minha base. Já tive convite, sim, para compor a base do Agnelo, nunca aceitei.

Não vou me omitir de falar sobre tudo o que está acontecendo aqui no Distrito Federal, mas não vou julgar. Até porque o julgamento nunca esteve tão rápido, a Justiça nunca andou tão rápida. Nós somos adultos, eu sou uma mulher adulta, ainda iniciante na vida parlamentar, dando os primeiros passos, aprendendo com Deputados mais experientes, perdendo, às vezes, debates em plenário, ganhando alguns, mas nesta tarde eu queria deixar claro para a imprensa que eu, Deputada Celina Leão, nunca peguei 1 centavo da mão de Durval Barbosa. Sabei disso na mídia — eu não sei se é porque eu sou da Oposição, não sei qual foi o motivo —, mas não tenho medo de falar. Não tenho medo de falar! Eu sou responsável, sim, pelos meus atos, cada um deles, mas sou mulher suficiente para, se houvesse feito também, falar, ou no mínimo ficar calada, para esperar que se divulgue tudo de uma vez só.

Nesta tarde de hoje, venho falar sobre essas coisas, colocar algumas questões importantes. Nosso gabinete, graças a Deus, não para o trabalho nunca. Hoje eu recebi, antes de vir para cá, um grupo da saúde que estava querendo saber sobre o restante das nomeações. Vamos fazer uma audiência pública aqui na Casa também. Muito obrigada, pessoal. Nós já tivemos algumas nomeações em algumas áreas, acredito que vamos ter um cronograma das outras nomeações. Para não fugir do tema, eu queria, nesta tarde de hoje, deixar registradas todas essas palavras que falei, todas essas palavras.

A Deputada Jaqueline Roriz está sendo julgada. Ela tem 2 julgamentos: um jurídico e um político. Ela vai ser julgada. Nós temos de lembrar que várias dessas pessoas que estão sendo citadas na Caixa de Pandora, várias delas têm família, têm filhos. Nós temos, sim, Deputado Chico Vigilante, que mudar o tipo de financiamento de campanhas, porque o da Deputada Jaqueline Roriz está gravado, e o dos outros que não está gravado? Enquanto não mudarmos o financiamento de campanha público, legal, transparente, vai continuar acontecendo dessa forma, ilícito. E é desse debate que temos que participar.

Parece que a cidade parou! Envolve-se nome desde Deputado distrital até o do Governador. Eu não acredito que cidade alguma dê conta de produzir politicamente em cima de um clima desses. O meu coração está triste, sim. Nós vamos ter, sim, um novo momento político em Brasília, porque não existe só situação, não existe vácuo em política, as coisas vão acontecer, novos blocos políticos vão acontecer, novas oposições vão surgir — que não seja eu, mas outras vão surgir.

Nesta tarde de hoje, eu queria trazer essas informações para os nobres Parlamentares, para conhecerem um pouquinho da minha história. Eu não tenho o que esconder, eu não tenho que mentir. Eu não tenho que mentir! Eu posso, sim, andar de cabeça erguida! E eu gostaria de pedir que esta Casa se dedicasse aos trabalhos que temos de fazer — que são muitos, que são vários —, até porque Brasília não aguenta isso mais. Nós Parlamentares não aguentamos isso mais. Nós temos que produzir, para isso que fomos eleitos.

Eu queria, antes de encerrar minhas palavras, dizer o seguinte: a minha eleição foi um milagre. Durante a minha campanha inteira, nos momentos mais difíceis da minha campanha — porque,

quando você tem um adversário que você sabe que é seu adversário, é fácil; o duro é o fogo amigo, é muito difícil —, Deus sempre mandou alguém vir falar comigo, me trouxe um recado. Algumas coisas, sempre, sobrenaturais aconteceram na minha campanha! Se eu estou aqui hoje... É um milagre de Deus eu estar nesta Casa. Muitas pessoas, muitas, não acreditavam na nossa vitória; muitas pessoas não queriam a nossa vitória. Mas eu estou aqui. Estou aqui debaixo da mão desse grande Deus que me colocou nesta Casa; estou aqui fazendo o meu papel; estou aqui tentando construir mais amigos do que inimigos, com dificuldades, porque muitas vezes somos mal-interpretados quando estamos no nosso papel. Mas eu quero poder sair desta Casa, independente de continuar a vida política ou não, de ser candidata ou não, tendo respeito e passando, vivendo esse milagre de Deus da forma como Deus quer que eu viva, atendendo as pessoas com humildade, com trabalho, com seriedade e com transparência. Eu sei que é para isso que Deus me colocou neste lugar.

Muito obrigada.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO — Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) — Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO OLAIR FRANCISCO (PTdoB. Sem revisão do orador.) — Deputada Celina Leão, eu queria dizer algumas palavras em relação ao pronunciamento de V.Exa. Não é fato, não estou aqui para falar de Caixa de Pandora, primeiro que não sou juiz, o povo me concedeu a liberdade de representá-lo. Mas eu entendo que na vida pública a situação é muito difícil. E eu falo aqui para trazer um apoio a V.Exa., um apoio de amigo.

Eu sei as dificuldades por que V.Exa. passou na pré-campanha, na campanha; sei as dificuldades que V.Exa. enfrentou; sei o que passamos depois de sermos eleitos; sei a construção que fizemos para fazer o nosso bloco político. E V.Exa. não tem que ter vergonha disso.

Qualquer um desses senhores, dessas senhoras que estão aqui hoje poderia estar gravado com o senhor Durval, porque, antigamente, antes de tudo isso, ele era, sim, uma autoridade na cidade, e qualquer um de nós aqui poderia ir visitá-lo como autoridade. Agora, os fatos que várias pessoas fizeram que é errado. E aí nem eu como cidadão, nem V.Exa., nenhum de nós aqui pode entender que é correto, mas não estamos aqui para fazer o julgamento. O nosso julgamento aqui é outro.

Então, eu entendo que, em mais um momento, Brasília passa por uma dificuldade muito grande. Talvez estejamos aqui, hoje, como representantes do povo, por causa de todas essas coisas que o próprio Durval fez no ano passado; talvez essa mudança que houve na representação desta Casa foi decorrente das denúncias de Durval, porque seria muito difícil esse Parlamento, esses Deputados que estão aqui, cuja maioria é de pessoas simples, que não têm condições de fazer sua campanha com os seus próprios recursos, enfrentarem esses problemas financeiros que haveria por trás dos outros candidatos.

Se eu pudesse, se dependesse de mim, eu chamaria o Durval e dobraria o prêmio dele. Eu chegaria para ele e diria: "Durval, eu vou te dar independência zero (sic). Nós vamos perdoar você totalmente. Agora, nós queremos saber tudo, e a verdade. O povo de Brasília quer saber a verdade".

É triste sabermos que V.Exa. pode ter ido lá como autoridade, pois V.Exa. também era Secretária, daí sai uma filmagem em que V.Exa. aparece lá conversando com o Durval — não tem problema nenhum.

Quero dizer que a maioria dos Deputados desta Casa — nós conversamos muito — está do seu lado. V.Exa. tem o nosso apreço, tem o nosso respeito. E eu gostaria de aumentar esse respeito também para os funcionários públicos desta Casa, que tenham por V.Exa. um grande respeito e uma grande admiração. Não são notícias às vezes mal colocadas que podem ferir uma mulher. Se V.Exa. for ferida por notícia de jornal, já tem de começar a mudar o nome, pois V.Exa. é a Celina Leão, tem de andar de cabeça erguida, andar firme e andar para frente. Vou dizer a V.Exa.: só superamos os obstáculos enfrentando-os. Se V.Exa. precisar de um amigo, de um companheiro, eu estou aqui para ajudá-la, para caminharmos juntos, pois a nossa cidade tem de estar acima de qualquer objetivo, a cidade tem de estar bem, e o povo quer uma Brasília muito mais feliz. E Brasília muito mais feliz é com Celina Leão representando o

povo aqui neste Parlamento.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) — Solidarizamos com as palavras de V.Exa. e concordamos com quase tudo que V.Exa. disse, mas, data maxima venia, Deputado Olair Francisco, eu discordo de uma coisa: penso que o Sr. Durval tem de estar é atrás das grades. Apesar de ele estar hoje delatando as pessoas, ele também cometeu crime, e lugar de quem comete crimes é atrás das grades.

DEPUTADO WASNY DE ROURE — Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) — Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em primeiro lugar cumprimento o Procurador-Geral da República, Sr. Roberto Gurgel, que deu um alerta sobre essa questão de se apresentarem fitas a conta-gotas. E ele está arguindo a validade da delação premiada e, em consequência, eu espero que esse alerta que ele reportou, que está notificado hoje nos meios de comunicação da cidade, sirva para que a cidade conheça por inteiro todas as fitas e possa fazer um julgamento completo, para Brasília sair desse quadro em que se sente culpada e em que a classe política da cidade fica numa situação de absoluto descrédito.

Em segundo lugar, eu quero registrar que conheço a Deputada Celina Leão desde a época em que ela foi Secretária da Juventude. Aqui nesta Casa tem sido um enorme prazer conviver com S.Exa.

No dia de ontem, S.Exa. teve oportunidade de compartilhar essa situação que vive em função de ter sido chefe de gabinete da Deputada Jaqueline Roriz, como se a responsabilidade de um pai para um filho fosse de inteiro teor. Não é, Sr. Presidente, não é. Todo filho cresce e todo filho responde por si próprio.

Portanto, não podemos condenar pessoas que estão construindo uma política, construindo uma trajetória de vida e de família. E até onde tenho conhecimento, a trajetória política da Deputada Celina Leão me permite ter o maior respeito por ela, ter a maior consideração e apreço, não apenas por sermos colegas aqui. Muitas vezes disputamos, temos posições divergentes — isso é natural —, mas quero cumprimentar S.Exa. pela postura que tem adotado e pela grandeza de, de cabeça erguida, sustentar um debate como esse.

E digo mais, Sr. Presidente: durante mais de 1 semana, o debate esteve nos meios de comunicação deste país e da nossa cidade, e somente foi levantado quando nós tivemos oportunidade de utilizar a palavra na sessão de terça-feira, próximo ao encerramento. Porque até então eu entendia que havia outros colegas com mais acúmulo, até porque conhecia o que transcorreu nesta Casa. Mas coube a mim tomar essa tarefa de trazer à Casa essa discussão.

Portanto, Deputada Celina Leão, conte com o nosso respeito à sua pessoa.

Que esta Casa continue fazendo a defesa do interesse público na mesma proporção em que construa uma classe política idônea para todos nós, a despeito dos mais diferentes pontos de vista da política.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) — V.Exa. tem toda razão. Nós concordamos com tudo o que V.Exa. disse. Há uma máxima do Direito que diz que a pena não passa da pessoa que cometeu o crime. A Deputada Celina Leão não tem culpa alguma de ter trabalhado com a Deputada Jaqueline Roriz. E, se ela deve alguma coisa, que seja ela a pagar e não a nossa Deputada Celina Leão.

Tenha certeza de que somos solidários à causa. Respeitamos muito o seu trabalho. Saiba que tem um amigo também aqui nessa tribuna.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA — Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) — Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, eu também gostaria de manifestar o meu apreço, o meu apoio, a minha solidariedade à Deputada Celina Leão, uma Deputada aguerrida, jovem, que vem demonstrando todo o seu valor e que vem defendendo causas sociais importantes aqui no Distrito Federal.

Quero falar dessa preocupação, que eu penso ser

compartilhada por todos nós, quanto à maneira como os nossos nomes, às vezes, são jogados assim, enovelados mesmo, sem nenhuma evidência mais forte e sem que tenhamos dado causa. Eu acho que toda a sociedade tem que refletir se é isso que queremos para a nossa vida, porque é muito fácil falarmos dos outros, principalmente quando se vive de uma atividade como a parlamentar. Temos na imagem uma questão de vital importância para o nosso trabalho, porque a imagem passa credibilidade, a imagem transfere a segurança para que as pessoas que precisam desse trabalho possam se chegar ao parlamentar. Então nós repudiamos essa forma como o nome das pessoas é jogado, às vezes, sem nenhum substrato.

Que façamos uma reflexão de que temos que ter algumas atitudes para que isso não vá crescendo, porque hoje o Distrito Federal retoma a sua vida de normalidade. Mas, na hora em que estávamos achando que as discussões importantes da sociedade, de que se vinha tratando, eram o ponto principal, voltamos agora não apenas, como disse o Deputado Wasny de Roure, a essa apresentação segmentada de fitas, mas, no bojo disso tudo, à vontade de atingir pessoas que sabemos nada têm a ver com aquela situação. E ficará por isso mesmo. Joga-se com o nome da pessoa e depois? Depois, a retratação não tem a mesma repercussão, não tem o mesmo alcance. Foi muito importante a intervenção do Deputado Wasny de Roure. S.Exa. é o Líder do Governo e também, de certa forma, exerce uma liderança sobre todos nós, pela sua experiência, pela sua competência e pela sua trajetória política. Fica aqui este meu registro, Deputada, do meu apoio, do meu apreço e da minha confiança na sua pessoa, bem como a de todo o nosso bloco.

Sr. Presidente, se V.Exa. me permitir, eu gostaria de fazer um reforço no pedido da Deputada Liliane Roriz. Amanhã, haverá uma discussão importante, uma audiência pública sobre os apagões em Brasília. Acho que todos nós estamos incomodados com isso. Deputado Wasny de Roure, nós gostaríamos que V.Exa. intercedesse junto ao Governo para que ele mandasse representantes, a fim de que pudéssemos ter conhecimento do assunto. Sabemos que a falta de investimentos na CEB vem de muito tempo, mas gostaríamos de entender um pouco desse passado e da perspectiva de futuro, porque muitas pessoas, hoje, estão sendo prejudicadas nas suas atividades profissionais, no seu lazer, na sua vida normal, de dia a dia, por esses apagões. Então, nós agradeceríamos muito se o Governo pudesse trazer uma palavra que nos abrisse melhor os olhos e que nos desse condição de entender o que está acontecendo.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Deputada Eliana Pedrosa, V.Exa. tem toda a razão quando fala a respeito do enovelamento do nome de alguém. Apesar de eu não ter sido Parlamentar, sofri isso por diversas vezes. Isso é muito ruim, porque as pessoas nos julgam sem sermos julgados. Eu sofri isso na pele. Se V.Exa. abrir o Google, hoje, verá que a primeira frase que existe lá sobre mim é: "delegado torturador." Mesmo assim, o povo de Brasília – V.Exa. pode ter certeza – sabe reconhecer quem é quem e distanciar o joio do trigo. Tanto é que nós estamos hoje aqui porque o povo sabe da idoneidade que temos. Se V.Exa., Deputada Celina Leão, hoje está sentada neste Parlamento, é porque o povo confiou a V.Exa. este mandato. Pode ter certeza de que nós, como Parlamentares, estamos solidários e confiamos muito em V.Exa. como pessoa e como Parlamentar.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PMN. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu só queria agradecer o pronunciamento dos colegas. Acredito que esta Casa é muito dinâmica. Em um dia, sou eu; em outro dia, é outro Deputado. Nós vamos, sim, com certeza, conseguir construir o que Brasília merece, o que Brasília espera, que é um Parlamento sério, trabalhando em sintonia com o que as pessoas da cidade esperam de nós. Obrigada a V.Exa., Sr. Presidente, e a cada um de vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Boa-tarde a todos os presentes na galeria — os concursados da Saúde, não é? A propósito, nós realizamos hoje aqui uma audiência pública para tratar da questão do protocolo que está sendo dado pelo Distrito Federal

para os portadores de coagulopatia.

Nós temos certeza de que vocês, além de terem direito de ter materializado aquilo pelo qual tanto lutaram — horas e horas de estudo, grana despendida e sucesso na realização do concurso —, são mais do que necessários. Só na área de coagulopatia, há uma lei, que não foi regulamentada ainda, que descentraliza esse atendimento. Com isso, mais profissionais serão necessários. Contem com o meu apoio; contem com o apoio da Câmara Legislativa. Tenho certeza de que todos nós estamos nos mobilizando para que aquela expectativa de direito criada possa ser materializada. Nós estamos acompanhando, pedindo e apresentando sugestões de como a arrecadação, a receita líquida do Distrito Federal, pode e deve ser aumentada sem sacrifício de aumento de impostos, para que as contratações sejam possíveis, para que o Governo saia daquela angústia de estar tão próximo do limite da responsabilidade fiscal.

Falando resumidamente sobre essa audiência pública, nós saímos dela com o sentimento de que o Distrito Federal poderá ser um grande indutor da melhoria do tratamento dos hemofílicos do Brasil como um todo. O Distrito Federal hoje já é uma referência, que aqui foi elogiada pelo Promotor do Tribunal de Contas da União, pela Promotora do Tribunal de Contas do Distrito Federal e por muitas outras pessoas que participaram dessa audiência pública.

Nós ficamos muito felizes quando o nosso Secretário de Saúde, Dr. Rafael, disse que o patamar da Secretaria é ainda melhorar, melhorar os controles, melhorar o atendimento e dar um tratamento mais humano para os hemofílicos. Fizemos um único pedido a S.Exa. já que, desde 20 de fevereiro, com essa expectativa de mudança, os hemofílicos do Distrito Federal tiveram um retrocesso no seu atendimento de profilaxia. Que isso não seja mudado. Se é para melhor, que se mantenha o que nós temos, e vamos corrigindo os rumos sem trazer esse impacto psicológico negativo no âmbito das famílias que têm portadores de hemofilia.

É esse apelo que fazemos, um apelo do lado humano, pois não é apenas o remédio que é importante, mas também a pessoa se sentir segura, sentir confiança no seu médico, sentir confiança no tratamento. Um tratamento que está dando certo não está há 1 ou 2 dias, mas vem dando certo, às vezes, desde o dia em que a criança nasceu. Então, estamos pedindo essa sensibilidade. Às vezes, numa disputa pelo melhor protocolo para atender as pessoas, elas ficam jogadas sem ter a atenção suficiente.

Portanto, esperamos que essa audiência pública tenha levado ao Sr. Secretário de Saúde o conhecimento do drama de várias famílias, porque a intenção de melhorar o programa já havia. Tenho certeza de que o Sr. Secretário de Saúde, que, juntamente com sua equipe, escutou os depoimentos de cada família, se sensibilizará e manterá o tratamento da forma como é feito até que haja uma proposta melhor implantada.

E, se há algum desvio de conduta, se há algum desperdício de material, que a Secretaria, com os institutos próprios, como as sindicâncias e as tomadas de contas especiais, faça essa apuração o mais rapidamente possível e cobre dos responsáveis. Mas não podemos levar para os doentes e para os seus familiares os problemas administrativos da Secretaria. Os doentes não têm culpa, seus familiares não têm culpa. E estamos falando de uma doença que faz as famílias viverem no limite: no limite da vida, no limite de poder sonhar que seus filhos tenham uma vida normal, podendo jogar bola, podendo sair de casa, podendo dormir sobre o braço. São coisas simples para cada um de nós que temos saúde, mas são coisas extremamente importantes para aquele que leva uma doença dessas dentro de si.

Então, é esse o apelo que fazemos. Que essa audiência pública tenha servido para sensibilizar os gestores da saúde do Distrito Federal. Mais do que a mudança de um protocolo, há, no meio disso tudo, pessoas que devem ser tratadas com muito cuidado e com muito carinho. Além de terem direito, pela Constituição, pela Lei Orgânica do Distrito Federal e por outras leis em vigor, elas são, antes de tudo, seres humanos, nossos irmãos, e merecem o tratamento com todo carinho.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel Batista.

DEPUTADO PROF. ISRAEL BATISTA (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa-tarde à Mesa, boa-tarde a todos os presentes, a nossos concursados. Hoje eu uso os Comunicados de Parlamentares para chamar a atenção

do Poder Legislativo para um evento que se aproxima, a Copa do Mundo de 2014. Pouco depois virão as Olimpíadas de 2016, mas especialmente a Copa do Mundo, que afeta diretamente a nossa cidade.

Eu apresentei um requerimento para a criação de uma Comissão Especial da Copa do Mundo na Câmara Legislativa. Quero agradecer aos companheiros Deputados que assinaram o requerimento e queria chamar atenção para o fato de que um evento esportivo dessa magnitude pode ser uma bênção ou pode ser um desastre para a nossa cidade. Há muito tempo os príncipes da Índia, os chamados rajás, quando queriam prejudicar alguém, ofereciam a esses desafetos um presente muito incômodo, um elefante branco. Os elefantes brancos são muito raros na Índia. Eles precisavam de uma manutenção muito cara por causa da pele branca. Tinham que estar sempre limpos e não serviam para o trabalho. Então, quando alguém era presenteado com um elefante branco, geralmente ia à falência, porque só tinha custos com esse presente.

Brasília pode estar prestes a receber um bellissimo elefante branco, Sr. Presidente. Nós podemos receber um presente desastroso para a nossa cidade. Se o Poder Legislativo não prestar atenção nos desdobramentos que nos levarão até a Copa do Mundo de 2014, Brasília pode criar uma infraestrutura esportiva completamente inoperante e inútil para as gerações futuras. Nós precisamos fundamentalmente ter preocupação com dois assuntos, Deputado Wasny de Roure: a qualificação profissional e as obras. O Brasil e a nossa cidade, especialmente hoje, não têm mão de obra qualificada suficiente para receber um evento esportivo dessa magnitude.

Essa Comissão Especial precisa acompanhar a qualificação da nossa mão de obra. Nós temos poucas pessoas que falam idiomas estrangeiros em Brasília, apesar de sermos a capital, apesar de recebermos embaixadores na nossa cidade. Não temos jovens nem adultos que falem inglês, espanhol e outros idiomas importantes. Nossa rede hoteleira não é capaz de abrigar esses eventos esportivos. Brasília tem problema com isso. Nossos restaurantes, nossos bares e o nosso sistema de transporte também não têm condições de receber um evento dessa magnitude. E por isso o Poder Legislativo tem que tomar a dianteira desse processo de debate para apoiar o Poder Executivo na execução das obras e na qualificação da mão de obra para a recepção do evento.

O acompanhamento das obras é também fundamental para nós. Nós vamos fazer agora, já este ano, uma escolha definitiva. Existem dois exemplos diametralmente opostos de recepção de grandes eventos esportivos na história recente. As Olimpíadas de Atenas, que deixaram para os gregos um rombo de nada menos que 14 bilhões de dólares. O custo com o Estádio Nacional de Atenas foi de 213 milhões, e no Brasil ouço falar de custos muito maiores do que esse para construção de um ou dois estádios. Em São Paulo, calcula-se um custo de 700 milhões na construção de um estádio, e não aceitaremos isso em Brasília! O estádio grego é um dos maiores do mundo, custou 213 milhões, e a Grécia o considera um dos maiores investimentos da pior qualidade que já houve na história do país. Nós podemos seguir o exemplo de Atenas, ou podemos seguir o exemplo de Barcelona, que é o oposto disso.

Nós podemos cometer um erro muito grave, que é gastar a maior parte do orçamento para a Copa do Mundo com equipamentos esportivos. Calcula-se que o Brasil gastará 25% do orçamento com equipamentos esportivos, o que é um erro, porque os casos de sucesso jamais gastaram mais do que 15% do orçamento em equipamentos esportivos.

Ora, para que esse gasto seja considerado gasto de qualidade, tem de ser com infraestrutura urbana, senão vamos construir estádios e equipamentos para esportes que não têm praticantes no nosso país.

E Brasília, no caso da Copa do Mundo, tem de ter uma atenção muito maior. Embora o futebol seja esporte nacional, também não podemos pensar que gastar 25% do orçamento na construção dessas grandes arenas seja algo útil, porque depois não haverá eventos para mantê-las funcionando, por mais que nós nos esforcemos para isso.

Portanto, a maior parte dos gastos públicos precisa ser na infraestrutura urbana. Barcelona, que é o exemplo de sucesso em eventos esportivos, gastou 9,1% do orçamento em equipamentos esportivos e é o maior exemplo de sucesso. O restante foi todo gasto para a construção de um sistema de coleta de lixo que prescinde de caminhões de lixo, por exemplo, porque é um sistema de coleta de lixo

por sucção subterrânea que contempla toda a cidade de Barcelona, e isso é um investimento de qualidade; ou, então, a ampliação do metrô às zonas mais distantes da cidade de Barcelona, ou ainda o apoio à iniciativa privada e a concessão de linhas de créditos para a ampliação da rede hoteleira na cidade.

Brasília pode passar por essa Copa do Mundo e entrar para a História como um novo fiasco ou como um caso de sucesso. A Consultoria Econômica LCA acaba de apresentar um relatório que diz que o Brasil está caminhando para o fracasso. E isso vai ser um fiasco! Eu acredito que a função desta Câmara é impedir que Brasília participe desse fiasco. Brasília não! Porque aqui temos um governo progressista e uma Câmara responsável. Brasília não participará desse fiasco! Se o restante do Brasil não se posicionar adequadamente, nós não permitiremos isso porque esta Câmara não vai deixar.

Esses equipamentos construídos em Atenas, só para dar um exemplo, Deputado, hoje causam um rombo – além do rombo geral, que é de quatorze bilhões do orçamento grego – de um acúmulo anual de cem milhões de déficit, para manutenção dos equipamentos por ano. E isso nós não queremos!

Por isso, eu quero agradecer aos meus colegas Deputados que me apoiaram na apresentação dessa Comissão Especial e quero dizer que essa Câmara não vai se furtar ao dever de acompanhar as obras e de garantir, por meio do apoio às iniciativas do nosso Poder Executivo, a qualificação da nossa mão de obra.

Nós não temos mão de obra suficiente e qualificada para receber a Copa e também não temos infraestrutura ainda, e o Poder Legislativo não se furta ao seu dever.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – V.Exa. está de parabéns pela explanação, aprendemos muito com ela, pode ter certeza. E estaremos juntos lutando nessa frente parlamentar que V.Exa. propôs para não deixarmos que Brasília vire realmente um fiasco na Copa do Mundo.

Dando prosseguimento aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante, por 5 minutos.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu tenho ouvido de algumas pessoas, Deputado Cláudio Abrantes, que Brasília está intranquila com relação às fitas do Sr. Durval Barbosa.

Eu quero dizer o seguinte: Brasília está absolutamente tranquila, porque a maioria absoluta da população do Distrito Federal e dos políticos do Distrito Federal não tem absolutamente nada a ver com isso, Deputada Luzia de Paula. Agora, o que precisa ser dito – parece-me que não está sendo dito e tem que ser afirmado a cada instante – é que existia um esquema no Distrito Federal que, durante 12 anos, desviou 4 bilhões de reais do Erário. Quatro bilhões de reais foram desviados do e

Erário! Esse esquema, que era um verdadeiro esquema mafioso, foi desmontado pelo Ministério Público do Distrito Federal. Louve-se a atitude de promotores. Eu quero ressaltar um nome aqui que é fundamental, Dr. Libânio, que investigou isso durante 10 anos.

Deputado Joe Valle, não é apenas a questão da Codeplan. Precisamos nos lembrar do Instituto Candango de Solidariedade, que, em um determinado momento, tinha 35 mil pessoas contratadas. Era um verdadeiro sumidouro de dinheiro público. Durante os meus 4 anos de mandato, quase todo dia, eu subia à tribuna para denunciar isso. Eu me recordo, Deputado Dr. Michel, que, na época em que fui Deputado Distrital, lá no outro prédio – deve estar registrado nas notas taquigráficas, já que o trabalho que as nossas taquígrafas fazem são de primeira qualidade –, enquanto V.Exa. estava lá em Sobradinho II tentando pegar bandido, encontraram uma maneira mais fácil de desviar recurso no Distrito Federal. Cada vez que vinha um remanejamento de recurso para a Codeplan, eu subia à tribuna para encaminhar contra e dizer que aquilo ali era desvio de recurso público. Porque eram milhões semanalmente remanejados para a Codeplan.

O Sr. Durval Barbosa fez as gravações e entregou-as para o Ministério Público. Na verdade, a chamada delação premiada dele passa a valer a partir de agora, quando ele está denunciando aquilo do qual ele participou. V.Exa., que é um delegado competente, sabe que é assim que funciona a delação premiada. Portanto, a partir de agora, ele terá que dizer quem foram as pessoas que participaram do esquema junto com ele. É a partir daí que efetivamente a delação

premiada vale.

Nesse ponto, o Dr. Gurgel, por quem eu tenho o maior respeito, está errado. Não tem que retirar a delação premiada, tem que ampliar a delação premiada do Sr. Durval Barbosa para que ele fale mais. Para mim, quanto mais o Durval falar, melhor. Eu queria que ele virasse um falastrão, que falasse toda hora. Para mim, quanto mais ele falar, melhor para a sociedade de Brasília. Eu quero que venha a público todas as fitas, que não fique uma, que venha tudo.

Eu não sei se vocês prestaram atenção. Ontem eu me recolhi a minha casa, porque eu tive que fazer uma pequena cirurgia e fiquei assistindo àquela conversa dele com a Cristina Bonner. Todo mundo sabia que tinha rolo nos contratos da TBA. Brasília inteira sabia que tinha rolo nos contratos da TBA. Ontem foi interessante. Se V.Exa. não assistiu, Deputado Joe Valle, eu queria até que depois V.Exa. entrasse no site do jornal O Estado de S. Paulo e ouvisse os 15 minutos de diálogo dele com a Cristina, que é uma verdadeira aula de como se faz negócio para desviar recurso. Ou seja: eu acerto por aqui; tu acertas por ali; tem que fazer carta-convite; tem que ter ata de preço; nada de concorrência pública. Era isso o que estava sendo dito lá. Era isso o que estavam conversando ali. Portanto, é importante que fitas como aquela venham a público para que negócios como aqueles não aconteçam mais.

Eu espero que, num futuro próximo, também venha a público a questão do transporte público do Distrito Federal. Hoje eu conversei, Deputado Joe Valle, Deputado Dr. Michel, com um cidadão integrante de uma cooperativa de transporte. No dia 23 de dezembro, quando todos estavam se preparando para a festa de Natal – uns comprando um franguinho, outros comprando um peru, outros comprando um pernil, todos no maior clima de festa –, eles tiveram a capacidade de desviar 23 milhões, ou melhor, 2 milhões, no dia 23 de dezembro, da conta dessa cooperativa para uma outra cooperativa. Foram lá e surrupiaram, passaram 2 milhões para a conta de outra cooperativa. Portanto, nós vamos investigar, sim, a questão do transporte. Nós queremos saber por que temos mil ônibus piratas circulando no Distrito Federal. Nós temos de ver a questão das cooperativas, bem como a questão das cooperativas habitacionais. Portanto, é fundamental passar Brasília a limpo. Isso é importante.

Quero falar do papel fundamental da imprensa. Muitas vezes, nós colocamos a culpa, Deputado Dr. Michel, na imprensa. Não, é fundamental que haja liberdade de imprensa e que a imprensa tenha coragem de fazer o trabalho que está fazendo. É importante. Um pouco tarde? Um pouco tarde, mas está fazendo. É importante que seja feito.

Quanto às matérias do jornal O Estado de S. Paulo, eu conheço pessoalmente, de muito tempo, o jornalista Vanildo Mendes. Sei da seriedade com que ele trata as coisas. Ele é de Brasília. Ele trabalha para o jornal O Estado de S. Paulo. Ele também já foi do Globo e do Correio Braziliense. Ele é um grande jornalista e está fazendo um grande trabalho. É importante que ele continue fazendo esse trabalho.

Agora, uma pergunta que não quer calar, Deputado Cláudio Abrantes: alguém, em sã consciência, acha que o Durval Barbosa fez tudo aquilo da cabeça dele? Fez tudo aquilo por conta dele? Desviou todo aquele tipo de recurso por conta dele e selecionou as pessoas que iriam receber? É mentira. Ele seguiu um comando. Ele seguiu uma determinação. Ele seguiu uma ordem. E distribuía de acordo com a ordem que lhe era dada. É assim que funcionam as coisas. Por isso é importante que ele continue falando.

Eu mesmo vou revelar aqui para a imprensa que, no dia em que foi mostrado esse penúltimo vídeo, Deputada Celina Leão, eu liguei para o Secretário de Segurança e perguntei a S.Exa.: como está a segurança do Durval? E S.Exa. me respondeu o seguinte: "Nós estamos lá com os melhores homens." Não cabe aqui dizer o quanto, senão é segurança que não é segurança. Mas são da Polícia Civil, são do Grupo de Operações Especiais. Conheço-os de perto, porque eles fizeram a minha segurança durante 8 meses quando eu fui ameaçado pelo cartel dos combustíveis. Então, eu falei para o Dr. Daniel, Secretário de Segurança: reforce ainda mais. Deputada Celina Leão, o Durval não pode sentir uma dor de unha, não pode sentir absolutamente nada, não pode. Quando eu falei com o Dr. Daniel, foi justamente nesse sentido: é preciso reforçar ainda mais a segurança é preciso dar garantia efetiva de que nada vai acontecer com o Dr. Daniel me disse: "Nós estamos fazendo o possível. Nós estamos fazendo tudo." Agora, segurança 100% não existe. Todos os dias os homens que sempre tiveram a maior segurança

do mundo foram os presidentes dos Estados Unidos. Entretanto, já houve atentados contra eles. Mas eu tenho certeza absoluta de que a Polícia Civil do Distrito Federal continuará garantindo a segurança do Sr. Durval Barbosa. Eu espero que ele coloque, de público, todas as fitas que ele tem. Todas! Que não fique uma. Que mostre todas.

Eu vou revelar aqui uma história. O Durval chamou 10 pessoas do Distrito Federal para assistir às fitas antes de ele divulgá-las, Deputado Dr. Michel. Ele chamou 10 pessoas. Eu sei de algumas que assistiram. Dentre elas, o Governador Agnelo Queiroz. S.Exa. assistiu sim. O Durval chamou como garantia, porque ele tinha medo de que acontecesse um atentado contra ele. E alguém aconselhou a ele: "Chame o Chico Vigilante para ver também." Ele disse: "Não, esse aí eu não vou chamar, porque ele não segura segredo, não." Se eu tivesse visto, se eu tivesse tido acesso a essas fitas, seguramente eu teria divulgado todas. Infelizmente não vi. Gostaria de tê-las visto. Mas já conversei com gente que viu – que não é o Agnelo, diga-se de passagem –, que me falou de pessoas, e não é nenhum aqui do Plenário, já quero tranquilizá-los, Deputada Celina Leão, Deputado Dr. Michel. Essa pessoa me disse que aquela cena do Leonardo Prudente é brincadeira de criança frente a uma que ele viu com outro figurão do Distrito Federal, ele disse que aquilo é brincadeira com relação à outra cena que viu. Por isso é importante que o Durval mostre todas.

Eu diria, também, que o Ministério Público, que está de posse delas, também deveria chamar uma coletiva de imprensa e entregar todas. Não é correto também ficar selecionando, passando para esse ou aquele jornal, seria interessante chamar uma coletiva. Todos os jornalistas são competentes, sérios. Por que selecionar um deles para receber? Convoca-se uma coletiva e divulga-se para todos, esse é o mecanismo correto. Claro, se houver alguma coisa que dificulte as investigações, pois elas ainda estão sendo feitas – e V.Exa. como delegado sabe que não se pode divulgar, porque muitas vezes isso atrapalha as investigações –, deve-se pegar aquilo que não atrapalha e divulgar.

Eu diria que, do meu ponto de vista, a cidade está absolutamente tranquila com relação à videoteca do Sr. Durval Barbosa. Ele gravou, divulgou, o problema dele é com a Justiça. Ele está se defendendo e não cabe a ninguém fazê-lo, senão ele próprio. E ele deve ter bons advogados para fazer a sua segurança. Conheci o Sr. Durval Barbosa quando ele era delegado da 3ª DP. É bom que se diga que naquele tempo ele fez um bom trabalho naquela delegacia, importante do ponto de vista da maquiagem da delegacia, não é Dr. Michel? Tudo isso é importante.

Agora, Brasília deve ser passada a limpo. Isso é muito bom para o Distrito Federal, muito bom para a atividade política. Em uma coisa eu concordo com a Deputada Celina Leão: precisa existir efetivamente financiamento público de campanha, precisa. Se você declara tudo, você sai como perdulário. E quem declara quase nada não declarou tudo o que deveria declarar.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – V.Exa. está de parabéns pela colocação. Mas, data maxima venia, eu quero que V.Exa. saiba o seguinte: eu nunca assisti, nunca vi e nunca estive com o Sr. Durval. Se ele fez um bom trabalho, depende do ponto de vista, porque ele já era acostumado, desde a época da 3ª DP, a extorquir os comerciantes do SIA para a construção da delegacia. E acho que ele não deve receber delação premiada, não. Ele deve estar na cadeia, e falando de lá. Por que aparecer agora o vídeo da Jaqueline? Por que não apareceram logo os outros também? Será que a aparição desse vídeo não tem alguma conotação política neste momento? Quem tem interesse em que apareça só a Jaqueline Roriz? Nós devemos fazer algumas perguntas também. Se há mais alguém, que apareçam todos. E garanto ao senhor: a mim não vão ver, e não era por eu não ser Parlamentar não, é porque eu não faço aquele tipo de falcatura e nenhuma outra. Passei 27 anos da minha vida na Polícia Civil e digo ao senhor: eu não fui um delegado não, eu fui o delegado, pois há uma grande diferença quando se usa o artigo definido.

E há mais uma coisa: o Dr. Libânio é um promotor muito atuante, mas não podemos perder de vista que a Caixa de Pandora começou com a Polícia Civil do Distrito Federal na pessoa do Dr. Cícero Jairo quando a operação era ainda chamada de Operação Tucunaré. As pessoas são muito esquecidas, e se esquecem da Polícia Civil. E é nesta tecla que eu venho batendo, Deputado Cláudio Abrantes, e pedindo a V.Exa. que tiremos a Polícia Civil da situação

na qual ela se encontra hoje, de subordinação. Ela deve deixar de ser uma polícia de governo e passar a ser uma polícia de Estado, em que as investigações devem chegar ao fim. Por que, hoje, o Secretário de Segurança vem dizer que a Polícia Federal iniciou a investigação Caixa de Pandora? Brincadeira, falácia, ele não sabe nem onde o galo canta. A Caixa de Pandora começou bem ali no Depate, mais precisamente na Decap, na pessoa do Dr. Cicero Jairo, quando ainda se chamava Operação Tucunaré. O engraçado foi que tiraram o delegado de lá. Não deixaram que ele continuasse o trabalho.

O Dr. Libânio tem feito um trabalho, mas a investigação se iniciou ali, porque tem de ser feita pela polícia judiciária, pela Polícia Civil. O Ministério Público também não pode se arvorar a investigador. Ele tem de acompanhar as investigações. Nós não podemos nos imiscuir na função da polícia em detrimento de outros órgãos. Temos de dar a César o que é de César, e a Polícia Civil, a meu ver, Deputado Cláudio Abrantes, está de parabéns pelas investigações que tem feito. E pode ter certeza de que político também é investigado pela Polícia Civil. Aquela conversa que ouvimos de que a Polícia Civil não investiga político é a maior falácia. A Polícia pode até não chegar ao final, porque hoje, infelizmente, ela ainda está nas mãos do Governo. Ela não tem de estar nas mãos do Governo, mas nas mãos do Estado. Ela precisa ser uma polícia de Estado. O delegado tem de ter autonomia, por isso, muitas vezes, somos achincalhados. Mas digo que hoje temos — para não desfazer das outras polícias — um dos melhores corpos de delegados e de policiais civis aqui em Brasília.

DEPUTADA CELINA LEÃO — Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) — Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PMN. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um comunicado. Nós recebemos em nossa Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar quase 30 telefonemas sobre uma possível rebelião na PDF 1. Então, quero justificar a minha ausência, pois estou me dirigindo ao presídio para verificar.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) — Deputada Celina Leão, V.Exa. me disse e eu pedi que um de meus assessores se comunicasse com a Ciade para ver como está a situação, a fim de que possamos ter mais conhecimentos a respeito dos fatos. Que V.Exa. seja muito feliz na PDF 1! Estamos aqui solidários à causa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE — Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) — Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, eu tenho certeza absoluta de que na gestão do nosso Governador Agnelo Queiroz, a Polícia Civil do Distrito Federal terá a mesma autonomia, a mesma liberdade de investigar que tem a Polícia Federal. É bom que se diga que o Regimento Interno da Polícia Federal é o mesmo da Polícia Civil do Distrito Federal. A Polícia Federal é subordinada ao Ministro da Justiça. Entretanto, eles tiveram de realizar ações. É bom que nos lembremos aqui de que houve uma ação — depois ficou comprovado que não era necessária, mas aconteceu — até na casa do irmão do ex-Presidente Lula. Portanto, é essa a polícia de Estado.

A mesma coisa queremos para o Distrito Federal. Na gestão do nosso companheiro Governador Agnelo Queiroz, tenho certeza absoluta de que não haverá ingerência política para essa ou aquela ação. É bom lembrar também que uma das ações importantes no Banco de Brasília — V.Exa. deve se lembrar — foi o Grupo de Operações Especiais da Polícia Civil do Distrito Federal que fez. Foi isso? Foi o Grupo de Operações Especiais que ocupou o Banco...

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) — Deputado Chico Vigilante, eu estava naquela operação. Foi a Operação Aquarela, em que fizemos uma apreensão muito grande. Era a respeito de desvio de verba do BRB e do cartão Asbace. Eu fui um dos que participou daquela operação. Até estranhei por que deixaram fazê-la. Porque a Polícia Civil é tolhida no seu todo e na maioria das operações. Mas, contando com V.Exa. — um aparte em sua fala —, eu confio muito no que V.Exa. está falando. Foi por isso mesmo que apoiamos o Governo para que tenhamos uma polícia diferente daquela que tínhamos.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE — E pode ter certeza, Deputado Dr. Michel, de que, se houver algum tipo de ingerência com relação ao trabalho da Polícia Civil, eu serei o primeiro desta Casa a

estar ao lado de V.Exa. denunciando. Se há uma coisa que precisa ter autonomia, onde a lei deve valer efetivamente para todos... A investigação que pega o pequeno traficante ou o sujeito que bateu uma carteira tem de pegar com muito mais rigor o ladrão do colarinho branco. Ele é um bandido pior do que o batedor de carteira que muitas vezes vai roubar alguns trocados para comprar leite para as crianças. É uma coisa que ele não deveria fazer. Acho que temos de ter uma polícia cada vez mais profissional para investigar o crime e não para bisbilhotar a vida de pessoas, como tivemos em um passado recente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) — V.Exa. tem toda a razão. Coaduno com a mesma ideia e acho que temos de mudar de uma polícia de dossiê para uma polícia de investigação. Mas eu digo que a polícia do dossiê a que me refiro é a origem de alguns policiais inescrupulosos. Não podemos analisar a situação como um todo porque muitos dos companheiros que lá estão não coadunam com essa ideia de polícia de dossiê. A polícia tem que ser uma polícia de investigação, uma polícia de Estado, uma polícia sem cor. Ela não tem cor azul nem vermelha, muito pelo contrário, ela tem que ser uma polícia-Estado, uma polícia que está ali para coibir os crimes.

V.Exa. tem toda a razão quando fala da investigação do colarinho-branco. O colarinho-branco muitas vezes é muito pior do que o matador, porque ele está matando diversas pessoas; o matador muitas vezes está matando por questão de sobrevivência.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do Orador.) — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na reunião de ontem discutimos a possibilidade de hoje vencermos essa pauta que está obstruindo os trabalhos desta Casa. Temos um horário próximo às 18 horas, e o quorum já se encontra bastante desfalcado para que possamos dar qualquer tipo de desdobramento à votação.

Estou bastante preocupado porque estamos com um conjunto de projetos. Tivemos no dia de ontem a presença do Sr. Secretário de Fazenda discutindo os projetos de natureza fazendária, tivemos hoje um debate sobre os projetos de natureza orçamentária com a Subsecretária do Planejamento, e estou bastante apreensivo diante das tarefas que temos aí para os próximos dias, como o projeto da microempresa, como o projeto dos protestos, e além disso o Plano Diretor de Transporte Urbano. Mas, Sr. Presidente, naturalmente isso não é uma tarefa única e exclusiva de Líder do Governo; essa é uma atribuição dos 24 Parlamentares.

Eu gostaria, nesta oportunidade, de cumprimentar a Deputada Eliana Pedrosa pela manhã de hoje, quando nos proporcionou um debate extremamente rico e interessante. Observei o seu pronunciamento e eu só gostaria de resgatar um dos depoimentos de uma das profissionais da área de saúde, a Dra. Margareth, do Hospital de Base. Ela demonstrou uma preocupação profunda com o sistema hoje adotado em Brasília, que não é um sistema que pode ser reconhecido como o adequado para o tratamento do hemofílico, não apenas do ponto de vista do tratamento primário, mas do ponto de vista da não existência de um acompanhamento laboratorial.

Portanto, não se tem o acompanhamento dos efeitos e dos possíveis efeitos de uma medicação da qual ainda não se tem absoluta compreensão dos efeitos colaterais. Essa foi a ponderação feita pela Dra. Margareth, que chamou bastante atenção para que não se permitisse que as emoções fossem tratadas de maneira passional, mas vistas de maneira bastante racional. Naturalmente temos que ter a clareza de que nessa matéria, de um lado, tem valor a compreensão do Ministério Público, de outro, a compreensão médica e dos estudiosos do assunto. Temos que entender perfeitamente o limite de um e de outro.

Mas, independentemente de outros aspectos, considere essa audiência importantíssima para que o tratamento do hemofílico em Brasília melhore, para que melhore a qualidade do seu atendimento, que será aprimorado no Governo de Agnelo Queiroz.

Sr. Presidente, a minha palavra principal, nesta tarde de hoje, está circunscrita ao Plano Diretor de Ordenamento Territorial. Eu quero fazer da minha fala uma fala de preocupação. Creio que um dos maiores equívocos do Plano Diretor de Ordenamento Territorial votado nesta Casa foi não ter trazido os mapas, os gráficos que apontavam, de fato, a poligonal da área urbana e a da área rural. Haveria uma verdadeira caixa-preta, apenas a Secretaria teria esse conhecimento. Sr. Presidente, isso é um absurdo! Isso é um absurdo!

O documento básico, para qualquer compreensão de um plano diretor, deve ter a definição das poligonais, indicando onde

começa a área urbana e onde começa a área rural, onde está uma, onde está a outra. Nós sabemos quando, de maneira imperceptível, e às vezes perceptível demais, a área rural transforma-se em área urbana. Nós sabemos exatamente o que significa a mudança de gabarito de um lote, nós sabemos o que significa a mudança da NGB de um lote.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero um debate sobre o PDOT, mas um debate que comece com a devida transparência. Deputado Dr. Michel, V.Exa. é Vice-Presidente desta Casa, o Presidente não se encontra presente, e gostaria de fazer um apelo no sentido de que em todos os debates sobre o PDOT fosse distribuído, preliminarmente, o mapa do que foi votado e do que não foi votado. É um absurdo o que ocorreu, porque esta Mesa, segundo as informações que obtive, ficou com a responsabilidade de obter os disquetes, enfim, os documentos necessários, e até mesmo comprá-los se fosse necessário. O que não pode acontecer é haver outra votação nesta Casa sem que tenhamos conhecimento efetivo do mapa de cada uma das nossas cidades, com a devida ampliação, determinando o que é e o que não é.

Sr. Presidente, ninguém é neófito em matéria fundiária no Distrito Federal. Essa é a matéria mais complexa, é a matéria mais difícil e é a matéria em que ocorrem as maiores confusões e dificuldades. Quem não conhece a história dos postos de combustível em Brasília? Quem não conhece a história de aumentar gabarito? Quem não conhece a história de utilizar o terraço do Plano Piloto? Quem não conhece o debate sobre a transformação, da noite para o dia, de uma área para outra?

Portanto, não podemos aqui fingir. Eu não vim para esta Casa para ser o Deputado faz de conta. Eu vim para esta Casa para trabalhar em prol de uma população e de uma cidade que me deu tudo. Deu-me tudo, seja como pai, seja como servidor público, seja como esposo, seja como político.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa., na qualidade de membro da Mesa Diretora, que encaminhe aos Parlamentares os mapas que compõem o Plano Diretor de Ordenamento Territorial, votado nesta Casa. Até hoje os Parlamentares não têm conhecimento desses mapas. Eu peço a V.Exa. que solicite à Secretaria de Desenvolvimento Urbano esses mapas para que possamos conhecê-los. Só assim poderemos intervir de maneira qualificada. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Deputado Wasny de Roure, V.Exa. está de parabéns pelo pronunciamento. Concordamos com toda a sua fala. Sugiro que elaboremos um documento a ser enviado ao Exmo. Sr. Secretário de Habitação, Geraldo Magela, para que S.Exa. nos encaminhe esses mapas, definindo bem o que foi votado ou não, a fim de trabalharmos com a maior transparência, e o povo de Brasília saiba o que estamos fazendo no PDOT.

Quando V.Exa. fala em posto de gasolina, fico até arrepiado, porque aquilo foi a maior aberração que já aconteceu em Brasília. A mudança de destinação de lotes para posto de gasolina deixou muita gente rica. Pode ter certeza de que, nesta legislatura, se depender de pessoas iguais a mim e a V.Exa., não mais deixaremos que isso aconteça.

V.Exa. está de parabéns. Sugiro que assinemos um documento solicitando ao Exmo. Sr. Secretário de Habitação que nos mande o mapa já com as áreas devidamente votadas e demarcadas.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS) – Sr. Presidente, parabênico o Deputado Wasny de Roure pelo seu brilhante pronunciamento com relação ao PDOT, até porque há uma interface em toda essa discussão que temos sobre Durval, sobre Caixa de Pandora. Esta Casa mesmo recebeu duras críticas sobre a votação do PDOT, até com insinuações acerca de recebimentos de recursos. Creio que o PDOT é algo que temos de tratar com muito critério aqui.

Eu gostaria de informar – o nosso Líder de Governo, Deputado Wasny de Roure, já sabe – que o Secretário de Habitação, Geraldo Magela, solicitou que fosse realizado nesta Casa, com a presença de todos os Parlamentares, um encontro em abril, para que ele possa trazer todas essas informações. O Secretário solicitou que estejam presentes membros da Comissão de Assuntos Fundiários, da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão

de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, mas que o encontro seja aberto a todos os Deputados Distritais, para que todos tenham um primeiro conhecimento de qual será a proposta de atualização.

Deixa-me muito tranquilo não só como Parlamentar, mas como político, saber que o pensamento coletivo, nesta legislatura, é realmente fazer com que o PDOT traga um benefício para a cidade de uma maneira geral.

Para V.Exa. ter uma ideia, na minha cidade, Planaltina, praticamente 89% da área mais antiga, que é o Setor Tradicional de Planaltina, onde o Deputado Chico Leite fez várias audiências públicas na última legislatura, não têm escritura. Então, a população clama por um PDOT realmente digno, um PDOT que traga benefícios.

Parabenizo o Deputado Wasny de Roure.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Deputado Cláudio Abrantes, V.Exa. tem toda razão. Nós que moramos na ala norte vemos que o PDOT sempre tocou o crescimento da cidade. Se analisarmos Planaltina, Sobradinho e adjacências, veremos que são áreas que não cresceram, mas se expandiram. E, quando se expandem apenas, perdem infraestrutura, qualidade de vida, tudo.

Então, acredito que esse PDOT, com esta nova legislatura, terá uma revisão que trará melhoras, principalmente para a ala norte, que tem muito sofrimento pela sua expansão horizontal, ao invés de um crescimento vertical.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS) – Sr. Presidente, meus pares, imprensa presente, quero endossar a preocupação do Deputado Wasny de Roure sobre a questão do andamento das votações nesta Casa.

Realmente precisamos dar respostas concretas aos anseios da sociedade e, portanto, faz-se necessário – sei que todos os Deputados estão trabalhando, desenvolvendo suas atividades nas suas áreas eleitorais – entender que nossa atividade principal é aqui na Câmara Legislativa. Temos que fazer política, sim, nas nossas cidades, com as nossas categorias, mas a nossa atividade principal é aqui.

Então, endosso a preocupação do Deputado Wasny de Roure. Acho que precisamos valorizar o debate na Casa e faço questão de relatar aqui o pronunciamento da Deputada Celina Leão, do Deputado Chico Vigilante, do Deputado Wasny de Roure, há pouco, e de tantos outros. Infelizmente, o nosso plenário está vazio. A nossa possibilidade de debater, de falar das nossas proposições acaba ficando em segundo plano. Isso não é bom. Não é bom para o Parlamento. Não é à toa que o nome é Parlamento; a Casa onde se fala. Então, esperamos que isso, em breve, termine, porque o bom da política é o debate, e nós, infelizmente, não estamos tendo isso.

Não poderia deixar de falar, Deputado Dr. Michel, a V.Exa., que foi meu chefe na Polícia Civil, um brilhante delegado de polícia, diga-se de passagem, que, quando mexem com a nossa categoria, ficamos envolvidos e que realmente ainda doem, ainda ecoam aqui no meu ouvido e, tenho certeza, no de toda a categoria também as declarações infelizes do Secretário de Segurança. V.Exa., há pouco, tratou muito bem desse tema. Faço questão de relatar que existe, na Ordem do Dia, uma moção de repúdio às declarações dele. E, tão logo tenhamos quorum, tenho certeza de que votaremos essa moção aqui.

Falando em Caixa de Pandora, V.Exa. foi brilhante quando, em um aparte à fala do Deputado Chico Vigilante, fez questão de lembrar que o embrião da Caixa de Pandora surgiu na Polícia Civil do Distrito Federal. Vou fazer apenas uma correção, Deputado Dr. Michel: não foi na Operação Tucunaré, foi na Terabyte.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Só para V.Exa. saber... Como é o nome da Operação?

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Terabyte.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Sim, mas havia uma outra, do Pró-DF.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sim, posteriormente. É verdade. Mas a que deu origem a tudo foi a Terabyte, cujo principal investigado era justamente o Sr. Durval Barbosa. Então, veja a própria Polícia cortando na carne, investigando um delegado. E dali essa história que V.Exa. contou tão bem surgiu... V.Exa. citou o Dr. Cicero, e eu não posso deixar de citar o Dr. Josué, que era Delegado-Adjunto da Decap, um jovem delegado que brilhantemente conduziu essas investigações que acabaram produzindo as informações que

geraram essa crise que todo mundo conhece.

Isso não é novidade para nós, mas parece que para o Secretário de Segurança é. Não é novidade porque, desde 1992, no caso Ana Elisabeth, a Polícia Civil do Distrito Federal – já citei isso desta tribuna – já investigava políticos desta cidade. E aí não vamos longe: Operação Aquarela, que foi citada; Operação Tentáculo, junto com a Receita Federal; agora mesmo houve, salvo engano, a Operação João de Barro, em que, inclusive, foi preso o presidente de um partido da cidade. De forma que fico abismado quando vejo declarações desse tipo. É óbvio –

vamos dizer a verdade – que realmente há ingerência. Agora, se há ingerência, ela não acontece no seio da Polícia Civil do Distrito Federal, não. Vem de cima para baixo. E, geralmente, os policiais delegados são tolhidos na sua função, porque não têm independência muitas vezes para investigar. Mas a Polícia Civil do Distrito Federal, como um todo, sempre teve e sempre terá vocação para fazer o que é certo: investigar quem está errado.

Então, quero endossar suas palavras. Vou, naturalmente, pedir sua paciência. V.Exa. tem se mostrado paciente no exercício da presidência, uma pessoa extremamente paciente. Não vou dizer que o mandato está lhe fazendo bem, porque V.Exa. desempenhou muito bem o seu trabalho como delegado, mas percebo agora um ar de paciência. E vejo que V.Exa. fica bravo quando falam da Polícia Civil do Distrito Federal ou de coisa errada. Então, pela sua paciência, pela sua condescendência, vou lhe pedir mais um tempinho. Na verdade, eu não queria falar aqui, hoje, da Polícia, mas fui provocado, e quando somos provocados temos que defender a nossa categoria.

Eu queria mesmo falar de uma coisa que me deixou alegre. Já está na Ordem do Dia a criação, Deputado Dr. Michel, de uma frente parlamentar em defesa da cultura nesta Casa. Temos tido várias ações. Temos uma audiência pública para discutir a questão da Rádio Cultura. Há ações internas da Casa em valorização do Festival de Cinema. A própria Deputada Rejane Pitanga, que milita na área de educação, tem uma forte atuação na área cultural também. O sindicato que S.Exa. presidiu, durante muitos anos, sempre foi um incentivador da cultura. E criamos, no âmbito da Câmara Legislativa do Distrito Federal, uma frente parlamentar. Na minha opinião, as frentes parlamentares não são somente um instrumento político para se criar um fato político. Elas devem ter uma atuação firme de encaminhamento, de cobrança, de fiscalização. Ela é mais um instrumento para que o Legislativo cumpra as suas atribuições: legislar e fiscalizar. Do debate temos condições de tirar proposições legislativas fortes para responder aos temas. E também do debate podem surgir oportunidades de fiscalizar o Governo na sua atuação.

Eu fico feliz quando temos isso na cultura, porque é um tema que é renegado. Infelizmente, a cultura é sempre deixada em segundo plano. Volto a salientar que quando estive aqui como suplente em 2009 – volto a fazer esse apelo, é a terceira vez que faço esse apelo... Nós temos um projeto de resolução que cria a Comissão de Cultura, aliás, cria não, porque senão vão ficar pensando que estamos criando cargos, e essa questão de cargos está muito polêmica, mas não é esse o fato. Na verdade, ela tira a cultura de subtema na Comissão de Assuntos Sociais e a eleva à questão de tema junto com a Comissão de Educação e Saúde. Então, a nossa proposta é juntar a cultura, criar a Comissão de Educação, Cultura e Saúde, para que a cultura seja valorizada também nesse âmbito.

Eu quero saudar os Deputados que foram signatários dessa Frente e convidar todos os outros. Infelizmente, o nosso plenário está esvaziado, mas tenho certeza de que esse pronunciamento chegará, e nós faremos o convite a todos no lançamento. Às vezes, não temos a oportunidade de recolher a assinatura, mas sabemos que os Deputados têm a vocação, naturalmente, para esse meio cultural. Acabo de citar há pouco a Deputada Rejane Pitanga, que não é signatária, mas tenho certeza de que estará conosco nessa Frente, assim como o Deputado Evandro Garla.

A proposta foi feita por mim e pelo Deputado Prof. Israel Batista. Assinaram a Deputada Luzia de Paula; o nosso colega de Bloco, Deputado Joe Valle; o camarada Deputado Chico Leite; o Deputado Wellington Luiz e o Deputado Wasny de Roure, assim como o Deputado Evandro Garla, mas eu sei que todos os 24 Deputados estarão juntos.

Esperamos que isso seja uma prática. Nós temos outras questões culturais a discutir. Nesta semana fui procurado por representantes dos pontos de cultura no Distrito Federal. Estamos propondo uma audiência pública para discutir isso no âmbito do

Distrito Federal e também porque é um programa que vem do Governo Federal. Nós temos pontos de cultura que são do Governo Federal e da Secretaria de Cultura, dentro do GDF, e temos que ampliar esse debate. Porque falamos muito, Deputado Evandro Garla – V.Exa. que milita também na área da juventude, de qualificação para jovem –, que isso é muito importante, mas se não houver para a juventude o elemento lúdico, que é a questão cultural, e incluímos o esporte também – que é a sua área e a de tantos outros colegas – dentro da formação da juventude, teremos até dificuldade para formar profissionalmente os nossos jovens. Temos que garantir esse acesso à cultura, à arte, ao esporte, à educação – naturalmente, tem que estar dentro desse contexto – para principalmente valorizar e cuidar da nossa juventude porque é o caminho para que eles saiam...

Eu já estou encerrando, Sr. Presidente, e agradeço mais uma vez a sua boa vontade, a sua benevolência quanto ao tempo. E esperamos – sei que V.Exa. é uma pessoa que gosta muito da área cultural, tem os seus desejos, as suas aptidões – realmente que, a partir dessa frente cultural, a Câmara esteja mais imbuída de todos esses trabalhos que são feitos para valorizar a cultura. Um povo sem cultura é um povo sem memória, é um povo, acima de tudo, que não tem o que passar para os seus descendentes.

Muito obrigado e boa-noite.

DEPUTADO EVANDRO GARLA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO EVANDRO GARLA (PRB. Sem revisão do orador.) – Isso que o Deputado Cláudio Abrantes falou agora referente aos pontos de cultura é tão importante que nós apresentamos um projeto nesta Casa justamente para a revitalização das galerias que ficam no Eixinho. E essas galerias podem, sim, ser utilizadas como pontos de cultura dentro de um projeto de revitalização. Como nós estamos fazendo parte, e parabênizo o Deputado Cláudio Abrantes pela criação da Frente Parlamentar em Favor da Cultura, esses são pontos importantes que podemos debater e colocá-los em prática, porque isso que é importante.

Muito obrigado

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra à Deputada Rejane Pitanga.

DEPUTADA REJANE PITANGA (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, rapidamente, eu só queria fazer um comunicado, justificando a minha chegada bastante tardia neste plenário, porque estava na assembleia da minha categoria. Os professores realizaram uma assembleia que terminou um pouco mais de 17h30min, e iniciaram a sua campanha salarial. O Governo enviou um documento à assembleia pedindo um prazo até 25 de março para apresentar uma proposta financeira, e os professores aprovaram o estado de greve hoje e uma próxima assembleia no dia 31 de março às 10h.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Deputada Rejane Pitanga, a ausência de V.Exa. está bem justificada. V.Exa. fez falta aqui neste plenário.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 60, de 01/04/2011, juntamente com a ata sucinta da 19ª Sessão Ordinária.)
Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Não havendo quorum para deliberação, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h06min.)

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 20ª
(VIGÉSIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 22 DE MARÇO DE 2011.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Em virtude da realização de uma reunião de Líderes que está acontecendo na Presidência desta Casa, não há condições de deliberarmos sobre nenhum tipo de assunto, pois não há quorum.

As matérias que integram a Ordem do Dia ficam transferidas para a próxima sessão ordinária.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15h05min.)

ELEGIS

Visite a Escola do
Legislativo no site
oficial da CLDF.

Conheça as atividades de
treinamento e de
projetos especiais.

acesse:
www.cl.df.gov.br

FASCAL

PLANO DE SAÚDE

Consulte
instituições e
prestadores
credenciados.

acesse:
www.cl.df.gov.br/portal/fascal/informativos

ligue:
(61) 3348-8955